

**COMUNICAÇÃO E AUTORITARISMO
NO BRASIL**

A política de comunicação do regime militar

UFRB
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

REITOR
Paulo Gabriel Soledade Nacif

VICE-REITOR
Sílvio Luiz de Oliveira



SUPERINTENDENTE
Sergio Augusto Soares Mattos

CONSELHO EDITORIAL
Alessandra Cristina Silva Valentim
Amílcar Baiardi
Carlos Alfredo Lopes de Carvalho
Fábio Santos de Oliveira
Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran Passos
Roseide Pereira Mubarak Garcia
Sergio Augusto Soares Mattos (presidente)

SUPLENTE
Ana Cristina Vello Loyola Dantas
Geonava Paz Monteiro
Jeane Saskya Campos Tavares

EDITORA FILIADA À



Maurício F. Silva

**COMUNICAÇÃO E AUTORITARISMO
NO BRASIL**

A política de comunicação do regime militar



Editora UFRB
Cruz das Almas – Bahia
maio/2012

Copyright @ 2012 by Maurício F. Silva
Direitos para esta edição cedidos a EDUFRB

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Araide Sanches

Capa
Inês Ruivo Andrade

Revisão, normatização técnica
Sayonara Moreno

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da lei n. 9.010/98

S586c Silva, Maurício Ferreira.

Comunicação e Autoritarismo no Brasil: a política de comunicação do regime militar / Maurício Ferreira Silva. – Cruz das Almas/BA : UFRB, 2012.

240p.

ISBN 978-85-61346-23-2

1. Ditadura Militar – Brasil. 2. Autoritarismo. 3. Política de Comunicação. 4. Meios de Comunicação. I. Título.

CDD 321.01



*Para Taís,
por tudo.*



Quem estudou a teoria da informação sabe que os periódicos, o rádio e a televisão constituem, nos nossos dias, os meios mais eficazes para dirigir a opinião pública. É por meio deles que o comunismo internacional atua sobre o povo, invadindo subrepticiamente os lares. E os seus agentes, adrede preparados, se infiltram em todos esses meios de comunicação para transmitirem suas idéias dissolventes.

Alfredo Buzaid (Ministro da Justiça: 1969-1974)



SUMÁRIO

Agradecimentos	11
Introdução	13
I – INDUSTRIALIZAÇÃO E MASSIFICAÇÃO DA CULTURA	21
A Formação de uma Cultura de Massa	21
Perspectiva Industrial da Cultura	33
Os Meios de Comunicação de Massa	52
II – COMUNICAÇÃO DE MASSA NO BRASIL	75
Desenvolvimento e Implantação	75
O Pioneirismo do Rádio	88
TV: A Imagem Entra em Cena	105
III – AUTORITARISMO MILITAR NA REALIDADE BRASILEIRA	113
A Concretização do Golpe	113
Militares no poder: constituição das bases autoritárias	126
Governo Médici: A Consolidação do Autoritarismo	149

IV – POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E AUTORITARISMO	171
Projeto de Integração e Processo Desenvolvimentista	171
Em Nome da Segurança Nacional	188
Rádio e TV sob o Prisma do Autoritarismo	205
Conclusão	227
Referências	233

AGRADECIMENTOS

O trabalho que ora se apresenta é uma versão da tese defendida na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – sob o título “A radiodifusão no Brasil e a ditadura militar: o governo Médici”. Por este motivo torna-se impreterível aqui a citação de algumas pessoas que exerceram papel determinante no longo processo de sua elaboração.

Como toda ideia que pretende se tornar pesquisa, esta também precisou ser lapidada. Neste sentido foi fundamental a contribuição do professor Jorge Luis Cammarano González, grande intelectual e amigo que com sua perspicácia metodológica ajudou a “colocar o trem nos trilhos”. É dele também o desenho que inspira a capa do livro.

A UFSCar proporcionou ambiente salutar para o desempenho das atividades de ensino e pesquisa. Cabe ressaltar os importantes papéis dos professores Jacob Carlos Lima (então coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais), Vera Cepêda e Thales Haddad (membros da banca de qualificação) e da secretária “multifuncional” Ana Maria Bertolo. Referência deve ser feita também aos docentes e discentes que tive o prazer de conhecer durante esse período. A UFSCar me proporcionou, ainda, o privilégio de ter

conhecido e trabalhado com a professora Tânia Pellegrini, minha orientadora. Além da competência técnica e conceitual com que lidou com o trabalho, Tânia mostrou-me exemplos de perseverança para enfrentar desafios, que, certamente, me serviram como lição.

O trabalho intelectual muitas vezes nos leva à clausura. Mesmo tolhidos da companhia diária, contei com o apoio incondicional de Taís Moraes e Victor, minhas paixões. Ouvinte atenta e crítica perspicaz, Taís foi além e contribuiu decisivamente na execução técnica da tese.

Por fim, cabe ressaltar a importância dos professores Edson José, Danilo Nunes e Maria Helena Antunes, do Centro Universitário Monte Serrat (UNIMONTE/Santos-SP) e do professor Sérgio Augusto Soares Mattos, que, nas condições de superintendente da EDUFRB e de profundo conhecedor do tema deste livro, acompanhou e estimulou o projeto desde seu início.

INTRODUÇÃO

Conta o mito que foi a corrida de um soldado, percorrendo uma longa distância, que inspirou o surgimento de uma competição esportiva — a maratona. O que chama a atenção é que o ato teve como motivação a transmissão de informes sobre o *front* de batalha. Uma informação necessária para que os demais membros da sociedade, separados geograficamente pela distância percorrida, pudessem tomar ciência de um fato que, por consequência, geraria um elo integrador entre os dois polos. Ao transmitir a mensagem, o soldado executou a principal atribuição do processo de comunicação: sua função social.

Em que pese à veracidade do mito, o certo é que dele podemos extrair duas importantes conclusões. Em primeiro lugar, o fato de ter percorrido o trajeto na mais alta velocidade denota a importância da mensagem e, por conseguinte, sua “urgência” para chegar ao destinatário. Atreladas a esta necessidade, estão, em segundo lugar, as possibilidades e limitações do soldado — e de todo o grupo — na concretização do processo, ou seja, a ausência de um mecanismo mais eficaz que a corrida. Certamente, de posse de um “meio de transmissão”

mais veloz, o deslocamento do indivíduo não seria necessário. Ora, foi justamente a busca incessante pela superação de tais limitações que motivou o surgimento de formas mais eficientes de transmissão, capazes de “encurtar a distância” entre o fato e seu destinatário.

A análise histórica do desenvolvimento das formas de comunicação mostra-nos que estas sempre foram condicionadas pelos fatores conjunturais, o que significa que se transformam de acordo com as transformações sociais mais amplas. Logo, podemos interpretar tais formas de comunicação como ação cultural, com vistas à satisfação de necessidades específicas. E é desta maneira que os meios de comunicação são abordados neste trabalho.

Foi o processo de urbanização, advindo das transformações dos meios de produção, o responsável pelo surgimento de uma conjuntura específica que motivou o aparecimento de formas de comunicação de maior abrangência. Isso porque a indústria obrigou o deslocamento de trabalhadores para seu entorno, já que a relação de trabalho passou a ser conduzida pelo tempo. Forçados a cumprir uma jornada diária de trabalho, esses “novos” trabalhadores transferiram-se para localidades próximas ao meio produtivo e ali construíram suas estruturas de moradia, culminando na criação de uma nova forma de cidade que pudesse atender tal necessidade.

À conjuntura instaurada pela urbanização, agrega-se a própria tecnologia proveniente dos avanços industriais. As pesquisas iniciadas a partir do século XVIII possibilitaram o aparecimento dos primeiros embriões que, mais adiante, seriam a base para a eclosão dos meios de comunicação de massa: além da eletricidade, a transmissão de mensagens por ondas eletromagnéticas (no caso do rádio) e a produção e reprodução de imagens (no caso da televisão). Portanto, ao passo que

se modificam as condições conjunturais, como afirmamos, surgem as tecnologias que tornaram realidade a comunicação em larga escala.

No caso do Brasil, esta realidade não se mostrou diferente. O processo de urbanização em solo nacional seguiu as mesmas condições gerais que apontamos. Apesar de certo atraso em relação a outros países, o Brasil sofreu um enorme impulso urbanizador com o desenvolvimento do modelo industrial de produção. E isso ocorreu principalmente a partir do início do século XX, com um significativo avanço após a “revolução” de 1930, quando Getúlio Vargas foi conduzido à presidência da república. E é justamente sob seu governo que tais formas de comunicação encontram a conjuntura necessária para a primeira importante fase de seu desenvolvimento, que se evidencia pelo trabalho governamental em torno do rádio. Isso porque, apesar de o rádio fazer parte do cenário nacional desde as pesquisas do padre Landell de Moura entre o final do século XIX e início do século XX, é deste governo a iniciativa de transformação do seu caráter educativo para comercial. Esse fato, atrelado ao acelerado desenvolvimento industrial, transforma o veículo em instrumento de divulgação de produtos, garantindo uma maior dinâmica para a legitimação do capitalismo nacional. A população, antes alijada do processo em função do caráter extremamente elitista do rádio, é incorporada ao cenário para efetivar a relação que norteia a lógica da indústria cultural: o consumo. Este novo perfil estimula investimentos estatais e privados que facilitam o desenvolvimento de tecnologias, fator preponderante na consolidação de seu papel como veículo de comunicação de massa.

No âmbito estatal esses investimentos representam, além do incentivo à indústria de produção de aparelhos, uma inserção direta no referido veículo de comunicação. Com a criação

de “A voz do Brasil” (1934) e das agências reguladoras, além da estatização e ampliação da Rádio Nacional, Vargas inicia um processo que marcará a insígnia de uma nova realidade para o rádio: a função de organização e controle social.

É durante a fase de maior inserção do rádio na cultura nacional que surge a televisão, em 1950. E ela surge destoando-se do rádio em dois aspectos básicos: a tecnologia e o investimento. Diferentemente do rádio, o Brasil não possuía uma tecnologia da televisão, o que o tornou dependente, nesse sentido, do desenvolvimento internacional. E foi nos Estados Unidos que Assis Chateaubriand buscou as condições materiais necessárias para a implantação do novo veículo. Assim, a televisão, desde seu início, caracteriza-se como mecanismo de investimento privado e, portanto, a serviço do comércio e do consumo de massa. Por outro lado — e nesse aspecto existe semelhança entre a TV e o rádio, a TV tem seu início marcado por um forte elitismo, principalmente em função da dependência externa para a aquisição de aparelhos receptores. Foi necessário um período de adaptação para que ela se configurasse, definitivamente, naquilo que dela se esperava, ou seja, um veículo de comunicação de massa.

As barreiras começaram a ser transpostas no início da década de 1960 e tiveram um impulso decisivo com a eclosão do golpe militar de 1964. E isso porque os novos mandatários atuaram de forma decisiva nas questões de comunicação, com vistas a fortalecer justamente as duas principais características dos veículos: suas funções comerciais e de controle. A primeira justifica-se pelos laços estabelecidos com os grupos de representação de classes — nacionais e estrangeiros — que se aliaram aos golpistas. A segunda, por sua vez, coaduna-se à linha ideológica impetrada pelo regime, que é essencialmente autoritária. Assim, as iniciativas no âmbito dos veículos de co-

municação, bem como de todo seu sistema, estão em conluio com estes princípios e objetivam fornecer um dos suportes necessários para a consolidação do novo regime.

Os primeiros governos militares procuraram definir uma política de comunicação capaz de agregar todas essas variantes. Se por um lado o país ressentia-se de uma tecnologia própria, capaz de subsidiar o desenvolvimento das indústrias do setor, por outro também não possui uma legislação e uma estrutura governamental que possa regulamentar — e, portanto, controlar — todo o sistema.

O período em questão marca uma fase de grande desenvolvimento para o sistema de comunicação. No que concerne à radiodifusão, é na televisão que esta realidade manifesta-se de maneira mais intensa, com o aumento de emissoras, de aparelhos receptores e da capacidade de alcance. Entretanto, é necessário ressaltar que este processo desenrola-se, de início, em meio à indefinição política impetrada no âmbito interno dos governos, motivada principalmente pelos conflitos e pela falta de unanimidade de ação das Forças Armadas. Prova disso é a grande quantidade de decretos, atos e portarias e a reedição (em versão modificada) da Constituição de 1967, que ocorreu em 1969, sob o comando da Junta Militar.

À indefinição em termos da ação política decorre, a seguir, uma condição de incertezas frente à determinação e execução das políticas específicas para a radiodifusão, o que se evidencia pela “lentidão” que marcou a atuação da Embratel no período. Contudo, na medida em que os setores militares conseguem estabelecer certa coesão no âmbito da administração pública, o sistema de comunicação também se estrutura, abrindo as possibilidades para um acentuado processo de expansão. Essa convergência de fatores surge, sobretudo, com a escolha de Emílio Médici para a presidência da república.

De perfil nitidamente autoritário, o governo Médici foi marcado pelo acirramento dos conflitos sociais, principalmente em função dos embates travados entre as forças militares e a oposição ao regime. Por outro lado, impetrou forte iniciativa desenvolvimentista para o país, notadamente nos aspectos econômicos e estruturais. Com isso, o sistema de comunicação sofreu forte impacto expansionista, sendo utilizado, principalmente, no sentido do controle social e da legitimação da ditadura. Logo, ao se desenvolver sob a égide de uma política de comunicação convergente com as diretrizes autoritárias, os meios de comunicação de massa — em especial a radiodifusão — estruturaram-se em acordo com a doutrina de segurança nacional.

Por este motivo, entender a política de comunicação adotada durante este período pressupõe entender todas as variantes concernentes ao sistema de comunicação, que podem ser divididas em três grupos. O primeiro, que trata das questões mais amplas deste sistema, condiz com um apanhado histórico direcionado para o seu desenvolvimento. O segundo, relacionado à caracterização política do regime, vincula-se à conjuntura que culminou na decretação do golpe de 1964. O terceiro, que diz respeito às ações mais específicas dos governos militares, trata do conjunto de leis criadas para a regulamentação do setor, das iniciativas de cunho político-administrativas — vinculadas à estruturação do aparato burocrático estatal — e das intervenções diretas na programação. Dentro desta perspectiva, o trabalho foi dividido em quatro partes, cada qual devidamente incorporada por capítulos que, distribuídos, procuraram abordar de forma coerente a complexidade característica do tema.

A primeira parte foi dedicada à análise teórica sobre os meios de comunicação. Pautada nos preceitos apresentados

pelo pensamento crítico, procura demonstrar que os veículos de comunicação inserem-se no contexto dos postulados sobre a indústria cultural, uma vez que possuem, em comum, a característica de reprodutores dos bens culturais com vistas ao consumo de massa. A segunda parte é dedicada à análise dos fatores condizentes com a implantação do sistema de comunicação no cenário nacional, tendo como foco central a radio-difusão. A terceira, por sua vez, constituiu-se de uma abordagem sobre os fatores propiciadores do golpe militar e as primeiras medidas adotadas na fase inicial do regime. Por fim, as ações mais enfáticas em torno do sistema de comunicação que, em linhas gerais, definem a política de comunicação do regime, estão incorporadas ao conteúdo da quarta e última parte.



Capítulo I

INDUSTRIALIZAÇÃO E MASSIFICAÇÃO DA CULTURA

A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA DE MASSA

O que a princípio apresenta-se como um conceito acabado é, no caso da cultura de massa, uma proposição que define uma realidade social, econômica e política bastante complexa. Esta complexidade se traduz pelo fato de a ela estarem implícitas outras categorias: indústria cultural, consumo, massa e cultura. Podemos afirmar que a terminologia cultura de massa é resultado da junção destas categorias, logo, para sua melhor compreensão, torna-se necessário analisá-las separadamente. Isso fornece subsídios teóricos que fundamentam a importância deste fenômeno para a análise dos meios de comunicação de massa.

Apesar do perfil genérico das categorias relacionadas à cultura de massa, é necessário ressaltar aqui seu viés unificador, baseado no processo de transformação desencadeado a partir da chamada Revolução Industrial. Este novo modelo de produção, além de alterar a forma de produção dos bens de consumo, destinou ao indivíduo um papel social específico, tanto na relação com o meio produtivo em si quanto no aspecto da

vida social. O aluguel do tempo de trabalho, atrelado ao decréscimo da importância da agropecuária na relação econômica, “força” o indivíduo a se estabelecer em grupos sociais mais amplos, inaugurando uma realidade urbana nunca antes vista. Como veremos, a urbanização proveniente do processo de industrialização reitera a “necessidade” do surgimento de uma nova forma de manifestação cultural: a cultura de massa.

Mesmo tendo tido seu desenvolvimento vinculado ao próprio desenvolvimento do capitalismo, a indústria não é uma característica específica deste sistema socioeconômico. Daí decorre que todas as implicações contidas na análise sobre as consequências da revolução industrial devem sinalizar influências de caráter mais amplo, como o faz, por exemplo, Dwight Macdonald acerca da cultura de massa na então URSS (MACDONALD, 1973, p. 79). No entanto, como o objetivo deste trabalho é enquadrar os meios de comunicação de massa dentro da realidade brasileira, a análise é conduzida à luz da economia de mercado, principalmente do ponto de vista bibliográfico. Isto sugere, como veremos adiante acerca da *massa*, a necessidade de abordar conceitos específicos do sistema capitalista.

Antecedentes históricos: a transformação do meio produtivo

A realidade social contemporânea emerge de um movimento de transformação das relações de produção, inaugurado com o surgimento da indústria. A substituição de um cenário socioeconômico, centrado nas pequenas produções manuais, por um modelo instrumentalizado pela força artificial das máquinas submeteu os indivíduos à representação de novos papéis sociais, determinados tanto pelo ponto de vista

da produção quanto do consumo. Tais transformações evidenciam-se sob duas categorias centrais que aqui apresentaremos separadamente, à luz da fundamentação teórica marxista: a produção em larga escala e a relação de propriedade.

Em linhas gerais, podemos definir o sistema industrial como o responsável pela produção em larga escala de produtos serializados. Ou seja, tendo em vista a divisão social do trabalho, a máquina substitui o indivíduo nas etapas de produção da mercadoria e, por estar programada para exercer as atividades de forma contínua e sem os “inconvenientes” humanos, atribui “maior eficácia” à produção, culminando, por conseguinte, na aceleração do processo. Portanto, a chamada Revolução Industrial, ao acrescentar uma força motriz no sistema produtivo, é a responsável direta pelo aumento da quantidade de mercadorias semelhantes colocadas à disposição do consumo humano. Essa transformação alterou decisivamente o processo de produção, sendo determinante para a “vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual nos principais setores da indústria inglesa”, como afirma Friedrich Engels, ou seja, as máquinas passam a assumir postos de trabalho antes ocupados por trabalhadores manuais (ENGELS, 1988, p. 16-17).

O desenvolvimento e a implementação das indústrias, além de modificarem a estrutura produtiva, dinamizaram as novas formas de organização das classes sociais, consolidadas agora pela posse privada dos meios de produção. Vale ressaltar aqui o caráter capitalista do processo industrial, submetendo as novas técnicas às características proeminentes da economia de mercado. Por este motivo, são justamente os investimentos privados que impulsionarão o desenvolvimento da indústria, caracterizando-a como uma propriedade com fins lucrativos e estabelecendo, por este motivo, a condição de classe tanto do proprietário — o burguês — quanto dos que nela

trabalharão — os proletários. Em suma, é a propriedade dos meios de produção que, do ponto de vista marxista, define a condição de classe do indivíduo.

Originalmente, o indivíduo não tem capital nem propriedade de terra. Logo ao nascer é constrangido ao trabalho assalariado pela distribuição social. Mas o próprio fato de ser constrangido ao trabalho assalariado é um resultado da existência do capital e da propriedade fundiária com os agentes de produção autônomos (MARX, 1987, p. 13).

O sistema capitalista — e a indústria, por consequência — norteiam a nova forma de organização social. De caráter materialista, o capitalismo define as relações sociais a partir da troca de mercadorias, ou seja, a inserção do indivíduo no âmbito da relação de produção depende da quantidade de mercadoria com valor de troca de que dispõe. Por definição, o burguês tem garantida uma condição privilegiada nesta relação, já que pode usufruir das mercadorias provenientes de seu meio privado. Logo, afirma Karl Marx,

a troca de mercadorias é o processo no qual o metabolismo social, isto é, a troca dos produtos particulares dos indivíduos privados é, ao mesmo tempo, a geração de relações de produção sociais determinadas, que os indivíduos contraem neste metabolismo. (MARX, 1987, p. 54)

Por outro lado, os “despossuídos” de tais mercadorias só podem participar do processo, na medida em que trocam sua força de trabalho com o próprio burguês. A necessidade do proprietário para a produção será, por conseguinte, a satisfação da necessidade de mercadorias do trabalhador proletário, submetendo os últimos às garantias dos primeiros. Desta simbiose surge uma relação contratual que, analisada a partir de parâmetros específicos, nos fornece subsídios para entender a importância do desenvolvimento do sistema industrial no contexto da cultura de massa.

O primeiro aspecto relevante neste sentido diz respeito à venda do tempo de trabalho do proletário para o burguês. Os novos trabalhadores devem, a partir de então, vender um tempo específico de seu trabalho para ser utilizado na produção industrial. E ele o faz exatamente porque, como afirmamos, necessita também de mercadorias. A relação de troca neste caso será mediada pelo salário, ou seja, um determinado valor em dinheiro que represente o pagamento do tempo disponibilizado pelo trabalhador, e não a quantidade de trabalho por ele exercido. Esta mudança na relação do trabalho tem importância significativa na análise marxista sobre o sistema capitalista. No entanto, para a especificidade que aqui se apresenta, a abordagem se restringirá ao impacto desta mudança para o conjunto da organização social. Assim, o segundo aspecto a ser ressaltado refere-se exatamente à *propriedade* que o trabalhador agora possui para consolidar as relações de troca: o seu salário.

Ora, se o princípio que norteia a lógica industrial é a reprodução em larga escala, e o trabalhador recebe um salário para o consumo, é natural que as mercadorias produzidas sejam direcionadas à satisfação das necessidades deste consumidor, fechando assim o ciclo da circulação de capital apresentado por Marx. E como este “consumidor-trabalhador” deve cumprir uma jornada específica de trabalho com a venda do tempo de que dispõe, é obrigado a residir no entorno da indústria, forçando uma estruturação urbana.

O grande estabelecimento industrial exige numerosos operários trabalhando juntos num mesmo edifício; eles têm que habitar juntos: para uma fábrica média já constituem uma vila. Têm necessidades para cuja satisfação outras pessoas são necessárias; os artesãos: alfaiates, sapateiros, padeiros, pedreiros e marceneiros afluem (ENGELS, 1988, p. 32).

O processo de urbanização

Friedrich Engels apresenta um importante estudo sobre a situação urbana que emergiu na Inglaterra após o desenvolvimento da indústria e da conseqüente implementação do sistema capitalista. Seu trabalho serve aqui de parâmetro justamente porque, no nosso entendimento, as conseqüências das transformações urbanas são equivalentes quando se trata da implantação de um modelo industrial de produção, principalmente em função da quantidade de trabalhadores que lhe é inerente. O que pode variar neste caso são as necessidades, no entanto, por se tratar de agrupamentos humanos, as necessidades são similares, o que obriga a montagem de uma estrutura capaz de intervir neste sentido. Dessa forma, e tendo em vista o crescimento dos centros urbanos na Inglaterra, reproduzimos abaixo alguns dados demográficos apresentados pelo autor¹:

1. Este índice demográfico pode variar ou conter alguma alteração. O conjunto de dados por ele apresentado invariavelmente demonstra modificações, como o arredondamento, por exemplo. Esta inexatidão pode ser notada quando o autor trata do crescimento demográfico no Oeste da Inglaterra: “[...] população que, desde 1831, deve ter crescido pelo menos 20 a 25%” (ENGELS, 1988, p. 19). Ou mesmo ao afirmar que “o esboço histórico da revolução industrial acima é inexato em alguns detalhes, mas em 1843-44 não existiam fontes melhores do que as que eu utilizei” (ENGELS, 1988, nota 10, p. 28-29). No entanto, e corroborando com o propósito aqui apresentado, os dados são importantes indicativos das transformações populacionais ocorridas neste período.

CIDADE / LOCALIDADE	Ano de 1801	Ano de 1831
Bradford	29.000	77.000
Halifax	63.000	110.000
Huddersfield	15.000	34.000
Leeds	53.000	123.000
Conjunto de West Riding	564.000	980.000

O processo de urbanização desencadeado a partir da expansão industrial reflete, segundo Engels, a característica centralizadora do sistema capitalista. A tendência, por ele verificada, é de um esgotamento competitivo das produções isoladas em função das condições benéficas que a “aglomeração” possibilita, principalmente pela facilidade na comercialização dos produtos e do acesso à matéria prima e à mão de obra. Por este motivo, argumenta Engels, as indústrias criadas no campo já carregam o germe de uma cidade industrial, e a constante proliferação destas reduziu sensivelmente o espaço livre que as separa, juntando-as e redefinindo-as geograficamente (ENGELS, 1988)².

Sua preocupação central, evidentemente, diz respeito à condição imposta pelo processo industrial capitalista à classe trabalhadora. A tendência centralizadora neste aspecto está

2. Engels cita a forte tendência à proximidade física das cidades industriais inglesas, afirmando que “se fosse possível que esta atividade louca da indústria durasse ainda cem anos, cada distrito industrial da Inglaterra ver-se-ia reduzido a uma única cidade industrial e Manchester e Liverpool encontrar-se-iam em Warrington e Newton” (ENGELS, 1988, p. 33).

relacionada à própria característica do capital. E sua crítica, por conseguinte, é a crítica a toda estrutura que mantém o capitalismo, desde as relações de ordem puramente econômicas às de natureza política e social, aí inserido o processo de urbanização. A superação deste sistema requer, portanto, a superação de toda sua lógica estruturante.

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política (MARX e ENGELS, 1988, p. 80).

É notória a contribuição do pensamento marxista para o estudo sociológico da realidade social desencadeada pelo processo de industrialização. A análise neste âmbito procura esclarecer as contradições de um sistema socioeconômico de orientação capitalista e, a partir daí, propor um modelo alternativo de organização social: o comunismo seria a última etapa deste processo e romperia com as desigualdades de classes pautadas na propriedade privada. Este pressuposto teórico constitui, por si, objeto de análise específica. Cabe ressaltar, entretanto, que o objetivo, ao abordar a contribuição analítica marxista, é trazer à luz os efeitos do processo de industrialização — e de seus agentes — à criação dos conglomerados urbanos.

Como vimos, o acordo firmado com o dono do meio de produção prevê um pagamento em dinheiro para o trabalhador que vende o seu tempo de trabalho. Como o capitalismo se pauta por uma lógica de trocas de mercadorias, ele — com este salário — participará do processo como consumidor. Temos, portanto, o cenário que até aqui procuramos demonstrar, ou seja, uma grande quantidade de pessoas que é “forçada” a conviver em grandes cidades e que precisa satisfazer as necessidades materiais.

É justamente esse contingente de pessoas, vivendo em centros urbanos por consequência das transformações industriais e compartilhando necessidades semelhantes, que aqui será denominado como massa. E esta, tendo sido analisada quanto à origem, deve agora ser entendida pelos aspectos relativos às suas características específicas, ou seja, a constituição e os valores.

Massa: constituição e valores

As transformações culturais desencadeadas pelo processo de industrialização estabeleceram uma nova realidade de acesso a bens de consumo que, até então, restringiam-se a uma pequena parcela da população. A reprodução em larga escala, atrelada ao princípio burguês-liberal da liberdade de escolha e de lucro através do consumo incentivou o acesso da sociedade aos mais variados produtos, criando uma nova dinâmica organizacional que, por consequência, fez emergir uma nova classificação conceitual, a cultura de massa. Sob esta perspectiva a massa, grosso modo, representa o conjunto de indivíduos que se caracterizam pela uniformidade na conduta, objetivando os mesmos fins e sinalizando certa uniformidade cultural. A essência da nova classificação passa pelos indivíduos emaranhados que, juntos, exercerão o papel determinante do consumo.

A massa, por esta perspectiva, tornou-se um paradigma e, a partir da expansão das áreas urbanas, adquiriu diferentes e complementares classificações por parte dos pesquisadores sociais: sociedade de massa, comunicação de massa, cultura de massa, esporte de massa, etc. Gabriel Cohn, em seu clássico trabalho sobre o aspecto social da comunicação, apresenta as

diferentes interpretações propostas pelas Ciências Sociais. Segundo afirma, “o termo massa designa uma coletividade de grande extensão, heterogênea quanto à origem social e geográfica dos seus membros e desestruturada socialmente”. Ou seja, é composta de indivíduos que não se diferenciam em termos de comportamento, de valores ou de posição social, “pelo menos naquilo que diz respeito a uma situação determinada.” (COHN, 1973, p. 17). Compreendida desta forma, a massa adquire a característica de uma construção vazia e que se propõe a ser neutra; logo, inviabiliza, pela própria essência, uma classificação mais precisa e conceitual.

Em uma perspectiva histórica, à massa está implícita, segundo Cohn, certa responsabilidade em determinadas características do sistema cultural, mais precisamente durante o século XIX. O pensamento conservador então predominante atribuía-lhe caráter de ruptura social iminente, inclusive pela via revolucionária, o que lhe incorporou uma conotação negativa, de preocupação em relação às suas possibilidades de manifestação. Em contrapartida, ao ser incorporado pelas Ciências Sociais e tornar-se neutro, o conceito massa possibilita sua associação a temas relacionados, o que, por consequência, estimula o surgimento de categorias co-relacionadas de definição da estrutura cultural. É nesse caminho “que se passa da ideia de massa como nociva à própria sobrevivência da ‘sociedade civil’ para a noção, contemporânea, da ‘sociedade de massas’” (COHN, 1973, p. 19).

Foi atrelado às transformações estruturais sofridas pela sociedade contemporânea em função do estabelecimento da nova ordem industrial, que o pensamento social desenvolveu-se. A noção de massa foi redefinida, em termos analíticos, com o intuito de compreender uma nova ordem social que, em sua complexidade, pressupõe, como característica fundamen-

tal, um papel determinante dos “agrupamentos” de indivíduos. E isso ocorre tanto do ponto de vista da produção — das massas de trabalhadores proletários — como do ponto de vista do consumo — de princípio ativo na economia de mercado. Redefinir a massa como categoria requer, assim, diferenciá-la em termos conceituais das outras formas de “agrupamento” que implicam em outros tipos de abordagem.

Neste sentido, Dwight Macdonald apresenta, à luz do acelerado desenvolvimento da realidade capitalista norte-americana, uma importante contribuição. Na iminência de compreender os motivos de formação da massa, Macdonald traça um paralelo comparativo com a *multidão* e afirma que a similaridade se estabelece pelo fato de que ambas são compostas pela junção de uma grande quantidade de pessoas, que não se ligam como indivíduos; estão dispostos como agrupamento, mas não compartilham relações sociais. A ausência destas relações transforma-os naquilo que, analogamente, chamou “átomo solitário”, ou seja, estão dispostos como um átomo solitário em meio a milhares de outros átomos (MACDONALD, 1973, p. 89).

O que caracteriza a massa é a forma como os seus membros nela atuam. Os papéis sociais tornam-se coletivos e a identidade que os une é uma identidade coletiva. Por não estabelecer relações individuais, a massa diferencia-se da comunidade. Atuando em comunidade, afirma Macdonald, os indivíduos estabelecem relações pessoais que os singularizam, já que as motivações os forçam a estabelecer laços de trabalho, de tradições, de valores e sentimentos que são comuns a todos os membros. Nesta situação o indivíduo é “forçado” a cumprir funções especiais e partilhar destas com os demais membros, como é o caso da família.

Estabelecido em massa, o indivíduo cristaliza-se de uma forma anônima, onde seus valores e concepções individuais

“desaparecem” em detrimento dos valores e concepções de um conjunto. Seus desejos passam a ser os desejos da massa que, por sua vez, atua no sentido da homogeneização do comportamento de seus membros. A mesma perspectiva negativa apresentada por Macdonald em relação às massas é percebida em Theodor Adorno e Max Horkheimer, principalmente no que tange à condição “passiva” de um indivíduo que se vê solto numa estrutura “criada” com fins objetivos. A este respeito eles afirmam que não é apenas na questão da padronização do modo de produção que o indivíduo torna-se ilusório, mas também em todo o processo que submete a sua individualidade aos ditames da universalidade, fomentando o que denominaram como “pseudo-individualidade” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 144-145).

Por este prisma podemos concluir que a massa, por expressar uma forma de conduta específica, caracteriza-se como manifestação cultural; logo, como é da própria essência da cultura, pode variar de acordo com a conjuntura na qual está inserida. Portanto, à massa não convém uma definição única, estática, mas um caráter mutável, dinâmico. Reside exatamente nesta interpretação a necessidade de uma ressalva.

Como podemos aferir, cultura é uma definição complexa no campo de análise das ciências sociais. A literatura específica apresenta-nos, como ponto central, o fato de ser ela uma criação do ser humano, o que significa que o indivíduo cria formas de representação social para ele mesmo, já que também está inserido em um contexto coletivo. O que também existe de concreto é que tais manifestações podem surgir de duas diferentes maneiras: através da casualidade, onde questões circunstanciais são responsáveis pelo processo, e através de uma ação racional, na qual os meios são estruturados a partir de fins preestabelecidos.

Ora, ao atribuir um aspecto cultural para a massa, cabe analisar, a seguir, quais foram os “meios” adotados em seu processo de “criação”. Mesmo levando em consideração o imenso alicerce de racionalidade que caracteriza o sistema capitalista, foram fatores de ordem casual os responsáveis pelo surgimento da massa, decorrentes, principalmente, do acelerado processo de urbanização. O mesmo não se aplica para a sua forma de conduta e valores que, como veremos adiante, são fortemente influenciados por uma ação racional com vistas ao consumo em larga escala, inaugurando a assim denominada cultura de massa.

PERSPECTIVA INDUSTRIAL DA CULTURA

Esse sistema cultural define-se, segundo Gabriel Cohn, pela relação de produção peculiar à sociedade industrial. As mercadorias, reproduzidas em larga escala e colocadas à disposição do consumo da massa, representam a transformação de uma ordem cultural encerrada com o surgimento da forma de produção contemporânea. Refere-se assim a uma dimensão “tendencialmente dominante na esfera cultural, constituída pelo conjunto de bens culturais produzidos e consumidos em escala industrial no seu interior e articulado num sistema próprio” (COHN, 1973, p. 99). Neste sentido, a organização industrial foi responsável pelo estabelecimento de uma cultura específica que se define pela lógica de consumo dos diversos “bens” reproduzidos em larga escala. A cultura de massa é uma categoria vinculada a esta nova ordem justamente porque a massa — como apontado anteriormente — é resultado do processo de urbanização inaugurado pelo capitalismo. Algumas concepções relacionadas tanto à ideia da massa e de sua

função social, quanto das mercadorias colocadas à disposição para o consumo, apresentam considerações conflitantes entre os cientistas sociais, proporcionando mais de uma abordagem acerca do tema.

Por este motivo, e tendo em vista o objetivo específico de verificar as implicações do processo de industrialização na constituição da cultura de massa, torna-se imperativo a realização de uma abordagem à luz da teoria crítica apresentada pelos teóricos da Escola de Frankfurt. Tal iniciativa fundamenta-se na importância conceitual fornecida pelas categorias analíticas desta corrente, a começar pela reprodução técnica da cultura.

Reprodução técnica da cultura

O preceito básico que norteia a crítica à cultura de massa, na ótica *frankfurtiana*, centra-se em duas vertentes diferenciadas e interligadas: a produção em larga escala e o consumo. No que tange à produção, pelo fato de ser realizada em grande proporção, seu objetivo direciona-se única e exclusivamente ao consumo, o que, por consequência, coloca em primeiro plano a massa de consumidores e não a essência do objeto cultural. A produção, assim, vulgariza-se e nivela por baixo a cultura, já que não exige qualidade do público. Por sua vez este público, caracterizado como massa, consome de forma desenfreada os produtos colocados à disposição sem exigir qualidade, pois ao ingressar na massa renegou quaisquer valores individuais neste sentido. Solto na massa, o indivíduo consome o que os demais consomem e a possibilidade de resistência — entendida aqui como um diferencial cultural — é a mesma de todos os membros da massa, uma vez que o objeto cultural destina-se a todos de igual forma.

Adorno e Horkheimer criaram uma categoria específica que pudesse dar conta do processo de reprodução técnica das manifestações culturais: a indústria cultural. Por este princípio, a reprodução em larga escala das produções culturais evidencia uma preocupação mercadológica e uma descaracterização do princípio norteador da obra (no sentido generalizante das produções). A descaracterização ocorre exatamente porque a inspiração e o trabalho não se destinaram para um consumo em massa, pelo contrário. A *verdadeira obra de arte* está vinculada a uma manifestação cultural específica e sua reprodução anula este princípio. Em outras palavras, a essência da obra não está no público consumidor, mas nos preceitos subjetivos do artista, e a indústria cultural anula este processo, já que se desenvolveu “com o predomínio que o efeito, a *performance* tangível e o detalhe t

o alcançaram sobre a obra, que era outrora o veículo da ideia e com essa foi liquidada” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 118).

A crítica à forma de produção não anula por completo a crítica à massa consumidora, portanto, também aqui se torna necessária, para melhor entendimento, uma separação analítica entre a forma de produção e o consumo.

Na chamada teoria crítica, a indústria cultural é entendida como um sistema, pois cada um dos setores específicos é coerente em si mesmo e entre eles (ADORNO e HORKHEIMER, 1985). Isso pressupõe que a produção é arquitetada de forma racional, objetivando, em última análise, uma recepção preestabelecida. Como as indústrias da reprodução são privadas, elas se inserem na lógica capitalista de mercado, submetendo a produção cultural ao nível de mercadoria, objetivando assim o lucro do proprietário em detrimento da necessidade social do produto. Inserido no contexto da cultura de massa, o método

da reprodução se caracterizará pela padronização, uma vez que, como já exposto, o indivíduo integrado na massa sucumbe à sua lógica estruturante, abdicando de seus valores específicos. Identificada, portanto, a vontade geral, os produtos se multiplicarão neste sentido, satisfazendo, assim, necessidades semelhantes.

O sucesso do processo encontra-se na vinculação do produto com as necessidades dos consumidores. Tal estratégia faz com que o valor de uso de uma produção sucumba-se frente à relação comercial inserida no contexto do consumo de massa. Assim, o que explica a aceitação incondicional por parte destes consumidores é “o círculo de manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 114). Portanto, é correto afirmar que se trata de uma relação de poder.

Esta racionalidade técnica de inspiração capitalista existe em consonância com a dominação, o que significa aferir que a reprodução cultural está a serviço de uma forma de controle social que vai além da simples relação econômica. Não se trata apenas da compra e venda de produtos culturais, mas da criação de uma cultura de massa que submete e confunde o indivíduo, tanto o criador quanto o consumidor, em questões mais amplas, mais genéricas em relação à sua vida social. Isto porque a propagação desta ideologia do consumo estimula a aceitação de valores semelhantes que, por sua vez, direcionam a massa a uma perspectiva relacional, o que acaba sendo traduzido em legitimação do controle político.

A relação de dominação ratifica a faceta liberal do processo técnico de reprodução. Para Adorno e Horkheimer, existe uma clara intenção do mercado em abrir caminhos para a ação política de seus membros, ou, em suas palavras, de seus “homens capazes”. E é por este motivo que “o sistema da indús-

tria cultural provém dos países industriais liberais, e é neles que triunfam todos os seus meios característicos” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 124).

A força do discurso ideológico do mercado subjuga mais facilmente as massas à efervescência do consumo. Assim, as massas, alienadas e passivas aos efeitos da produção industrial, legitimam o processo de dominação por não exercerem resistência capaz de nele interferir. A ideia fictícia de prazer e de sucesso surge pela eficiência do processo de reprodução, no qual a repetição e a constante propagação de valores nivelam os indivíduos em massa, criando a falsa sensação de “democratização” do acesso às produções culturais. E é exatamente neste sentido que a perspectiva negativa inserida nas proposições críticas ganha maior ressonância, uma vez que a eliminação dos privilégios da cultura com a sua reprodução não incluem a massa, ocorre o contrário. Tal proliferação desqualifica os bens culturais, contribuindo para a decadência da cultura.

Condenada a um consumo nivelado por baixo, com ênfase no lucro e não no efetivo valor do uso da obra de arte, as massas, portanto, sacramentam uma forma de conduta que exalta valores acessíveis à maior parte da população. A forma de expressão desta cultura inibe, inclusive, possíveis reações individuais adversas, admitindo determinado “controle” sobre os membros. Walter Benjamin afirma que o problema neste sentido está no próprio caráter coletivo da produção técnica e sua diferença com o que ele chama de verdadeira obra de arte (BENJAMIN, 1990).

Para efetivar sua análise no sentido de demonstrar a “verdade” da obra de arte frente à “versão” da reprodução, Benjamin estruturou o conceito de *hic et nunc*, ou seja, da presença única de uma obra de arte em seu próprio local de produção. Esta condição de unicidade, que é a base de seu trabalho so-

bre a autenticidade da arte, pressupõe que as produções culturais, ao serem criadas, possuem uma série de significados intrínsecos ao processo: conjuntura, valores, sentimentos, pensamentos, objetivos etc. São estes significados que darão a condição para que todo o contexto histórico da produção seja “inserido” na obra, garantindo assim sua autenticidade.

Esta originalidade, que transcende a simples forma objetiva da obra, está nela acoplada como uma espécie de força invisível, porém perceptível. Assim como a prerrogativa da alma para os cristãos ou do espírito para os espíritas, que individualiza a noção genérica de ser humano, esta “força” atua no sentido da individualização da produção cultural. A síntese desta elaboração é definida por Benjamin como *aura*.

Toda produção cultural possui, assim, a sua aura. A preocupação central do autor é entender de que maneira esta aura é afetada no processo de reprodução da obra. A reprodução pode ocorrer de diversas maneiras, no entanto, sempre que reproduzida, a obra é afetada em torno da sua originalidade, já que, por essência, a aura não pode ser reproduzida. Neste ponto, porém, Benjamin faz uma diferenciação entre a reprodução feita pelas mãos do homem com a reprodução técnica, utilizando como exemplo a fotografia. Afirma que a técnica possui duas vantagens: mantém uma maior “fidelidade” ao original e propicia, com a reprodução contínua, uma abrangência maior de público.

A *reproduzibilidade técnica* da obra de arte, portanto, está vinculada a uma lógica capitalista e, como consequência, seu objetivo final é o do consumo em larga escala das reproduções. Uma pintura, uma música, uma escultura, enfim aquilo que podemos enquadrar no conceito de obra de arte sofre um processo de reprodução para se tornar mercadoria de consumo na sociedade. Logo, aquilo que era restrito a um, ou pou-

cos, ganha uma dimensão ampla, postando-se à frente de uma grande massa de consumidores. Esta é uma condição fundamental para o próprio sucesso do consumo da reprodução, uma vez que a massa exige que as coisas tornem-se mais próximas de sua realidade, sob o risco de perda da sua função social. Por este motivo, essa massa tende a escolher a reprodução, depreciando o caráter daquilo que se manifesta uma única vez. (BENJAMIN, 1990)

Assim, é impossível pensar uma reação progressista frente a uma realidade de produção em massa. A desvinculação entre a função social da obra em si, atrelada ao desconhecimento da massa, condenam a arte à periferia da sociedade capitalista. A cultura de massa é, na essência, divorciada da verdadeira obra de arte. E, como vimos, mesmo as possíveis manifestações individuais são refutadas pela própria essência desta massa, anuladas prontamente por aquilo que ele denomina como virtualidade de seu caráter coletivo, onde a quantidade torna-se qualidade. Sendo assim, o aspecto transformador da realidade cultural (como resultado da transformação social) está na ação da massa frente ao consumo dos produtos culturais.

Uma cultura em transformação

Evidentemente, podemos afirmar a existência de certo “sentimento de pertencimento” por parte da massa frente à arte. Esta sincronia só foi possível em razão da quebra do muro que separava a cultura da realidade popular. Apontadas por Dwight Macdonald como os verdadeiros causadores desse processo, a democracia política e a educação popular contribuíram para o fim do monopólio existente na classe superior, ou seja, as classes populares sempre ficaram à margem das

produções — e, portanto, de seu uso — durante o período que antecede o surgimento do sistema capitalista (MACDONALD, 1973). Isto não significa que as camadas populares fossem excluídas do processo de produção cultural, porém este fato ocorria mais ao nível daquilo que define como Arte Folclórica — uma manifestação espontânea e de raízes regionais. E a classe superior dominante — os aristocratas e burgueses — concentrava-se em seu gueto de produção artística, estabelecendo padrões notadamente diferenciados e excludentes — aqui entendidos como alta cultura. O fato é que não havia um movimento organizado capaz de estabelecer padrões específicos de comportamento e de valores que unificasse os diversos grupos que constituíam a sociedade.

Com o advento da revolução industrial e a incorporação da estrutura econômica capitalista, ocorre, segundo Macdonald, uma transformação significativa. Fator preponderante desta forma de organização social, o lucro motivou os homens de negócio a investirem na cultura. Além disso, percebeu-se a importância deste processo para a dominação geral, que vai do âmbito do cotidiano — através do consumo — ao nível da política — através da condição passiva e da subordinação reconhecida. Assim, a cultura de massa — resultante da junção da cultura de elite com aspectos da arte popular — surge como uma construção racional das camadas superiores da sociedade. Ela é fabricada pela racionalidade técnica do capitalismo para um público passivo que “se limita à escolha

-
3. No sentido literal do termo, *kitsch* representa algum objeto desvalorizado pela convenção social estabelecida a seu respeito, o que significa que a “imagem” negativa que dele se tem reside no âmbito dos valores culturais em questão. O termo, de origem alemã, tornou-se padrão

entre comprar e não comprar. Os senhores do *Kitsch*³, em suma, exploram as necessidades culturais das massas a fim de obter lucro e/ou manter o domínio da sua classe” (MACDONALD, 1973, p. 78).

Da mesma forma está, no sentido dado por Macdonald, a cultura média, por ele definida como *midcult*. Isso porque existe uma forma de expressão cultural que possui características essenciais da cultura de massa — *masscult* — mas aspira aos modelos da cultura superior. Este “padrão médio” é por ele visto com receio, isto porque, ao não assumir a essência da *masscult*, ela se torna ambígua e, maculada, torna-se de difícil detecção. Assim, “o que faz a *midcult* perigosa é sua ambiguidade. Pois ela se apresenta como fazendo parte da cultura superior. Mas rejeita os círculos restritos, o esnobismo dos assim chamados intelectuais que falam apenas entre si”⁴.

Em suma, ao reafirmar sua perspectiva negativa frente às novas formas de cultura de massa representadas pela *masscult* e pela *midcult*, MacDonald ressalta duas possibilidades para elas se contrapor: a recriação de uma elite cultural e a melhoria no nível geral da cultura.

Também com foco central na realidade norte-americana, porém sob uma perspectiva diferente, Irving Howe corrobora a ideia de que a concorrência com a cultura de massa con-

nas análises sobre a cultura de massa e ganhou proporções mais amplas, definindo não apenas um objeto em si, mas todo o complexo de situações que o envolve. Em linhas gerais, *kitsch* está relacionado às produções culturais destinadas a um público que abdica da arte autêntica, justamente porque sua “mensagem” exige menor esforço de contemplação e definição, logo, é resultado da produção cultural industrial. (GREENBERG, 1973, p. 125-126).

4. Dwight Macdonald. In (BELL, DANIEL, et all., 1992). Tradução livre.

tribui para criar empecilhos ao desenvolvimento da arte (HOWE, 1973). Entretanto, a arte, por ser fonte de inspiração da cultura de massa, desta se utiliza como instrumento de continuidade. A cultura de massa existe no âmbito do divertimento, da produção de divertimentos facilmente acessíveis com fins de satisfação de uma demanda relacionada à massa. Por este motivo distingue-se da arte, já que esta se caracteriza pela liberdade de criação do artista. O que se produz para a massa está associado ao cotidiano dos indivíduos nela inseridos.

Esse cotidiano, como não poderia deixar de ser, é moldado pelo papel executado no processo de produção. A nova ordem capitalista estabeleceu, como vimos, a inserção do indivíduo no trabalho através de um contrato que prevê o aluguel de seu tempo, ou seja, com a industrialização surge a necessidade de uma jornada de trabalho diária no local da produção. Além da exploração do tempo excedente, o trabalho restringe também o tempo de lazer, já que apenas as horas não destinadas à dinâmica social do trabalho podem a ele ser destinadas. É exatamente sobre a monotonia gerada neste processo que atuará, de acordo com Howe, a cultura de massa, procurando transformar-se em “alicerce” na busca de um “refúgio” a esta realidade. O problema da arte fica caracterizado, por sua vez, pela demanda da massa, que a renega porque a entedia, já que também exige esforço. Isso porque, para o público inserido e moldado pela realidade contemporânea, afirma Howe, a arte apresenta realidade controversa, pois “os efeitos são imprevisíveis e suas exigências são tremendas. A arte exige esforço, uma resposta criativa do público [...] a cultura de massa é segura, pois o seu fim já está presente no campo” (HOWE, 1973, p. 575).

Realidades convergentes, a cultura de massa e o tempo de lazer fundamentam a necessidade da massa. Através das pro-

duções o indivíduo procura, no seu tempo de lazer, amenizar o tédio de seu cotidiano. No entanto, segundo Howe, ocorre exatamente o contrário, ou seja, elas reforçam o tédio e a tensão justamente por se pautarem nos padrões básicos da vida industrial. Portanto, o indivíduo que procura a “tranquilidade” ao abdicar dos “inconvenientes” da arte, encontra “perturbação” ao recorrer às produções culturais de massa, já que elas não o libertam. Em suma, “o que supomos que nos desvia da redução das nossas personalidades, na realidade a reforça” (HOWE, 1973, p. 572).

O tom crítico em relação às análises sobre a cultura de massa não impede Howe de percebê-la como uma consequência inata da sociedade capitalista e, ao fazê-lo, diferenciar-se dos que propõem uma diminuição do seu grau de importância, tanto do ponto de vista da cultura em si, como do ponto de vista da categoria de análise. Assim, afirma que durante o tempo em que vivermos sob uma realidade social de classes, a cultura de massa será indispensável, uma vez que a ela é atribuída a função de representação da atmosfera desta realidade.

A clara visão apresentada por Howe sobre a cultura de massa ilustra bem a perspectiva aqui apresentada em torno da importância do processo de reprodução das produções culturais. É certo nesta visão, que tais reproduções atingem a originalidade da obra, submetendo o indivíduo a uma versão que, como apontou Benjamin, está ligada ao original apenas por laços específicos em torno de sua imagem. Também é certo, como veremos a seguir, que a cultura de massa coloca em risco os padrões antes estabelecidos e cultivados por um grupo específico, transformando produções antes cultuadas por uma elite em objetos de consumo em larga escala.

Ora, a cultura de massa está inserida naquilo que aqui será denominado como *devoir coletivo*, ou seja, ela é consequência de

um processo iniciado, como vimos, na urbanização e a esta deve o sentido de sua existência. Portanto, há que se considerar que, apesar da perspectiva mercadológica, é uma necessidade do grupo, assim como afirma Howe, e sua existência é ainda mais necessária se pensada, como também veremos adiante, à luz das formas de comunicação de massa.

O problema para a alta cultura

O risco representado neste sentido está vinculado à nive-
lação “por baixo” que, para os elitistas, é inerente à cultura de
massa. Fica clara aqui uma predisposição a uma hierarquia so-
cial capaz de resguardar valores cultuados desde os primórdios
pré-industriais. Corroborando com tal preceito, José Ortega y
Gasset salienta os perigos da massa como organismo de influên-
cia cultural e, principalmente, política. O autor, “assustado”
com o rápido desenrolar do processo de urbanização, acredi-
ta que a predominância das massas em detrimento das mino-
rias coloca em risco uma ordem social estável e eficaz, uma vez
que as atividades que requerem, principalmente, uma aborda-
gem intelectual, só podem ser realizadas por uma minoria ca-
pacitada. Deixa claro que tal capacidade não pode ser atribuída
às massas pela sua própria essência: a da negação das caracte-
rísticas individuais. Saudosista quanto às ordens sociais que
reiteram a supremacia de uma elite intelectual, ressalta os pe-
rigos da massa e da ordem social estabelecida pela industria-
lização, já que existem atividades e funções que não podem ser
exercidas senão por determinados talentos específicos, como,
por exemplo, “certos prazeres de caráter artístico e requinta-
do, ou funções de governo e de julgamento político em assun-
tos públicos” (ORTEGA y GASSET, 1973, p. 60).

A proliferação das massas coloca em risco uma hegemonia elitista — manifestada naquilo que Ortega y Gasset chama de minoria. Logo, a supremacia da maioria em detrimento da minoria acelera o acesso de pessoas desqualificadas a importantes funções de organização e controle social. Para ele, a substituição de um modelo liberal mais moderado e centralizado, para uma participação excessiva da massa — aqui denominada *hiperdemocracia* — coloca em risco as leis, que antes eram o resguardo da manutenção das minorias como “classe” dominante.

Os riscos proeminentes à alta cultura estabelecidos pela nova ordem também encontram eco entre os críticos da Escola de Frankfurt, com a ressalva de que a base do problema se encontra nos mecanismos de produção e não exclusivamente nas massas.

A perspectiva negativa frente ao processo de reprodução da Indústria Cultural também se manifesta, de certa maneira, em relação às massas e ao seu determinante papel exercido no sucesso do processo. É certo que não se apresenta uma concepção tão negativista quanto Ortega y Gasset, mas existem pontos de convergência exatamente na questão do consumo, principalmente no fato de que, organizada enquanto um corpo único, a massa é incapaz de compreender o verdadeiro valor da obra de arte. Além disso, por estar predisposta, torna-se o objetivo último da produção cultural, relegando pra um plano inferior o que consideram uma *alta cultura*.

Para alguns críticos dos frankfurtianos, a concepção de alta cultura remete para uma visão elitista da organização social. Dentre estes situa-se Edgard Morin, ao afirmar que a cultura de massa não pode ser compreendida como manifestação isolada da massa, mas sim como resultado daquilo que denomina *policultura*, o seja, como mais uma categoria inserida na

complexidade cultural da sociedade pós-industrial, estabelecendo concorrência com as demais formas, mas sem anulá-las. Morin não deixa de salientar o aspecto estruturante da cultura de massa no que tange ao princípio do consumo em larga escala nela inserida, uma vez que — e aqui se aproxima dos frankfurtianos — suas manifestações seguem as normas de fabricação industrial, destinadas, portanto, para o consumo de massa (MORIN, 1990).

O fato de compartilhar a ideia de que a cultura de massa tem, como característica inerente, um princípio mercadológico e de homogeneização de valores não o exime de atribuir um viés analítico conservador ao pensamento da Escola de Frankfurt. E isto se evidencia principalmente pelo fato de que, para ele, os defensores da chamada alta cultura — aqui inclusos os intelectuais — possuem uma visão elitista da cultura ao considerarem a cultura de massa como algo nefasto, descartável do ponto de vista da arte, que destrói a hierarquia estética justamente porque esta passa a ser determinada pelo caráter industrial e de consumo. Assim, afirma Morin, existe a necessidade de se perguntar se os valores da alta cultura não são dogmáticos, formais e mitificados, uma vez que “tudo que é inovador sempre se opõe às normas dominantes da cultura” (MORIN, 1990, p. 19).

O que mais incomoda o chamado pensamento crítico frankfurtiano é o cerceamento da liberdade de criação imposta pela cultura de massa já que, como vimos, a demanda é a do consumo da massa e não da obra em si. Morin pondera também acerca deste aspecto e afirma ser precipitado desconsiderar as capacidades artísticas na cultura de massa, ou seja, esta, no seu entendimento, também tem a capacidade de produzir arte. Isto significa mudar a concepção de arte intrínseca na análise crítica, descentralizando-a e, por conseguinte, tornan-

do-a mais democrática. E isto ocorre no instante em que afirma que a indústria cultural não produz apenas “monstros”, ou seja, ataca frontalmente, a ideia da *falsa cultura*, em detrimento da verdadeira cultura — ou cultura autêntica — intrínseca no pensamento da Escola. Desta forma ressalta a importância da indústria cultural e afirma que esta, além de ser considerada arte, não está totalmente privada da criação.

A criação proporciona aquilo que foi denominado como unicidade da obra. Para Morin a cultura de massa exerce este papel fazendo modificações na alta cultura a fim de adaptá-la ao perfil da massa, tornado-a facilmente consumível. Pode, assim, democratizar a *cultura cultivada*, mas sem atentar contra os privilégios da alta cultura, já que esta, “pelas obras mesmas onde se dá a democratização, mantém um setor reservado no qual detém o monopólio da atualidade e do original” (MORIN, 1990, p. 53).

Mesmo num contexto de reprodução, a originalidade pode ser resguardada através, por exemplo, da assinatura do autor. Como a cultura de massa não é, de acordo com Morin, imposta pelas instituições sociais, mas sim pela indústria e pelo comércio, ela não se sujeita aos diversos *tabus* que compõem o universo da organização sociocultural, tais como a religião e o Estado. Desta forma ela apenas propõe modelos a serem seguidos, não tendo a incumbência de criá-los. Fica, portanto, resguardado às instituições — e, por conseguinte, aos produtores dos padrões culturais — os “créditos” relativos à obra, como é o caso, por exemplo, do livro barato e do disco que, tendo em vista apenas a reprodução em larga escala, *democratiza* a cultura cultivada sem, com isso, alterar seu aspecto original.

Neste sentido, a obra pode manter o *status quo* relativo à originalidade, mesmo ampliando o alcance de possibilidades de seu *uso*. Ora, é natural que, pensando sob o prisma da alta cul-

tura, esta requer, como afirmam os críticos, uma preparação anterior do público, uma certa “educação para a arte”. Esta capacidade é condição básica para o entendimento da obra de arte, o que naturalmente exclui aqueles “despossuídos culturalmente”, aqueles que não compreendem os códigos específicos que traduzem o objeto. O papel da cultura de massa é “fazer a tradução”, ou seja, ela não tem o objetivo de “educar o indivíduo à contemplação”, pelo contrário: seu papel é aproximar a massa da obra e, a partir daí, estimular seu consumo. É o que denomina como *aclimatação*, ou seja, a maniqueização, a atualização e a modernização, que *aclimatam* a alta cultura na cultura de massa, tornando-a acessível e, portanto, facilmente consumível (MORIN, 1990).

Acima de tudo, apesar do sincretismo com a alta cultura, Morin enfatiza a existência, por parte da cultura de massa, de três correntes diferenciadas de expressão artística: a corrente média, a contracorrente e a corrente negra. Em linhas gerais, corrente média é a que estabelece um denominador comum entre as diversas manifestações, sobressaindo-se em relação à contracorrente — que apresenta as nuances do espírito humano (como o fracasso, a loucura e a degradação) — e sobre a negra, caracterizada pelo grupo de contestações fundamentais que permanece fora da indústria cultural. Aqui ela pode tornar consumível para a massa aquilo que, em essência, representa a própria crítica a este processo. Portanto, a corrente média, nas palavras de Morin, triunfa e nivela, mistura e homogeneiza.

E é esta capacidade de homogeneização que constituirá o movimento de criação da cultura de massa, visto que, em contraposição ao que Morin denomina cultura congelada, a produção industrial passa a criar formas e, por consequência, a dinamizar os diversos aspectos valorativos tanto da “velha alta cultura” quanto dos “novos burgueses”. No entanto, ao

procurar estabelecer um princípio unificador das diversas manifestações culturais, a cultura de massa sofre um revés no que tange à qualidade da produção, que ocorre porque, no seu movimento, ela indica mais possibilidades que a congelada cultura antiga. Entretanto, “em sua procura da qualidade média destrói essas possibilidades. Sob outras formas, a luta entre o conformismo e a criação, o modelo congelado e a invenção, continua” (MORIN, 1990, p. 52).

A partir disso, podemos afirmar que a perspectiva de transformação nas manifestações culturais já estabelecidas, incita, necessariamente, reações contraditórias de cunho conservador. Mesmo em situações não vinculadas à questão industrial, o processo histórico apresenta diversos exemplos neste sentido, como as resistências dos índios e negros à inserção de padrões culturais de origem ocidental em suas culturas. O problema transcende, neste caso, a escravidão e conquista de territórios e emerge para o âmbito cultural, da imposição de um estilo de vida, de uma cultura diferente. Logo, uma analogia entre o conquistador e seus valores é automática, o que estimula uma ação de resistência nas duas frentes.

Este mesmo princípio pode ser atribuído aos nostálgicos da alta cultura. Resistentes às transformações dos valores, acabam por identificar o inimigo comum: as massas. É em consonância com este princípio que Umberto Eco ressalta o temor de Ortega y Gasset, ou seja, um temor que utiliza a cultura como argumento para, efetivamente, atingir a massa. Além das resistências naturais existe outro efeito, por ele apontado, que diz respeito aos grupos inseridos no mesmo contexto social. Neste caso, quando alguns padrões ficam restritos a uma classe social em específico, existe também uma reação contrária no sentido de sua proliferação, ou seja, “há sempre a nostalgia de uma época em que os valores da cultura eram

um apanágio de classe e não estavam postos, indiscriminadamente, à disposição de todos” (ECO, 2004, p. 36).

O que se pode concluir até aqui é que a abordagem crítica frankfurtiana evidencia uma noção claramente ideológica. Não se trata única e exclusivamente de proteger valores artísticos *per se*, referendando seu valor de uso exclusivo para certa camada privilegiada em termos da capacidade de compreensão e contemplação. O discurso direciona a análise do fenômeno para o “valor de uso da obra”, quando na realidade o que se apresenta é uma clara aplicação de conceitos sobre o seu “valor de troca”.

Ora, ao proteger a originalidade da obra, protege-se todo um complexo cultural que a envolve, desde a contemplação pura e simples até o estilo de vida por ela refletido. A antropologia, em seus postulados básicos, já apresentou a importância dos objetos para a dinâmica cultural dos grupos. “Violar” tal obra pressupõe “violiar” também essa dinâmica.

Assim, vale frisar, não se trata da obra pela obra, mas do que ela representa em termos da manutenção de um padrão cultural para o grupo. A proliferação da obra — e, portanto, do estilo de vida que a envolve — representa, enfim, a inserção de novos membros para este universo ora fechado. A questão, por conseguinte, diz respeito a fatores de ordem excludente — pela resistência a “membros inferiores” — e está relacionada ao valor de troca (pelo “preço” que se pagará em função da proliferação da obra).

Mesmo adquirindo uma conotação de tipo discriminatória, os intelectuais críticos do processo de reprodução técnica enquadram-se neste contexto. Umberto Eco faz críticas ao modo como atuam, cobrando-lhes atitude de indagação construtiva que possa levar em consideração também os aspectos relevantes da Indústria Cultural. Para ele, seria importante que

“considerassem como problema fundamental da nossa civilização o de levar cada membro da comunidade à fruição de experiências de ordem superior, dando a cada um a possibilidade de chegar a elas” (ECO, 2004, p. 39). Apesar de aferir sobre o fato de que a cultura de massa é manobrada por grupos econômicos, que, por consequência, têm o lucro como último objetivo, pondera sobre o indivíduo nesta relação e sobre as possibilidades de *inclusão*. Neste contexto, Eco faz referência a Macdonald e sua mudança de posição, que abdicou da “elevação das massas” para, segundo seu entendimento, atribuir uma conotação definitiva — e, portanto imutável — na separação entre as duas culturas.

A capacidade de entendimento pode permitir um “crescimento” na condição de interpretação da alta cultura. Esta simbiose ampliaria as perspectivas da cultura de massa em torno da qualidade de sua produção e estimularia uma maior integração, propiciando assim, o fim do princípio excludente imposto pela elite cultural. Nesse sentido, a cultura de massa possui significativa importância na organização social, tanto do ponto de vista positivo quanto do negativo. Assim, e ponderando entre as duas conotações, o escritor salienta que “o erro dos apologistas é afirmar que a multiplicação dos produtos da indústria seja boa em si, segundo uma ideal homeostase do livre mercado, e não deva submeter-se a uma crítica e a novas orientações” (ECO, 2004, p. 49). Por outro lado, no que tange aos denominados apocalíptico-aristocráticos, afirma que o erro é pensarem que “a cultura de massa seja radicalmente má, justamente por ser um fato industrial, e que hoje se possa ministrar uma cultura subtraída ao condicionamento industrial” (ECO, 2004, p. 49).

Apologistas ou apocalípticos, elitistas ou críticos, o fato é que as transformações técnicas de cunho industrial fizeram

surgir uma camada popular de consumidores que até então era excluída do acesso a determinados bens materiais e culturais. E é à massa que se destina, a partir de então, toda a produção industrial cultural, tenha ela objetivo imediato do lucro do produto ou do controle ideológico. Por ser complexa, a cultura atua em diversos âmbitos da organização social, seja materialmente a partir dos objetos ou através dos valores que compõem as regras de conduta dos indivíduos inseridos. E por estar inserida em um contexto de sociedade de massa, ela cria uma necessidade que prevê formas de integração entre estes indivíduos. Interligar os indivíduos inseridos na massa, através de técnicas de comunicação eficazes e acessíveis, transformou-se em objetivo para a indústria, culminando no surgimento dos meios de comunicação de massa.

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Como vimos, foi na esteira do processo de urbanização em grande escala que se desenvolveram as técnicas de reprodução. Associados a elas, os meios de comunicação assumiram o papel de reprodutores e transmissores de mensagens para os indivíduos inseridos na massa. Em linhas gerais, o principal objetivo dos meios de comunicação é manter certa “unificação” de conteúdo que, a partir da informação, forma esta coletividade acerca do tema selecionado pelos responsáveis da veiculação. Estas informações devem ser entendidas dentro de uma conotação ampla, ou seja, não se limitam às mensagens escritas e sonoras, mas também — e principalmente — às imagens. A reprodução de tipos gráficos, som e imagem, pressupõem também a reprodução de todos os valores neles inseridos, seja de forma objetiva — que sempre ocorre — ou

de forma subjetiva — que varia de acordo com os interesses do transmissor.

Em linhas gerais podemos classificar, como o fazem William L. Rivers e Wilbur Schramm, quatro fases desenvolvimentistas relativas às técnicas de comunicação: a comunicação pela reprodução à máquina com os tipos móveis e a impressão; a comunicação por máquinas interpostas, que dizem respeito ao período que compreende o surgimento do telefone até a televisão; a comunicação homem máquina, quando surgem os dispositivos de produção de informação e de instrumento de registro e a comunicação máquina-máquina, com o desenvolvimento do computador e da automação (RIVERS e SCHRAMM, 1970). São vários os motivos que determinam cada fase, ou seja, elas se inserem em um contexto social específico que, quando analisadas neste sentido, trazem à luz não apenas as transformações da técnica em si, bem como os fatores paralelos que a determinaram. A partir disso, e tendo em vista que o objeto de abordagem deste trabalho é o sistema de comunicação implantado no regime militar, a prioridade, em termos dos postulados teóricos, destina-se para a segunda fase, que, como veremos, surge a partir do desenvolvimento das máquinas interpostas.

Também é importante ressaltar que a análise desenvolvida em torno da cultura de massa teve como eixo central a obra de arte e suas manifestações artísticas, principalmente naquilo que concerne à sua originalidade. Em termos da transmissão de valores, equivale-se à função social adquirida pelos veículos de comunicação, uma vez que estes se caracterizam como expressões da cultura de massa. Por outro lado, vale frisar que a essência dos veículos está exatamente na transmissão de informações e entretenimento para a massa, a partir de uma

“demanda” específica, diferenciando-se do “papel autônomo” da produção artística, conforme atestam os frankfurtianos.

A especificidade em questão coaduna-se à essência inerente de cada veículo, seja do ponto de vista técnico ou do conteúdo transmitido. Logo, suas diferenças determinam, a seguir, o papel que lhes será atribuído no meio social. Desta forma, é importante ressaltar o papel exercido pelo cinema em duas prerrogativas básicas: o fato de ter sido o primeiro veículo com grande projeção junto à massa, e o fato de possuir, como característica técnica principal, a reprodução de imagens em movimento, o que torna evidente sua vinculação com a radio-difusão (em especial com a TV) e com o objetivo deste capítulo.

TV, cinema e entretenimento

Existem duas características relacionadas a esta técnica, que retratam nitidamente o princípio alienante promovido pela indústria cultural: o filme e a recepção deste pelo espectador. As produções cinematográficas fincam-se no objetivo de apresentar certo “tipo ideal”, retratando modelos que exaltam comportamentos preestabelecidos. Como afirmam Adorno e Horkheimer, mesmo as situações desesperadas que desgastam o espectador em seu dia a dia “tornam se, não se sabe como, a promessa de que é possível continuar a viver” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 143).

Por ser assim, o enredo do filme é previsível, já que se pauta naquilo que o grande público anseia; é uma forma de expressão dependente dos desejos e vontades da massa. A liberdade que se propaga, segundo os autores frankfurtianos, é a liberdade de escolher sempre a mesma coisa em um univer-

so de possibilidades iguais. E é esta falsa liberdade que, no indivíduo, instiga a ideia de pertencimento, ou seja, pelo fato de compreender o universo daquilo que se apresenta para ele na grande tela, fica com a convicção de exercer papel ativo no processo, mas na realidade o filme não exige dele qualquer atitude neste sentido, já que a produção procura condicionar até mesmo o tipo de repercussão no espectador.

Este preceito está vinculado, segundo Adorno, aos antecedentes culturais inerentes ao indivíduo. Ele agrega esse raciocínio à função desempenhada pela televisão que, ao elaborar previamente a programação, reflete anseios e perspectivas do telespectador, estabelecendo um laço de identificação entre os dois polos que, mais adiante, será a receita da eficácia do processo. Tais laços compõem a síntese do que Adorno denomina como “quadros de referência”, que representam, em essência, o método de atuação psicológica sobre o indivíduo. Estes quadros traduzem a divisão do conteúdo televisivo em várias formas, como a comédia, o romance, etc; tais níveis de programação desenvolveram-se a partir de fórmulas específicas que “até certo ponto, preestabeleciam o padrão de atitudes do espectador antes do seu contato com qualquer conteúdo específico e determinam, em grande parte, a maneira pela qual qualquer conteúdo específico está sendo percebido” (ADORNO, 1973, p. 555).

Em outras palavras, as vontades e anseios do espectador já foram devidamente analisados e transformados no filme que a eles se apresenta. Não há surpresas, seu papel é mais passivo do que se pode imaginar. Esta relação, afirmam Adorno e Horkheimer, não prevê um indivíduo pensante, que construa possibilidades a partir do discernimento individual, até porque a manifestação neste sentido, mesmo se houver, acaba rechaçada pela dinâmica do processo. A atitude crítica não condiz

com a essência do filme, principalmente porque, caracterizado como lazer e diversão, deve diferenciar-se da realidade do trabalho, exigindo o menor esforço possível. Tudo que pressupõe esforço intelectual é prontamente evitado na montagem da trama.

O filme reside, assim, no âmbito da cultura de massa e pode ser encarado como o que Leo Lowenthal chama de *reprodução manipulada da realidade como ela é* (LOWENTHAL, 1973). Por este prisma concorda com Adorno e Horkheimer no aspecto de que, ao ser estabelecido desta maneira, o filme não pode ser considerado arte. Os meios de comunicação de massa são, para Lowenthal, produtos da cultura popular e a ela se direcionam, não possuindo nenhuma característica da chamada arte autêntica. Eles possuem características próprias que, dentre outras, preveem a padronização dos bens culturais colocados à disposição, a estereotipagem destes produtos em relação ao conjunto que se apresenta e, principalmente, a manipulação dos bens de consumo.

Também aqui, a perspectiva que se apresenta é a da manutenção do poder pelo intermédio da manipulação das massas. Ou seja, em consonância com o pensamento crítico, Lowenthal ratifica a tese de que os produtos da indústria cultural, que se vinculam a uma demanda de consumo da massa, são produzidos segundo o princípio do consumo em larga escala e se estruturam de maneira a fazer com que o lucro seja obtido, principalmente no que tange à supressão das resistências através do esforço intelectual. Tornam-se, assim, passivos e ratificam a interdependência entre suas vontades e aquilo que lhes é imposto, favorecendo a manutenção no poder daquilo que denominou como forças de controle (LOWENTHAL, 1973).

O viés ideológico — e, portanto alienante — dos meios de comunicação é apresentado de forma objetiva pelos

frankfurtianos não apenas na análise da técnica de reprodução em si, mas — e principalmente — no resultado desta reprodução. Segundo esta premissa, toda e qualquer forma de expressão destes meios representa a manifestação objetiva da ideologia dominante. Entretanto, cabe ressaltar a existência de controvérsias neste sentido no interior do próprio conjunto de pesquisadores da Escola de Frankfurt.

A mesma perspectiva mercadológica da produção cinematográfica é apresentada por Siegfried Kracauer. Seu trabalho sobre a indústria de filmes de Hollywood tem como preocupação central demonstrar de que maneira os filmes retratam os estrangeiros que provêm de outras culturas e que estão, ou não, instalados no território norte-americano. Em linhas gerais, o crítico percebe que a maneira como o nativo encara o estrangeiro reflete os valores provenientes de sua própria cultura, manifestando, em um primeiro momento, aquilo que reteve como conhecimento durante sua vida. Logo, os espectadores e a valoração manifestam-se de forma iminente. Esta perspectiva cultural que, do ponto de vista antropológico, representa o conflito pelo contato inicial com realidades até então desconhecidas, requer um processo de esclarecimento capaz de transportar para o âmbito da vida social aquilo que, de imediato, apresenta-se como natural.⁵

As formas de conhecimento técnico são de fundamental importância na relação que se estabelece entre culturas distintas. Como o cinema é um mecanismo de comunicação de massa, poderia assumir o papel de transmissor deste conheci-

5. Kracauer cita o trabalho da antropóloga americana Ruth Benedict, autora de “O Crisântemo e a Espada”, para mostrar a importância do conhecimento científico sobre a cultura.

mento. No entanto, naquilo que diz respeito à Hollywood, isto não acontece. Sua produção está vinculada com a lógica do mercado, na qual busca satisfazer apenas os anseios imediatos do consumo de massa. Logo, pode ser definido como instrumento exclusivo de entretenimento e lazer. Para Kracauer, o interesse do lucro determina a ação da indústria cinematográfica, o que a estimula a ajustar os seus produtos às tendências da massa. Mesmo a indústria possuindo certa margem de iniciativa, a situação não se altera, já que “o público norte-americano recebe o que Hollywood quer que ele queira; mas no fim das contas, os desejos do público, agudos ou adormecidos, estabelecem o caráter dos filmes de Hollywood” (KRACAUER, 1973, p. 304).

Evidentemente, existe convergência em alguns aspectos entre o pensamento de Kracauer e as contribuições apresentadas por Adorno e Horkheimer, principalmente em relação ao princípio mercadológico da indústria cultural. No entanto, vale ressaltar aqui duas diferenças básicas: a generalização do papel exercido pela produção cinematográfica — e pela indústria cultural como um todo — e a interpretação do indivíduo inserido na massa.

O indivíduo é entendido, como público, sob uma perspectiva diferente da enunciada pela concepção crítica-ortodoxa que, como vimos, prevê que a massa não busca, em seu tempo de lazer, algo que possa incomodá-la, como o ato de pensar e raciocinar. Sendo assim, o momento de contemplação de um filme é uma condição de fuga da realidade estressante em que vive; ele se entrega, de forma passiva, ao que lhe é transmitido como divertimento.

O entendimento do indivíduo sob um ponto de vista de total passividade representa relegá-lo a uma condição de total insignificância frente à situação formada pelo processo de

transmissão-recepção. É precipitada, de certo, a conclusão de que outros fatores intrínsecos à formação cultural do espectador não atuem, neste momento, de forma a lhe proporcionar subsídios conceituais que propiciem uma percepção “crítica” da programação. Pensar desta maneira acarreta, em contrapartida, acreditar, de forma equivocada, que os espectadores do cinema ou da televisão terão atitudes uniformes a partir da recepção. Significa, ainda, superestimar a capacidade da programação e de seu produtor.

Ora, como afirma Adorno, a programação, principalmente a televisiva, é produzida com ênfase nos anseios do público (ADORNO, 1973). Entretanto, o equívoco reside em atribuir uma condição de identificação imediata entre os agentes. A ausência da “resistência” enunciada por este preceito também pode ter origem na própria programação, já que esta — em acordo com Kracauer — pode exercer a função da informação. É por este motivo que, em seu trabalho, a crítica direciona-se para o perfil estabelecido por Hollywood e não para a produção cinematográfica de forma geral, já que “muitos filmes anteriores à guerra⁶ desafiaram o padrão comum de Hollywood e aprofundaram a nossa compreensão do mundo” (KRACAUER, 1973, p. 305).

Da mesma forma, o papel social desempenhado pelos meios de comunicação, através do filme, é entendido também sob uma perspectiva menos ortodoxa por Walter Benjamin. Ele concorda com a ideia de que uma obra de arte, ao ser reproduzida, perde a sua *aura* e, portanto, sua autenticidade. Ao perdê-la, a tradição — resultado do valor ritualístico e vinculada à obra desde a origem — é abalada, transformando-a do

6. Refere-se à II Guerra Mundial.

ponto de vista da originalidade e da unicidade. Em outras palavras, o valor da unicidade da obra de arte “autêntica” está vinculado aos rituais nela existentes. Logo, a manutenção da *aura* depende da manutenção da manifestação ritualística caracterizada por seu valor de uso original. Entretanto, esta condição faz com que a obra apresente-se em uma situação parasitária, vinculada ao ritual que lhe é inerente e que só se altera justamente pela ação do novo processo de reprodução. Assim, segundo afirma, este processo coloca em evidência pela primeira vez na história do mundo a emancipação da obra de arte em relação à sua tradicional *existência parasitária* (BENJAMIN, 1990, p. 217).

Benjamin faz referência às diversas formas de reprodução técnica criadas pela indústria. Naquilo que concerne especificamente ao cinema, podemos resgatar dois preceitos distintos e complementares em sua obra: o primeiro caracterizado como negativo ao abordar os aspectos da estilização da política, do consumo e do público e outro, em um enfoque mais brando, ao analisar a técnica em si e todas as suas possibilidades.

No primeiro caso, o autor ressalta o aspecto das produções cinematográficas vinculadas aos preceitos norteadores da sociedade capitalista. Demonstra desprezo à “montagem” de personagens que refletem aspectos desta relação e que introduzem mensagens direcionadas de exaltação e legitimação de valores. O estabelecimento deste “personalismo estético” influenciará, a seguir, a própria lógica de funcionamento das democracias liberais, uma vez que, fundamentada no reconhecimento para a escolha do representante, a divulgação da imagem ganhará imensas proporções, caricaturando o político e o transformando em um produto, apresentado e “vendido” pela técnica da reprodução da imagem. Nesse sentido o essencial passa a ser a apresentação do político diante do aparelho.

Rádio e cinema não modificam apenas a função do ator profissional, mas também a de qualquer pessoa que, como é o caso do governante, apresenta-se diante do microfone e da câmera. O intérprete do filme ou o homem de Estado, apesar da diferença dos objetivos visados, sofrem a este respeito transformações paralelas. Elas conduzem, em certas condições sociais determinadas, a aproximá-los do público. E por isso ocorre uma nova seleção, uma seleção diante do aparelho; os vencedores são a estrela e o ditador (BENJAMIN, 1990, 226).

O êxito deste processo vincula-se, necessariamente, à identificação do público com o que está sendo transmitido. Além de convergir com a ideia da reprodução como produto de consumo, Benjamin também afirma que o indivíduo, disperso em uma condição de massa, age necessariamente de forma coletiva e sem precisar de grande esforço de atenção, uma vez que, como o filme é um entretenimento e estabelece com ele uma identificação imediata, torna-se um examinador, um especialista. Por este motivo a crítica — ou a condição dela — desaparece quando a obra destina-se a uma grande massa e “as reações individuais são determinadas, desde o início, pela imediata virtualidade de seu caráter coletivo. Ao mesmo tempo em que se manifestam, tais reações controlam-se mutuamente” (BENJAMIN, 1990, p. 231).

O segundo aspecto, aqui compreendido como positivo, apresenta a antítese da exaltação que é proporcionada pelos críticos — principalmente pelos conservadores — sobre a produção artística. Isso porque o enquadramento de um determinado cenário depende, no que concerne ao artista, de um “filtro” natural por ele estabelecido em consonância com a mensagem. Ou seja, a obra retrata o ponto de vista do artista frente a uma “realidade” por ele verificada. Sua produção será a única verdade a ser apresentada, o que significa, em maior ou menor intensidade, a alteração da *aura*. Já a câmera, instrumen-

to de reprodução do filme, apenas retrata a realidade e a transmite, sem que necessariamente tenha que passar por um “filtro”. Configura-se, assim, uma clara distinção entre as formas de transmissão de mensagens.

Além disso, ao ser reproduzido em dimensões amplas na tela do cinema, o espaço da imagem amplia-se e, atrelado ao recurso da câmera lenta, faz com que o movimento tome novas dimensões. Deste processo resulta o que Benjamin considera como “libertação” relativa ao conhecimento da realidade, já que esta, desatrelada da sua condição estática, apresenta novas possibilidades: “Nossos cafés e as ruas de nossas grandes cidades, nossos escritórios e quartos mobiliados, nossas estações e fábricas pareciam aprisionar-nos sem esperança de libertação” (BENJAMIN, 1990, p. 233).

Em suma, a filmagem propicia uma “viagem virtual” a outras realidades, podendo contribuir para uma maior compreensão do indivíduo sobre a realidade que a ele se apresenta. É a utilidade de um mecanismo de comunicação que, do ponto de vista mais ortodoxo, foi interpretado apenas como instrumento do controle social burguês.

A lucidez de Benjamin frente à função mais ampla dos veículos de comunicação deve, aqui, ser ressaltada. Ele introduz elementos de análise que, em nossa concepção, retratam de forma mais completa o papel que esses veículos podem exercer no campo da organização social.

Os pontos de convergência e divergência da análise da cultura de massa e da indústria cultural ocorrem também no trabalho daqueles que, em uma conjuntura posterior — e, portanto mais integrada na realidade dos meios de comunicação — se propuseram a analisar o fenômeno, como foi o caso de Edgard Morin, que afirma ter sido “a partir da vulgata marxista que se delineou uma crítica de ‘esquerda’, que considera a

cultura de massa como barbitúrico (o novo ópio do povo) ou mistificação deliberada (o capitalismo desvia as massas de seus verdadeiros problemas)” (MORIN, 1990, p. 17).

Morin procurou estabelecer uma analogia entre a produção cinematográfica e a produção industrial, atribuindo ao filme um papel semelhante ao de qualquer produto industrializado. Esta *mercadoria* visa à satisfação dos anseios de uma massa de consumidores que, engajada na condição de público, são o verdadeiro motivo da ação da Indústria Cultural. Este público que se apresenta em uma sala de cinema é variado, formado por indivíduos que representam os diversos grupos que compõem a sociedade. Logo, não podemos caracterizá-lo com um único padrão de comportamento.

Assim, segundo Morin, a indústria cinematográfica opta por uma “linguagem” que possa alcançar a todos no mesmo instante, tentando ser bem sucedida no sentido de satisfazer as vontades de uma maioria. Desta forma, os filmes são criados tendo como base uma *média* que possa representar o universo de possibilidades que ali se apresentam, ou seja, as imagens, a linguagem e o som devem ser acessíveis a todos. Esta *média* — análoga ao *midcult* de Macdonald — atrelada à lógica do consumo em larga escala, dão a dinâmica no processo de criação dos filmes.

Mesmo inserido em um contexto de produção industrial o filme apresenta, para Morin, um aspecto diferenciado do que antes havia sido proposto. Em contraposição a todo o debate realizado acerca do confronto com a obra de arte, o filme pode ser encarado como arte, já que apresenta um aspecto fundamental para esta definição: a unicidade. Esta unicidade, que reside no âmago da condição racional de criação do autor, não interfere no aspecto da padronização geral que o filme deve manter para satisfazer o público de massa, principalmente

em relação ao enredo, pelo contrário. Na produção cinematográfica, afirma Morin, alguns temas (enredos) de sucesso devem ser mantidos a partir da padronização de valores ali inseridos. No entanto, acréscimo de novidades (como as vedetes) dá a caracterização do novo à obra. Isto a individualiza, sem que necessariamente fuja de padrões conhecidos e aceitos pelo espectador. Logo, “a contradição invenção–padronização é a contradição dinâmica da cultura de massa. É seu mecanismo de adaptação ao público e de adaptação do público a ela. É sua vitalidade” (MORIN, 1990, p. 28).

O ecletismo que caracteriza a produção cinematográfica está associado à liberdade de criação propiciada pela indústria. Esta “liberdade” pode variar em consonância com a fase da produção e tem como objetivo moldar o produto cultural para a recepção do público, ou seja, esta liberdade pode servir apenas para dar acabamento à produção padrão. O trabalho desenvolvido nesse sentido visa inserir a produção no contexto geral, mas mantendo sua unicidade, já que, de acordo com Morin, a padronização não é obstáculo à unicidade — a individualização da obra — mesmo porque é inerente ao desenvolvimento da indústria cultural a tendência à unicidade, à criação de características que a coloquem numa perspectiva própria. Esta tendência homogeneizante também representa uma tendência cosmopolita, que submete as diferenciações regionais e nacionais a uma forma cultural baseada nas grandes áreas transnacionais (MORIN, 1990).

A par deste enfoque, Morin critica os princípios tradicionalistas pelo receio do processo de transformação efetivado pela indústria cultural. É certo que, ao falar de cosmopolitismo, ele ressalta a “base” deste processo que são os Estados Unidos da América; no entanto, compreende o importante papel que pode ser exercido pelos meios de comunicação na

organização da nova realidade, e não exatamente atuando como instrumento de controle proveniente da orientação ideológica burguesa.

Ora, e o que significa isso senão apontar perspectivas teóricas mais condizentes com a verdadeira função social da indústria cultural no geral, e dos meios de comunicação, em específico? Os preceitos apresentados por Morin condizem com o exposto anteriormente. Há de se ponderar, entretanto, que não se trata, aqui, de recusar por completo a análise crítica. O problema reside antes, como já mencionado, na definição, *a priori*, do papel destinado ao “indivíduo consumidor”, condenado a um caminho sem volta. Por conseguinte, esta postura condena, de forma análoga, os veículos de comunicação à condição de “mecanismo manipulador”. E isto contradiz, certamente, sua verdadeira essência, já que deixa de abordar suas diversas possibilidades, a exemplo do que demonstra o próprio Morin ao afirmar que “a indústria cultural não produz apenas clichês ou monstros. A indústria de Estado e o Capitalismo privado não esterilizam toda a criação” (MORIN, 1990, p. 49).

De forma semelhante, Umberto Eco afirma que o grande problema é centralizar o debate na resposta da viabilidade ou não da existência da cultura de massa. Ela é fato e seu grande problema é ser manobrada pelo que ele chama de grupos econômicos, que objetivam lucro. Portanto, diferentemente do pensamento crítico, o problema não está na cultura de massa ou na técnica de comunicação, mas na condução e ratificação desta cultura pelos veículos de comunicação. Assim, uma inversão no processo lhe renderia frutos.

A questão central do debate deveria ser pensar de que maneira os veículos de comunicação podem transmitir valores culturais. Eco deixa implícito que a mudança na programação

pode representar uma alternativa e consequente melhora nos padrões culturais, até porque, como afirma, a capacidade de entendimento pode permitir um “crescimento” da condição de interpretação da própria alta cultura. Partindo deste pressuposto, faz uma consistente defesa da possibilidade que tem o homem de fruição, ou seja, de contemplar e participar de manifestações culturais de níveis diferenciados, guardadas as devidas especificidades da capacidade de apreensão. Neste sentido, “só aceitando a visão dos vários níveis como complementares e todos eles fruíveis pela mesma comunicação de fruidores, é que se pode abrir caminho para uma melhoria cultural dos *massmedia*” (ECO, 2004, p. 59).

As diversas possibilidades, ora apontadas sobre os veículos de comunicação, têm em Eco sua mais clara manifestação. O âmago da questão não está na técnica, mas no uso que dela se faz. Assim, como veremos a seguir em torno do rádio, não se deve analisar um fenômeno complexo com preceitos reducionistas.

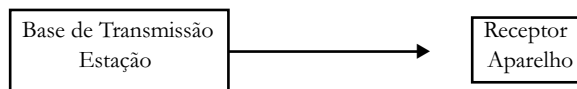
Rádio: a viabilidade técnica

As primeiras iniciativas de transmissão dentro dos padrões radiofônicos resultaram de pesquisas então desenvolvidas pelas grandes empresas do setor, que culminaram na criação dos aparelhos receptores, ou seja, como afirma Maria Elvira Federico: “a indústria eletroeletrônica, recém-instituída, envidou esforços que permitiram ainda mais a aceleração e o caminho que a área tomou após a guerra”⁷ (FEDERICO, 1982, p. 13).

7. Refere-se à Primeira Guerra Mundial.

Estes aparelhos receptores possibilitaram, portanto, o início do mecanismo de transmissão de mensagem via rádio, agora para um indivíduo que se instala próximo ao alcance do som do aparelho. Este processo de transmissão é resultado de uma complexa configuração e estruturação de peças, cálculos e ondas invisíveis dispostas na natureza⁸. Na realidade a “matéria prima” do rádio — as ondas eletromagnéticas — sempre esteve à disposição no mundo natural, bastava haver a conjunção entre um desenvolvimento técnico determinado e uma necessidade específica anunciada. Para enquadrar esta lógica estruturante dentro de uma perspectiva que aqui nos interessa, apresentaremos abaixo uma rápida síntese do processo de transmissão inaugurado pelo rádio:

Esquema 1



Esquema 2



O primeiro esquema tenta mostrar que o rádio caracteriza-se enquanto produtor de informações. Na estação são criadas as informações que serão captadas pelos aparelhos

8. Voltaremos ao tema no segundo capítulo.

receptores dos ouvintes que, por sua vez, aguardam no final da “linha” para se informarem. Ora, este processo remete à estação a responsabilidade de formar o ouvinte sobre o “produto” ali criado, uma vez que este, alheio à condição de participação na base de transmissão, depende totalmente da recepção para se formar. Em outras palavras, o indivíduo possui uma maneira única de se deparar com a informação transmitida, sendo ouvinte. Logo, a estação possui o que podemos denominar como meios de produção de mensagens, enquanto ao ouvinte resta o papel de “consumidor” em função da sua condição passiva no processo.

O segundo esquema procura demonstrar a capacidade técnica do rádio frente ao papel que ele adotou na sequência de sua criação, a saber, o de controle social. A complexidade urbana instituída com o aumento das cidades atribuiu ao rádio a função de transmissor de informação e entretenimento. Tanto no Brasil — como veremos — como em todas as sociedades que o adotaram, o rádio passou a integrar os instrumentos de comunicação e, portanto, de orientação dos indivíduos. Assim sendo os acontecimentos que antes se restringiam a formas rudimentares e elitistas de transmissão — como os veículos escritos — foram assumidos pelo rádio, e este, em função de seu papel estratégico, pelos governos. Por isto, afirma Federico, a maior parte dos países “têm sob a jurisdição direta dos seus governos, ou através de órgãos públicos indicados, não só a outorga de licenças, como o controle sobre os veículos eletrônicos. Alguns deles até mesmo os exploram diretamente instalando e operando serviços” (FEDERICO, 1982, p. 16).

Transmitir informações pressupõe, como condição inerente, um processo de reprodução. Reprodução de uma informação criada na base ou adquirida fora dela. Neste caso, e é o que

nos apresenta este esquema, a estação fica com a incumbência de se deparar com o fato e transmiti-lo para o receptor através dos mecanismos técnicos. O fato, tal qual a produção de uma obra de arte, é constituído levando-se em consideração uma junção de fatores — o *hic et nunc* de Benjamin — que o tornam único e original. Tal qual a obra de arte ele também possui uma aura. Ao tentar reproduzi-lo, seja através de imagem ou de som, a técnica de reprodutibilidade não logra êxito total, já que sempre haverá a limitação da reprodução da aura.

No caso específico do rádio este processo acentua-se ainda mais. O veículo caracteriza-se pela transmissão sonora das informações. Esta especificidade obriga-lhe o trabalho de um emissor humano capaz de transformar em linguagem compreensível aquilo que se verificou no contato com o fato. Ao exercer a transmissão o emissor, por não conseguir reproduzir a aura, envia uma versão do fato, transformando-o e deturpando-o. Logo, a “realidade despojada do que a aparelhagem lhe acrescentou tornou-se aqui a mais artificial de todas; assim, no mundo da técnica, a captação imediata da realidade enquanto tal é agora uma simples quimera” (BENJAMIN, 1990, p. 229).

Em outras palavras, ao transmitir o fato, o emissor modifica a realidade enquanto tal. Do ponto de vista do receptor esta realidade se agrava — e este é, a nosso ver, o ponto de partida de toda a crítica frankfurtiana aos novos veículos de comunicação. Desprovido da condição de se deparar com o fato — e conseqüentemente com a aura — o indivíduo-receptor fica à mercê das versões transmitidas pelo emissor. O que ele recebe é uma realidade deturpada, transformada, trabalhada segundo suas necessidades verificadas pelo emissor.

Levando-se em consideração que toda produção possui sua aura, também a versão deturpada pelo emissor terá seu

“selo de autenticidade”, sua aura. Assim, pode-se aferir que estar alheio ao verdadeiro fato força-o a transformar em verdade aquilo que na realidade é uma versão, ou seja, a verdade do fato se confunde com a “verdade” da versão. Este processo, intrínseco à reprodutibilidade técnica, categoriza o receptor numa condição de passividade pela própria essência do veículo.

Democrático, o rádio transforma-os a todos igualmente em ouvintes, para integrá-los autoritariamente aos programas, iguais uns aos outros, das diferentes estações. Não se desenvolveu nenhum dispositivo de réplica e as emissões privadas são submetidas ao controle. (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 114)

Neste sentido evidencia-se a clara possibilidade de atuação política proporcionada pelos meios de comunicação de massa. Na realidade, toda a indústria cultural, inserida numa lógica de mercado, propicia a inserção de valores ao público receptor. Ora, é justamente esta possibilidade que abrirá o caminho para que a radiodifusão possa inserir-se no cenário político. E é esta condição a responsável pelo desenvolvimento dos veículos, desta feita sob a tutela das diversas orientações ideológicas e governamentais.

A viabilidade política

Sob uma conjuntura de utilização incondicional destas técnicas ao nível político, Adorno e Horkheimer ressaltam a força do discurso ideológico do mercado — onde as massas sucumbem mais facilmente aos preceitos — ao afirmarem que, assim como os dominados sempre deram maior importância à moral recebida dos dominadores, as massas aderem mais facilmente ao mito do sucesso; mais que os próprios bem-suce-

didados. E acrescentam, ainda, que as massas têm os desejos de seus dominadores (ADORNO e HORKHEIMER, 1985).

Inserida no contexto do mercado, a proposta ideológica resultante da ação da indústria cultural refletirá os princípios defendidos pela classe dominante capitalista. E esta proposta aponta efetivamente para a “não crítica”, ou seja, para uma condição de passividade do consumidor alienado. Essa passividade é estimulada porque, segundo Adorno e Horkheimer, a indústria cultural não atua apenas para satisfazer as necessidades a partir da reprodução, mas também para criar a própria necessidade do produto. Em outras palavras, ao contexto cultural serão inseridos valores e bens que, por estarem desconexos na origem, devem ser estimulados como necessidade, garantindo, a seguir, seu consumo sem resistência. Na realidade são criados de forma “racional” e apresentados à sociedade de forma “natural”.

Esta ideologia do consumo dos bens industriais, ao se vincular aos preceitos liberais da economia de mercado, procura “anular” como padrão de consumo de massa aquilo que não condiz com os objetivos de lucro provenientes da reprodução em larga escala. Assim, o que for “diferente” é marginalizado em nome do “comum” a todos, do conhecimento geral. A massa, na condição de consumidora, deve reconhecer-se no produto; seus valores devem ser os mesmos transmitidos constantemente. Segundo Adorno e Horkheimer, mesmo o pensamento próprio deve ser anulado pelo espectador, já que o produto prescreve, através de sinais, toda a reação. Evita-se, assim, o esforço intelectual (ADORNO e HORKHEIMER, 1985).

O propósito de vida, em termos genéricos, é retratado pela indústria, estabelecendo o padrão de comportamento a ser adotado. Mais adiante, a mesma lógica imposta na relação homem-mercado estrutura a relação de dominação no âmbi-

to político. Isso porque o princípio de liberdade, que na democracia representativa manifesta-se no direito à escolha do representante, influenciará a relação homem-Estado, tornando-a dependente das formas de reprodução de mensagens inerentes aos veículos de comunicação. O candidato que se apresenta é o candidato que retrata o estilo de vida do mercado, onde, atrelado ao trabalho contínuo de desconstrução, fez com que a ideologia se reduzisse a um discurso vago e descompromissado bastante eficaz, já que, como afirmam Adorno e Horkheimer, manifestam-se como publicidade ou como o que chamam de conversa fiada. Assim, “a ideologia fica cindida entre a fotografia de uma vida estupidamente monótona e a mentira nua e crua sobre o seu sentido, que não chega a ser proferida, é verdade, mas apenas sugerida, e inculcada nas pessoas” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 138).

O êxito da dominação está na legitimação dos valores intrínsecos ao sistema. Em contrapartida, os riscos possíveis estão associados a uma condição de negação, tendo em vista o surgimento de alternativas que alteram o padrão de consumo. Sendo assim, a constante representação das formas de vida e a estereotipização daquilo que se quer negar são métodos usuais da Indústria Cultural. E este movimento ocorre, muitas vezes, de forma vinculada, onde o “produto ideal” é o apresentado concomitantemente ao “não ideal”, sugerindo de forma subjetiva o seu consumo.

Das analogias

O que é salutar, para Adorno e Horkheimer, é exatamente aquilo que se repete constantemente, que além de demonstrar e ratificar a existência do fato, reafirma ao espectador que ele não está só, que os valores são compartilhados por outros.

Desta forma, e aqui mora a principal pilastra das críticas levantadas à indústria cultural, restringe-se o espaço para a unicidade, tanto do ponto de vista da criação da obra quanto da perspectiva de quem a consome. E isso porque o valor de uso nela inserido não condiz com os propósitos da economia de mercado, logo, não será propagada. A realidade, que é a realidade do mercado, configura-se como natural.

Em linhas gerais, segundo podemos aqui afirmar, o cinema insere-se na lógica que norteia a crítica à indústria cultural, ou seja, segue a mesma regra da reprodução da obra de arte, uma vez que o produto que fornece — o filme — nada mais é que uma mercadoria. E seu público, por ser de massa, está alheio ao processo de produção original.

Enquanto o cinema projeta imagens em uma sala para um grupo genérico, o rádio tem a sua recepção em aparelhos específicos, normalmente instalados na residência do receptor. Nesse sentido, enquanto na sala de projeção as reações individuais são controladas pela reação coletiva da massa, assim como apontou Adorno e Horkheimer, o rádio possui uma característica mais libertadora, uma vez que seu receptor não se encontra envolto por um grande público. Assim, pode expressar de forma mais intensa sua individualidade.

Mesmo possuindo, como vimos, um viés informativo, o objetivo básico do cinema é o entretenimento, enquanto o rádio, por atuar apenas pela técnica oral de transmissão, teve seu papel social destinado com maior ênfase para a questão da informação através de mensagens específicas. E é por este motivo que sua utilização em termos políticos é mais acentuada, principalmente a partir da proliferação das estações receptoras.

Em contrapartida, a TV apresenta aspectos de intermediação entre o rádio e o cinema. Nasce reproduzindo imagens como o cinema e apresentando programações que se origina-

ram no rádio⁹. Há que se ressaltar, entretanto, sua peculiaridade ante a produção, que se estabelece em torno de um tempo útil menor que o do cinema e da reprodução constante de personagens. Ademais, “a tecnologia da produção da televisão torna quase inevitável a estereotipagem. O pouco tempo disponível para a preparação dos textos e o vasto material que deve ser produzido continuamente exigem certas fórmulas” (ADORNO, 1973, p. 557).

Por este motivo é possível aferir que os veículos de comunicação de massa, apesar de singularidades quanto à questão técnica, enquadram-se num propósito imediato de propagar a cultura de massa, com o objetivo de estabelecer o controle social através da transmissão de regras de conduta e valores, ou seja, como frisado anteriormente, para a questão do consumo ou para a questão política.

O propósito a seguir será demonstrar de que forma o rádio e a televisão se inserem na cultura nacional atuando nas duas frentes até aqui exploradas: a do consumo, que sustenta a economia de mercado, e a política, que legitima ideologias e regras de controle. E é esta última que fornece subsídios para entender a importância do veículo para o governo ditatorial militar.

9. Veremos este aspecto manifestado, principalmente, em torno da realidade brasileira.

Capítulo II

COMUNICAÇÃO DE MASSA NO BRASIL

DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO

O rádio, ao objetivar uma função de recepção simultânea em diversos lares, coloca em evidência uma realidade até então inédita na história da humanidade: a possibilidade de que várias pessoas (uma massa) possam, simultaneamente, receber as mesmas informações provenientes da mesma fonte. A transmissão de informações em massa até então conhecida referia-se a um modelo estruturado por meio da linguagem escrita.

Os jornais e revistas produzidos em larga escala possibilitavam a um número específico de pessoas o acesso a informações similares, o que, conseqüentemente, nivelava o grau de informações disponíveis para a sociedade. É natural afirmar que todos os mecanismos de informação coletiva possuem um limite restrito à quantidade de códigos possíveis, no entanto, o modelo escrito possui uma “agravante” a mais: para se informar pela via escrita, um indivíduo precisa, necessariamente, ser alfabetizado, conhecer os códigos e as letras. Ao considerarmos, porém, os impressionantes índices de analfabetismo exis-

tentes no Brasil no início do século XX¹ podemos concluir que estes mecanismos chegavam a muitos, mas poucos podiam usufruir do objetivo para o qual se prestavam.

Diferentemente dos mecanismos escritos, o rádio é meramente sonoro e sua lógica consiste na transmissão de mensagens através de uma complexa estrutura de válvulas, fios, eletrodos, antenas e toda parafernália eletrônica resultante de intensas pesquisas. Além disso, aliado ao surgimento e desenvolvimento da televisão, o processo de comunicação passa a se pautar por aparelhos receptores residenciais. Tais aparelhos superam os inconvenientes do analfabetismo e, como consequência, ampliam o público-alvo. Esta é a realidade que se pode constatar no caso brasileiro.

Desenvolvimento técnico

A história do rádio inicia-se basicamente a partir das primeiras pesquisas sobre as transmissões de sinais por ondas eletromagnéticas, realizadas na segunda metade do século XIX. James C. Maxwell e Heinrich R. Hertz desenvolveram pesquisas acerca destas ondas e deixaram prontas as bases técnicas

-
1. Em 1910 apenas 4,2% da população cursava o ensino primário, enquanto 0,33% cursava o médio e 0,019% o superior. Em 1929 ocorre uma pequena elevação: 7,6% cursavam o primário, enquanto 1,10% o médio e apenas 0,043% o superior. O percentual relativo à população que participava do ensino formal era de 4,5% em 1910 e de 8,8% em 1929 (NOGUEIRA, Oracy. “O desenvolvimento de São Paulo, através de índices demográficos, demógrafo-sanitários ‘Vitais’ e Educacionais”). *In* (PEREIRA, 2001, p. 49-50).

para futuras transmissões através delas. Não fossem as fervorosas defesas de alguns pesquisadores do rádio, as transmissões em código morse realizadas por Guglielmo Marconi em 1896 marcariam o surgimento do rádio, ou seja, da possibilidade de transmissão de mensagens sem a utilização de fios. Isto porque ele realizou, nesse ano, o envio de mensagens de Dover (Inglaterra) para Viemeux (França) através daquilo que ficou conhecido como radiotelegrafia. Segundo Luiz Ferrareto, mesmo o senso comum tendo atribuído a Marconi a invenção do rádio, “pode-se afirmar que a radiodifusão sonora constitui-se no resultado do trabalho de vários pesquisadores em diversos países ao longo do tempo” (FERRARETO, 2001, p. 80).

Ferrareto cita diversas pesquisas que, posteriormente, tornaram-se a base estruturadora da radiofonia, passando antes pelo telégrafo e pelo telefone. O que existe de peculiar em Marconi é seu espírito empreendedor, que lhe propiciou não apenas a percepção da importância desta nova forma de comunicação, mas também a iniciativa política, principalmente por patentear suas máquinas na Inglaterra, disponibilizando-as para a utilização das tropas marítimas do país (é sua, por exemplo, a patente do telégrafo sem fio).

A literatura específica sobre as ondas de rádio ressalta, entretanto, o papel do pesquisador brasileiro Landell de Moura. Moura foi um padre formado na Universidade Gregoriana de Roma. Sua formação e posterior atuação mesclaram a devoção aos princípios católicos com os diversos estudos técnicos, principalmente no que concerne às ondas eletromagnéticas e seus efeitos. Enquanto atuava como padre, Landell de Moura desenvolvia pesquisas neste âmbito que, na sequência, viriam a notabilizá-lo como cientista. Essas pesquisas foram para muitos o verdadeiro pioneirismo dos estudos que culminaram na radiotelefonia.

Dentre as diversas “Histórias que o rádio não contou”, Reynaldo Tavares ressalta o episódio dos trabalhos do padre e acrescenta que, do ponto de vista de suas pesquisas, Moura é o pioneiro. Para ratificar tal afirmação, baseia-se no fato de que as primeiras experiências de radiodifusão realizadas no Brasil ocorreram em 1892, ou seja, três anos antes das realizadas pelo italiano Guglielmo Marconi. Utilizando um equipamento composto por três eletrodos e uma válvula amplificadora de fabricação própria, Landell de Moura teve, na cidade paulista de Campinas, o cenário da primeira grande experiência. Ela foi repetida posteriormente, em 1894, na cidade de São Paulo, a uma distância aproximada de oito quilômetros (TAVARES, 1999).

Não restam dúvidas da importância dos estudos do padre Landell de Moura para o desenvolvimento desta tecnologia. O reconhecimento mais elevado dado ao pesquisador italiano pode residir na confluência de fatores conjunturais que lhe foram favoráveis. Enquanto Marconi desenvolvia suas pesquisas com o auxílio do governo britânico, que tinha interesse direto na tecnologia, principalmente para fins militares, Moura “amargava” não apenas a falta de incentivos financeiros como também a resistência cultural do país. Esta resistência ainda era agravada pelo fato de pertencer e ser um representante da religião até então soberana na organização social. Sobre este aspecto, Tavares relata passagens de desagravo da população e da Igreja, através da Diocese de responsabilidade do Bispo Dom Duarte Silva, acusando-o de bruxaria e de praticante do espiritismo e do candomblé (TAVARES, 1999, p. 25).

Depois de variados conflitos, que culminaram com a destruição de seu laboratório e com diversas transferências de paróquias, Moura dirigiu-se para os Estados Unidos da América a fim de concluir suas experiências. Lá patenteou seus in-

ventos², dentre os quais a lâmpada de três eletrodos que, segundo Ferrareto, exerce função semelhante ao triodo³ do pesquisador americano Lee de Forest⁴.

A tecnologia atingida com as ondas eletromagnéticas continuou a se desenvolver até atingir a característica de instrumento de comunicação que hoje conhecemos acerca do rádio, ou seja, uma base de transmissão e uma fonte receptiva capaz de tornar inteligíveis as informações transmitidas através das ondas magnéticas. Ferrareto faz referência a David Sarnoff como um dos primeiros a propor uma forma de entretenimento que pode ser considerada um embrião da concepção do rádio como meio de comunicação de massa. Para tanto, baseia-se em documento expedido por Sarnoff:

Concebi um plano de desenvolvimento que poderia converter o rádio em um meio de entretenimento doméstico como o piano ou o fonógrafo. A idéia consiste em levar a música aos lares por meio da transmissão sem fios⁵.

-
2. As patentes adquiridas nos Estados Unidos são as seguintes: *Transmissor de Ondas* em 11/10/1904 (nº 771.917); *Telefone sem fio* em 22/10/1904 (nº 775.337) e *Telégrafo sem fio* em 22/10/1904 (nº 775.846). In (TAVARES, 1999, p. 25).
 3. Válvula amplificadora: serve para aumentar as características do sinal, estabilizando-o.
 4. Segundo Luiz Ferrareto, “existem registros de que a lâmpada de três eletrodos, citada por Landell de Moura no seu projeto de transmissor de ondas patenteado nos EUA, em 1904, fazia o mesmo que o triodo de Lee DeForest” (FERRARETO, 2001, p. 86).
 5. Memorando de David Sarnoff à diretoria da empresa. Citado em Apud GIL, Maria C. R. *Introducción al conocimiento y práctica de la radio*. México: Diana, 1994, p. 35-36. In (FERRARETO, 2001, p. 88).

Uma conjuntura instável: tenentismo e era Vargas

A implantação da nova tecnologia de comunicação, como não poderia deixar de ser, sofre influências diretas da conjuntura social e política que caracterizava o país entre o final do século XIX e início do XX. No plano internacional, ressaltam-se dois grandes acontecimentos: a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. Estes dois fenômenos colocam em evidência uma contundente crítica à forma de organização política liberal, inaugurada no final do século XVIII. O avanço do capitalismo industrial e o enfraquecimento do Estado são “questionados”, principalmente no processo da Revolução Russa de 1917.

Em linhas gerais, a ascensão dos comunistas ao poder na Rússia coloca em evidência uma alternativa a um modelo de organização político-social decorrente do desenvolvimento da indústria e da economia de mercado. O comunismo representa não apenas uma proposta nova de organização do Estado e do Governo, bem como uma forma de organização socioeconômica alternativa, baseando-se, para tanto, na destruição do âmago de sobrevivência do capitalismo: a propriedade privada.

Ora, a ideologia comunista, ao propor uma nova forma de organização social, adquire ampla conotação e conseqüente impacto nas diversas sociedades. Em contrapartida, os movimentos de resistência à influência comunista proliferam com a mesma intensidade, com a radicalização de posições conservadoras, visando principalmente à manutenção do capitalismo.

Francisco Iglésias, em sua clássica análise sobre a trajetória política brasileira, afirma que o mundo é inflamado por uma exacerbação ideológica proveniente da Revolução Comunista de 1917. Por este motivo, ocorre, após o término da primeira guerra mundial e por temor do comunismo, uma

guinada ao que ele denomina como “maré direitista”, acarretando, além do início do fascismo na Itália em 1922, em diversas manifestações na Europa e nos países americanos (IGLESIAS, 1993).

Ao passo que surgem os conflitos no âmbito político, o desenvolvimento técnico-industrial acelera-se no início do século XX. As grandes corporações, em especial as norte-americanas, começam a se formar e atuar no mercado mundial em diversos setores, garantindo a proliferação da estrutura privada e das desigualdades de classe que lhe são inerentes. O rádio, como abordado anteriormente acerca de seu desenvolvimento primário, é exemplo disso.

O Brasil, enquadrado nessa conjuntura, além de receber o impacto das ideologias políticas internacionais — que resultam principalmente do final do século XIX no questionamento, e posterior substituição, do modelo centralizador imperial pela República — convive com um antagonismo ainda maior no tocante à questão socioeconômica. Amparado por uma economia agrária, é do campo que o país sobrevive, principalmente com a exportação do café. As indústrias, ainda incipientes, atuam em poucos setores da produção, como demonstram as tabelas abaixo:

Estabelecimentos Industriais e Expansão Demográfica Urbana

CATEGORIAS	1907	1920	1940	1950
ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS	3.258	13.336	49.418	89.086
OPERÁRIOS	150.841	275.512	781.185	1.256.807

Fonte: (PEREIRA, 2001, p. 44-47)

População Rural X População Urbana (em porcentagem)

POPULAÇÃO	1940	1950	1960
RURAL	68,8	63,8	39,5
URBANA	31,2	36,2	60,5

Fonte: (PEREIRA, 2001, p. 47)

O que se percebe nos dados apresentados é um nítido crescimento da inserção da indústria na economia nacional, refletido, principalmente, no índice de indústrias inauguradas na primeira metade do século XX. Este crescimento, no entanto, não substitui, ao menos neste período, a ênfase na produção rural, o que, por consequência, reflete na estrutura social adotada, tendo em vista, inclusive, o índice demográfico superior que possui a área rural em contraste com a urbana. Ora, se a estrutura social prioriza o “campo” em detrimento da “cidade”, é natural que a organização política que provém das áreas rurais tenha um “peso” significativo na “equidade” dos interesses em jogo. Prova disso está na conduta política inaugurada pelas elites que comandaram a economia nacional.

Essas elites instituíram aquilo que a literatura historiográfica denomina como “República do Café com Leite”, ou seja, um acordo de alternância no governo federal entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais no período de quatro anos. Por este acordo — que naturalmente contava com o apoio dos demais Estados — o país seria governado ora por um paulista, ora por um mineiro. Por outro lado, o desenvolvimento das indústrias descentraliza o setor produtivo e inaugura uma realidade social conflituosa que se acentuará e se constituirá em

“divisor de águas” na década de 1920, período que aqui interessa de forma mais direta.

Em resumo, esta década inicia-se inserida em um tripé de fatores determinantes. Em primeiro lugar uma realidade econômica centrada na produção agrária e com fins prioritários de exportação, criando uma organização social rural que fortalece os grandes proprietários de terra. Em decorrência disso, a própria influência que estes proprietários exercem, no âmbito político, centraliza a governança a partir do acordo firmado em nível estadual.

Em segundo lugar, e em consonância com o que já se observou a partir da análise de Engels sobre a realidade inglesa (ENGELS, 1988), o desenvolvimento industrial emergente centra-se na criação de um mercado interno consumidor e no “incentivo” à migração dos futuros trabalhadores para os arredores das indústrias. Este fato acelera, também no Brasil, o crescimento das cidades e do modo de vida urbano. Por fim, na década de 1920 acentua-se a influência ideológica de questionamento não apenas do modelo liberal como um todo, mas também da própria estrutura política predominante desde a instauração da República

Os iminentes conflitos sucedem-se durante essa década e deixam transparecer as veias de uma camada que teve significativo papel durante o processo de instauração da República, mas que durante os primeiros anos do século XX sofreu um revés em relação à sua inserção política: os militares. Segundo Iglésias, a base de formação militar brasileira sempre foi positivista, priorizando uma formação mais filosófica e matemática em detrimento de um treinamento mais técnico. A modernização, como afirma, ocorre após o final da Primeira Guerra com a chegada da Missão Militar Francesa que, dentre outras funções, prioriza a formação de um segmento: os tenentes.

Com esta nova investida, os alunos tenentes passam a conceber um papel mais incisivo para o exército, como agentes militar e social. Logo, “se antes já se atribuía um papel fiscalizador da política, como suposto detentor do patriotismo e da moralidade, agora o faz com mais vigor e rigor” (IGLESIAS, 1993, p. 222).

A influência política deste contingente das forças armadas mexeu com as estruturas existentes. O chamado “movimento tenentista” começa a ganhar espaço no cenário político, resultando em dois movimentos consequentes. O primeiro centra-se durante o processo eleitoral que viria a ocorrer em 1922. Os militares vinculados ao movimento vetam a candidatura do mineiro Arthur Bernardes e se manifestam contra uma suposta carta a ele atribuída com veementes críticas ao Exército. De acordo com Iglésias, a autoria da carta publicada nos órgãos de imprensa foi questionada posteriormente e se verificou, inclusive com o depoimento do próprio fraudador, que se tratava de estratégia da Reação Republicana para instigar os militares contra Bernardes. O presidente Epitácio Pessoa reprime a revolta, selando a continuidade do processo eleitoral. No segundo movimento o grupo volta à tona após o pleito, tentando garantir que o agora presidente eleito não tomasse posse. Este levante, no entanto, fica reduzido aos estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso, culminando com a forte repressão imposta por Pessoa para garantir a posse do presidente eleito.

A forte contribuição oposicionista do movimento tenentista teve repercussões ainda mais acentuadas durante o governo de Arthur Bernardes. Já inseridos numa postura ideológica mais clara, os militares propiciaram três fatos de proporções maiores que as anteriores. As revoltas gaúchas (1923 e 1924) e paulista (1924) inauguram o que podemos considerar como o fim da República Velha. Em São Paulo os rebeldes comba-

teram as forças do governo com grande aceitação popular e conseguiram, durante nove dias, manter o domínio sobre o território da capital. Por sua vez, no estado do Rio Grande do Sul, as lutas de 1923 contra o presidente Borges de Medeiros, como acentua Boris Fausto, resultaram em uma reforma na constituição impedindo a reeleição, que era característica neste período. Além disso, a revolta de 1924 fez emergir o grupo comandado por Luís Carlos Prestes que, não se rendendo, partiu para a criação de uma marcha em direção ao norte do país.

A denominada *Coluna Prestes-Miguel Costa* pode ser classificada, segundo Fausto, como a ação mais arrojada do movimento tenentista. Tinha como principal objetivo “manter vivo o facho da revolução”, isto é, visava a realizar um protesto heroico, com os olhos voltados para o meio de onde provinha – os centros urbanos” (FAUSTO, 1983, p. 61).

A coluna durou até 1927 e não conseguiu a projeção nacional que almejava, restringindo-se a lutas e ações políticas no interior do país. Paralelo a isso, existiu a continuidade da alternância no poder central através do acordo entre as oligarquias; desta feita assumiu o paulista Washington Luís que teve seu governo marcado pelo contínuo crescimento industrial e pelo decréscimo da importância da via agrária — principalmente da exportação do café — na economia nacional, abalada profundamente pela crise econômica mundial de 1929. Esta realidade acarretou o aumento do poder político da burguesia industrial e, por consequência, do Estado de São Paulo que já se configurava como o maior centro industrial da República.

Tendo em vista esta conjuntura e tentando aferir contra o acordo que até então vigorava, Washington Luís tentou desbancar a candidatura “natural” do mineiro Antônio Carlos, em prol do paulista Júlio Prestes. A atitude de Luís colocou em campos opostos os dois grupos. De um lado os mineiros que

formavam a Aliança Liberal com o Rio Grande do Sul — então presidido por Getúlio Vargas — e a Paraíba. De outro os paulistas com o apoio de diversos estados. As eleições de 1930 apresentaram as candidaturas de Getúlio Vargas e Júlio Prestes.

É justamente durante este processo eleitoral que se verifica pela primeira vez uma ação mais direta do rádio em âmbito político. Segundo Lia Calabre, a Rádio Educadora Paulista, na qual Júlio Prestes era um dos sócios, fez-lhe campanha declarada. O método foi o de tentar “camuflar”, para o eleitorado paulista, a candidatura oposicionista, já que dentro da rádio era proibido citar o nome de Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal (CALABRE, 2002, p. 17). Júlio Prestes saiu vitorioso de um pleito por demais questionado principalmente entre os estudiosos do período; “suspeito” é o termo mais utilizado para definir o processo.

Vencida eleitoralmente, a oposição — incorporada pelos partidos, pelos membros do movimento tenentista e por diversos setores contrários aos oligarcas — partiu para a reação armada contra Washington Luís. Após sua deposição o governo foi assumido por uma junta militar que, na sequência, transferiu o comando da Presidência da República para Getúlio Vargas. Foi o começo daquilo que ficou conhecido pela historiografia como a Era Vargas. O papel desempenhado pelo político gaúcho foi de extrema relevância durante o período que compreende os anos de 1930 e 1945, principalmente no desenvolvimento da radiodifusão no país e seu uso político. Por este motivo, e tendo em vista a mudança de postura governamental acerca das comunicações de massa, a análise dos primeiros anos deste período é de fundamental importância.

A composição do que até então se denominava “Governo Provisório” contou, naturalmente, com a indicação dos aliados no processo revolucionário. No entanto, no que concerne

a São Paulo, houve fortes resistências aos nomes escolhidos por Vargas, principalmente por influência das forças capitaneadas por Miguel Costa, antigo membro dos levantes tenentistas no Estado e que, posteriormente, aliou-se a Luís Carlos Prestes na coluna “Prestes-Miguel Costa”⁶. Boris Fausto assinala que os “tenentes” foram contemplados com importantes cargos no Estado em consonância com os desígnios de Vargas, ou seja, de neutralizar o poder político das oligarquias. No entanto os remanescentes do movimento tenentista, que durante a década anterior tentavam atuar como movimento organizado, já demonstravam nítida desarticulação.

O exemplo mais expressivo desta desarticulação, segundo Fausto, condiz com a disputa travada por João Alberto e Miguel Costa pela interventoria de São Paulo. Enquanto Alberto se articula com um setor vinculado aos interesses cafeeiros, Costa atua a partir de uma prática política própria do populismo, “procurando estabelecer pontes no movimento operário e arregimentar forças populares em torno da Legião Revolucionária, mais tarde transformada no efêmero Partido Popular Paulista” (FAUSTO, 1983, p. 71).

Além dos nomes propostos por Vargas, a própria iniciativa de impor um interventor foi um dos propulsores da crise. Crise esta que perdurou durante os dois primeiros anos, com a indicação de diversos interventores e das constantes críticas dos paulistas, que já se alinhavam no sentido de uma

6. A designação específica da Coluna que marchou pelo interior do país entre 1924 e 1927 varia entre as pesquisas consultadas: “Prestes – Miguel Costa” (FAUSTO, 1983, p. 60); “Coluna Prestes” (IGLESIAS, 1993, p. 224); “Coluna Miguel Costa – Prestes” (BORGES, 1992, p. 66). Vale ressaltar que, independente da definição adotada, o papel de comando de Costa deve ser considerado.

resistência mais contundente ao Governo Federal. Ao mirar o Governo Federal, os “rebeldes” miram também, segundo Vavy Pacheco Borges, o próprio movimento tenentista, que, intrinsecamente vinculados a Vargas e em oposição às forças políticas locais — incluindo Miguel Costa — ocupam a administração pública estadual como uma espécie de campo de experiências, pelo fato de ser este, na ocasião, o estado mais importante da nação. Portanto, percorrer o contexto histórico de atuação do movimento tenentista pressupõe, por conseguinte, entender a própria dinâmica de eclosão da chamada Revolução Constitucionalista de 1932. E como veremos a seguir, tal conjuntura é pressuposto básico para a compreensão do desenvolvimento dos meios de comunicação e de sua posterior inserção social, principalmente no âmbito do cenário político.

O PIONEIRISMO DO RÁDIO

A implantação e o desenvolvimento do Rádio no Brasil tiveram seu início em 1922. Apesar de fazer referências para experiências anteriores — como o caso da Rádio Clube de Pernambuco — a historiografia específica considera as comemorações do primeiro Centenário da Independência como a data oficial de criação do sistema de radiodifusão. Tanto o pronunciamento do presidente Epitácio Pessoa, como as transmissões artísticas provenientes de pontos estratégicos do Rio de Janeiro, puderam ser ouvidos durante o dia 7 de setembro em diversos locais, incluindo outros municípios e o Estado de São Paulo, como atesta a nota publicada no jornal “A Noite” do dia seguinte:

Uma nota sensacional do dia de hontem foi o serviço de radiotelephonia e telephone alto-falante, grande atractivo da Exposição. O discurso do Sr. Presidente da República, inaugurando o certame foi, assim ouvido no recinto da Exposição de Nictheroy, Petropolis e em São Paulo, graças à instalação de uma possante estação transmissora no Corcovado e de aparelho de transmissão e recepção, nos logares acima. Desse serviço se encarregara a Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company, a Westinhouse International Company. À noite, no recinto da Exposição, em frente ao posto de Telephone Público, por meio do telephone alto-falante, a multidão teve uma sensação inédita: a opera <Guarani> de Carlos Gomes, que estava sendo cantada no Theatro Municipal, foi, ali, destinctamente ouvida, bem como os aplausos, aos artistas. Igual cousa succedeu nas cidades acima.⁷

As transmissões ocorridas durante o evento organizado pelo governo brasileiro só foram possíveis em função da utilização dos equipamentos de empresas norte-americanas que já possuíam uma tecnologia mais desenvolvida (Westing e Western Eletric). A princípio, a proposta era a retirada dos equipamentos após o evento, o que não se concretizou pelo interesse demonstrado pelo governo de Pessoa, culminando na posterior aquisição dos aparelhos da Western Eletric. Não havia, no entanto, um projeto de desenvolvimento da radiodifusão que estimulasse o interesse da sociedade.

A falta de objetivos claros e estratégicos só não impediu que o rádio fosse incorporado à realidade brasileira, em função do insistente trabalho de Edgar Roquette-Pinto. O médico e antropólogo empenhou-se muito para retirar o monopólio estatal da radiodifusão e implantar, ao lado de En-

7. Matéria publicada no jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, em 08 de setembro de 1922. In (FEDERICO, 1982, p. 33-34). O texto está transcrito em formato original.

rique Marize, o que foi considerada a primeira rádio brasileira — A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro — em 1923. Há que se ressaltar que a “cultura radiofônica” já vigorava em alguns pontos do país, o que auxiliou na propagação da técnica.

Em sua fase de implantação a rádio funcionava como clube, ou seja, pessoas associavam-se à entidade e toda a sua manutenção, tanto financeira como estrutural, dependia da contribuição dos sócios. O acesso à tecnologia restringiu-se — como acontece com a maioria das inovações técnicas — a uma pequena parcela da população, seja pelo custo dos aparelhos ou pela própria leitura que se fazia da importância do sistema radiofônico. E isto se comprova, em primeiro lugar, pela necessidade da criação de clubes patrocinadores dos projetos e também pela demora do próprio governo em agilizar e promover a expansão.

Uma proposta educativa

No que concerne à Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, sua inauguração e manutenção contou com a participação de alguns expoentes da elite cultural brasileira, ligados à Academia Brasileira de Ciências. Por estar inserida neste contexto acadêmico, a Rádio tinha um claro posicionamento em relação aos princípios e objetivos que deveriam nortear o sistema de radiodifusão nacional: a questão educacional. Assim sendo, como afirma Gisela Ortriwano, o rádio “nasceu como um empreendimento de intelectuais e cientistas e suas finalidades eram basicamente culturais, educativas e altruístas” (ORTRIWANO, 1985, p. 14).

Nota-se, tanto pela análise dos pesquisadores do rádio no Brasil, como pela observação da biografia específica, que existe

um empenho pessoal de Roquette Pinto para que a tecnologia nascente tenha uma função social mais ampla, atuando principalmente nas camadas sociais. Para ele o rádio poderia — e deveria — assumir um papel determinante na proliferação do sistema educacional brasileiro. Isto porque já percebia a importância do processo educativo para a realidade social capitalista, que naquele momento já adquiria proporções significativas no país, principalmente nos centros urbanos. Assim, afirma que se pudesse enviar uma mensagem a todo o povo brasileiro, diria: “aprende a ler, não para ser letrado, mas para conseguir a educação social indispensável aos filhos de um país moderno”⁸.

Roquette-Pinto destacava-se pela sólida formação acadêmica. Formado em medicina, foi professor assistente de Antropologia no Museu Nacional em 1906 e desenvolveu importantes trabalhos etnográficos no interior do país. Acompanhou Cândido Rondon em expedição pelas selvas do Mato Grosso e do Amazonas e pelas Bacias dos Rios Paraguai, Jurena e Gi-Paraná. Trouxe um vasto material de campo que, dentre outras contribuições, resultaram no livro *Rondônia*⁹, uma das obras responsáveis pela inserção de seu nome na Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 27.

Frisar o trabalho etnográfico de Roquette-Pinto torna-se necessário para ressaltar sua visão científica frente à questão social. Por ser antropólogo conseguiu discernir as diferenças culturais como resultado da dinâmica dos povos, abandonan-

-
8. ROQUETTE-PINTO, E. “Raça e Povo”. In Academia Brasileira de Letras, disponível em <http://www.academia.org.br/imortais/cads/17/roquette2.htm>
 9. ROQUETTE-PINTO, E. *Rondônia*. Coleção Brasileira. Rio de Janeiro: Companhia nacional, 1935.

do determinismos que, em partes, permearam as análises sociais, principalmente durante o século XIX. Prova deste envolvimento conceitual pode ser percebida em sua interpretação do trabalho de Euclides da Cunha¹⁰. Analisando a afirmação deste, sobre a superioridade cultural do mestiço do litoral frente ao mestiço do sertão, afirma: “Eis aí a grande ilusão de Euclides: considerou inferior, gente que só era atrasada; incapazes, homens que só eram ignorantes”.¹¹

A perspectiva científica evidencia-se ainda mais com a análise de campo das sociedades indígenas, abandonando preceitos comparativos que, na sequência, podem hierarquizar culturas distintas. Afirma que o papel social do cientista deve ser o de proteger tais grupos, sem a preocupação de torná-los cidadãos brasileiros, já que “todos sabem que índio é índio, brasileiro é brasileiro”. Sustenta ainda que o país deve amparar e sustentar tais povos, assim como aceita a manutenção de menores abandonados, de enfermos e de indigentes.

A clara noção dos ditames do movimento cultural e suas nuances conjunturais também se expressam em relação ao processo de aculturação. Roquette-Pinto possuía uma visão bastante ampla da influência exercida pela sociedade urbana na cultura indígena. Mesmo tendo pesquisado áreas ainda inexploradas, conseguiu antever um processo em andamento que, a seguir, colocaria em risco as culturas locais. E isto se evidencia ao se referir ao material coletado em seu trabalho de campo, que denomina como um “chichê cru”, ou seja, “um

10. Refere-se à obra *Os sertões*.

11. ROQUETTE-PINTO, E. “Raça e Povo”. In Academia Brasileira de Letras, disponível em [http: <www.academia.org.br/imortais/cads/17/roquette2.html>](http://www.academia.org.br/imortais/cads/17/roquette2.html).

instantâneo da situação social, antropológica e etnográfica dos índios da Serra do Norte, antes que principiasse o trabalho de alteração que a nossa cultura vai processando”¹².

A mesma perspectiva frente ao processo de aculturação das sociedades indígenas manifesta-se em relação às comunidades urbanas. Podemos afirmar que, ao propor funções meramente educativas para o rádio, Roquette-Pinto, de forma indireta, propõe uma ação ativa do veículo no sentido da uniformização de comportamento, que corrobora preceitos vinculados à cultura de massa, por mais que o conceito não tivesse sido estabelecido desta forma. Ora, neste sentido, é evidente a aproximação, em termos analíticos, tanto da função de controle inerente às formas de comunicação de massa apontadas por Lowenthal, quanto do processo “implícito” de formação que as produções cinematográficas carregam, como foi apontado por Kracauer.

Neste sentido, e em acordo com Roquette-Pinto, as formas de comunicação de massa possuem uma característica inerente: a reprodução em larga escala de informações. Ao reproduzir as informações, as formas de comunicação de massa cumprem um ritual específico similar aos processos educacionais das sociedades industriais: a proliferação de mensagens semelhantes que, em última instância, preveem a uniformização do processo de formação. Assim, fica claro que o problema não reside no *meio* em si, mas na forma como será utilizado. E isto fica evidente quando Morin trata das ações distintas que o sistema de Estado pode executar em torno das comunicações. Por sua peculiaridade, o Estado pode querer

12. “ROQUETTE-PINTO: O Homem da Multidão” In CASTRO, Ruy. Disponível em: <http://www.aminharadio.com/brasil80_roquette.html>.

convencer o receptor com a propagação de ideologias e, por outro, como não é estimulado pelo lucro proveniente da economia de mercado, “pode propor valores de ‘alta cultura’ (palestras científicas, música erudita, obras clássicas)” (MORIN, 1990, p. 23).

É necessário, pois, ressaltar que, ao propor um controle estatal sobre o rádio, Roquette-Pinto não lhe atribui um papel social equivalente ao estabelecido pelo sistema de Estado, mas da garantia que o governo pode dar em termos da democratização e proliferação de sua utilização por todos os setores da sociedade. No entanto, apesar da proliferação de algumas rádios com o mesmo perfil da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, o que se vê na sequência é a inauguração de uma nova estrutura no sistema de radiodifusão, mais precisamente a partir da década de 1930. E como veremos a seguir, tal reestruturação pressupôs exatamente uma alteração no seu *uso* e, conseqüentemente, em seu papel social, desta feita com a introdução da publicidade e da permissão da exploração privada das estações transmissoras.

Mudança de perfil: consolidação da indústria cultural

A abertura de uma nova frente de atuação do sistema radiofônico transforma totalmente seu objetivo inicial. De estratégia militar e passando por mecanismos de integração, o rádio adquire o formato que o caracterizará definitivamente e que, mais adiante, caracterizará todo o sistema de comunicação de massa. Há consenso entre os analistas do rádio como veículo de comunicação que o grande marco de transformação de sua estrutura foi o decreto de número 21.111 de 1º de Março de 1932. Dentre outras deliberações ele apresentou as diretrizes

para a introdução da publicidade na programação, como referendado pelo artigo 73:

Durante a execução de programas é permitida a propaganda comercial, por meio de dissertações proferidas da maneira concisa, clara e convincente à apreciação dos ouvintes, observadas as seguintes condições: a) o tempo destinado ao conjunto dessas dissertações não poderá ser superior a dez por cento (10%) do tempo total de irradiação de cada programa; b) cada dissertação durará no máximo 30 (trinta) segundos.¹³

Atrelado ao princípio do mercado, seu principal objetivo agora será a integração com vistas ao consumo, ou seja, o trabalho em torno do convencimento de uma massa de supostos futuros compradores. E tendo em vista que o êxito de tal consumo não se restringe à exposição pura e simples da mercadoria, os meios de comunicação, além da divulgação em massa de tais mercadorias, assumirão também outro papel: atuar na criação da *necessidade* e, por conseguinte, da *vontade*. Isto significa, em síntese, alterar os padrões de comportamento a partir da inserção de novos valores. Neste sentido, Sérgio Caparelli afirma que o rádio e o jornal incumbiram-se de divulgar os produtos colocados no mercado, o que fez com que, de um lado, as massas urbanas pudessem travar contato com novas mercadorias e, de outro, que pudessem alargar as possibilidades de consumo (CAPARELLI, 1986, p. 83). A mudança de comportamento visa à aceitação de novos valores em detrimento dos anteriores. Este é o papel da publicidade e, por consequência, do rádio exercendo a publicidade, ou seja, o auxílio à criação de uma cultura de massa para o consumo.

13. GURGUEIRA, F. “Integração Nacional pelas Ondas: o rádio no Estado Novo”. Dissertação de Mestrado. Departamento de História/FFLCH: Universidade de São Paulo (USP), 1995. In (SOUSA, 2004, p. 12-13).

A introdução da publicidade altera significativamente não apenas a programação, mas também a própria organização interna das entidades. Até então as emissoras, por se caracterizarem como entidades amadoras, organizavam-se em termos administrativos da mesma forma. Os novos contratos a serem estabelecidos com os patrocinadores reforçam a necessidade de departamentos específicos, como o financeiro e o de publicidade. À medida que os contratos surgem, as emissoras estruturam-se como empresas privadas, principalmente no tocante à contratação de mão de obra especializada para todos os setores da “produção”, o que inclui, naturalmente, artistas, produtores e apresentadores.

Caracterizadas desta maneira, as mensagens sonoras do rádio podem, de certo, ser denominadas como mercadoria, integrando-se assim na concepção ampla que forma a relação capitalista de produção. Esta lógica coaduna-se ao já exposto aqui, acerca dos paradigmas apresentados pelos críticos, principalmente sob o ponto de vista de Adorno e Horkheimer.

Como qualquer mercadoria, sua reprodução em larga escala requer, em contrapartida, um consumo também em larga escala para a efetivação do processo. Por sua peculiaridade — transmissão de mensagens sonoras — e atrelado aos incentivos na fabricação de aparelhos receptores¹⁴, o rádio passa a alcançar uma massa marginalizada em termos da influência dos veículos de comunicação, propiciando a ampliação no índice de consumidores. Este processo logo foi percebido pelos

14. Nélia Bianco afirma que o surgimento das válvulas, em substituição ao sistema de galena, barateia o custo da produção, facilitando o acesso das camadas populares (BIANCO, 1999, p. 186-187).

empresários ávidos por divulgar os seus produtos, principalmente no tocante ao caráter “democrático” apresentado.

O rádio comercial e a popularização do veículo implicaram a criação de um elo entre o indivíduo e a coletividade, mostrando-se capaz não apenas de vender produtos e ditar ‘modas’, como também de mobilizar massas, levando-as a uma participação ativa na vida nacional. Os progressos da industrialização ampliaram o mercado consumidor, criando as condições para a padronização de gostos, crenças e valores.¹⁵

Inserido no contexto do livre mercado, o rádio atravessa um processo de adequação às regras que estruturam o capitalismo. Sérgio Caparelli ressalta a diferença existente entre o modelo brasileiro, que passa a se organizar sob as normas da livre iniciativa, com o europeu, caracterizado pela proibição à publicidade. Segundo Caparelli, enquanto o modelo europeu previa um pagamento do indivíduo pela mensagem recebida, o brasileiro, em função do contrato com o patrocinador, insere este custo na mercadoria, ou seja, no consumo que o receptor *virá* a realizar (CAPARELLI, 1986, p. 83). Sendo assim, as empresas de rádio estabelecem, por consequência, uma concorrência pelos anunciantes e pelos profissionais que podem ser decisivos no processo.

Nélia Bianco afirma que a profissionalização marcou esta fase. Ocorreu uma transformação em relação à realidade manifestada na década de 1920, quando o quadro de funcionários era fixo e remunerado. Surgiu a necessidade de criação do que a autora denomina como *cast profissional*, ou seja, “a contratação dos melhores cantores, redatores, atores, músicos e anima-

15. MIRANDA, Orlando. “A era do rádio”. Nosso Século, Abril Cultural, p. 72. In (ORTRIWANO, 1985, p. 19).

dores, disputá-los com as concorrentes oferecendo-lhes melhores salários e fama” (BIANCO, 1999, p. 187). A mudança representa deixar de lado a improvisação que marcava os programas em nome da organização profissional.

Este novo cenário, motivado pela importância da publicidade, propicia o surgimento de agências publicitárias que terão a incumbência de criar as propagandas a serem veiculadas. E é justamente esta conjuntura que irá proporcionar o surgimento do que Caparelli considera como “a grande publicidade”, ou seja, a consolidação das agências estrangeiras no Brasil para a divulgação dos produtos relacionados às corporações norte-americanas. Segundo Lia Calabre, entre o final da década de 1920 e início de 1930, ocorreu uma expansão neste setor, tendo como precursoras as empresas *Thompson* e a *Mc Cann — Erickson*. Afirma ainda que estes dois segmentos — das agências norte-americanas e do setor radiofônico — entrelaçaram-se e se desenvolveram juntos (CALABRE, 2002, p. 14).

A nova realidade comercial fez com que o rádio inaugurasse uma transformação na programação visando à ampliação do alcance das mensagens. Como o objetivo passa a ser o aumento da audiência com vistas à satisfação dos patrocinadores, a programação ganha um perfil popular, relacionado diretamente com a cultura específica desta grande camada da população. As áreas de esporte, humor, música e a rádio novela constituem uma variedade na programação diária voltada essencialmente para o lazer e a diversão. O rádio constitui-se, assim, em mecanismo de entretenimento, alterando o perfil antes estabelecido na fase amadora. Como atesta Gisela Ortrivano, as mensagens comerciais modificam rapidamente o rádio, assim, “o que era ‘erudito’, ‘educativo’, ‘cultural’ passa a transformar-se em ‘popular’, voltado ao lazer e à diversão” (ORTRIVANO, 1985, p. 15). A estratégia de abordagem comercial força a mu-

dança na linha de programação, fazendo com que os reclames não interrompam as execuções musicais, mas que façam inserções entre as diversas “atrações que foram surgindo e passaram a dominar a programação” (ORTRIWANO, 1985, p. 15)

A efetivação desta programação diversificada contou com a ampliação de profissionais da comunicação, treinados exclusivamente para este fim. Os locutores, humoristas, apresentadores e artistas contratados ganham grande inserção no público ouvinte e o seu trabalho passa a ser determinante para o sucesso dos programas criados e, por conseguinte, da projeção dos produtos que os patrocinam.

Por este motivo, o rádio propicia o que aqui será denominado como *personalismo*, ou seja, a projeção de indivíduos junto ao público ouvinte. Este fenômeno ocorre de tal maneira que os personagens que representam as opiniões que emitem têm grande significado, facilitando assim a aquisição da *fama*. Ao estabelecer vínculos entre estas *personalidades* e o produto a ser comercializado, a perspectiva de sucesso é iminente. E este vínculo pode ser estabelecido tanto de forma indireta, com a inserção de *reclames* nos intervalos, como de forma direta, com a criação de programas que levam o nome do patrocinador. Segundo Calabre, as ligações entre a programação e o mercado podem ser observadas nos nomes de alguns programas irradiados, como por exemplo: “Rádio Almanaque Kolinos, Acontecimento Aristolino, Repórter Esso ou Cancioneiro Royal” (CALABRE, 2002, p. 29).

Outra estratégia adotada no intuito de popularizar a programação foi a criação de programas de auditório. Os programas contavam com a participação do público e, segundo Calabre, atingiram expressivo destaque que diversas emissoras, sedentas por esta fatia de público-ouvinte, ampliaram os auditórios, chegando inclusive a cobrar ingressos

(CALABRE, 2002, p. 27). Ver ao vivo aquilo que até então apenas se ouvia, além de poder estar perto dos famosos artistas, forma os combustíveis necessários para o sucesso deste novo entretenimento.

Em suma, a passagem para o rádio comercial pressupõe também a passagem de um mecanismo elitista, representado pelas sociedades educadoras, para um mecanismo popular, de massa, vinculado aos ditames do mercado e, portanto, com vistas ao consumo. No sentido dado por Macdonald isso representa, como vimos, a instauração de uma estrutura cultural claramente alienada e, portanto, controlada pelos interesses privados. No entanto, pode-se aferir, à luz da realidade brasileira, que este processo representa, antes, uma forma de ampliação das possibilidades da massa da população frente aos instrumentos de informação. É certo que as mensagens, configuradas como mercadorias, têm, como vimos, a finalidade do lucro, mas é importante ressaltar que tais mensagens também “informam” o sujeito, contribuindo para seu estabelecimento social.

Esta função de organização social evidencia-se ainda mais claramente se analisada dentro do horizonte político. Nele, o papel dos veículos de comunicação é fundamental se pensado pela ótica da condição que o indivíduo inserido na massa terá para participar do processo, principalmente nos regimes democráticos. Porém, mesmo sob uma organização política de cunho mais “fechado”, como é o caso das ditaduras que se instauraram no Brasil, os sistemas de comunicação, em especial a radiodifusão, foram fundamentais para o processo de legitimação.

Como afirmado anteriormente, é no bojo dos movimentos deflagrados a partir da década de 1920 que o rádio torna-se objeto de cobiça dos grupos políticos. O veículo, que já

havia experimentado uma ação política direta durante o processo eleitoral de 1930, se transformará, como veremos, em importante suporte para os conflitos estabelecidos durante a Revolução Constitucionalista.

Desenvolvimento e inserção no cenário político

A Revolução Constitucionalista inicia-se, portanto, com grande base de apoio nas instituições estaduais paulistas, tendo o rádio como importante aliado. O veículo foi utilizado como propagador dos ideais do movimento antes mesmo de julho de 1932, com a ocupação, pelos estudantes, da Rádio Record (já constituída como rádio comercial) em maio do mesmo ano. O objetivo foi ocupar os microfones para a emissão de um manifesto à população paulista: “Nós, os abaixo assinados, declaramos que invadimos, à valentona, os estúdios da Rádio Record e conclamamos o povo para que se mude a situação política existente no Brasil”.¹⁶

A sincronia das diversas instâncias do Estado estimula a adesão ao movimento dos proprietários das rádios paulistas, destacando-se entre elas, segundo aponta Sônia Moreira (MOREIRA, 1998), as rádios Cruzeiro do Sul e Record, tendo a frente os locutores Celso Guimarães e César Ladeira, respectivamente; este último sendo denominado, inclusive, segundo Gisela Ortriwano, como o “locutor oficial da revolução” (ORTRIWANO, 1985, p. 17). O Governo Federal, preocupado com a repercussão que as mensagens provenientes de São Pau-

16. “Rádio Record, a Voz de São Paulo”. O rádio paulista no centenário de Roquette-Pinto (1884-1984); *in* (MOREIRA, 1998, p. 23).

lo poderiam causar no restante do país, impôs forte bloqueio em diversas rádios brasileiras, tentando impedir que o teor revolucionário da programação chegasse a outros centros:

A Record possuía um disco “Paris Belfort” (música marcial) que passou a introduzir com frequência como característica e suplemento das transmissões sobre a Revolução. Logo a banda da Força Pública passou a executar o mesmo número e a música acrescentou força e significado ao movimento, inflamando o espírito dos ouvintes e incorporando-se como verdadeiro hino paulista da Revolução (FEDERICO, 1982, p. 55).

O bloqueio estabelecido pelo Governo Federal justificava-se principalmente porque, a exemplo do que ocorria todos os sábados, a Record e a Rádio Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, atuavam em cadeia durante parte da programação, favorecendo a veiculação das notícias sobre a imposição de um Governo Revolucionário paulista para o então Distrito Federal. A programação do dia 10 de Julho de 1932, por exemplo, marcou mais um importante papel do rádio em termos políticos, mesmo transgredindo os interesses do poder Central. Esta experiência, segundo Moreira, seria repetida outras vezes durante o bloqueio, transformando a Rádio Record em “voz oficial do movimento Revolucionário” (MOREIRA, 1998, p. 24). No entanto, vale ressaltar que a programação em cadeia não se inicia neste período. De acordo com Federico, este fato remonta a 1926, com as transmissões entre a Educadora de São Paulo e a Rádio Clube do Brasil.

Enfraquecido frente aos avanços das tropas federais, o movimento revolucionário paulista sucumbe três meses após o levante, nos primeiros dias de outubro de 1932. Getúlio Vargas, ainda sob a insígnia do Governo Provisório, convoca eleições para a escolha da Assembléia Nacional Constituinte. O período que compreende o fim da Revolução Constituciona-

lista e o início do Estado Novo foi marcado por algumas medidas direcionadas ao sistema radiofônico que, de certa forma, já são o prenúncio do perfil que será adotado após o golpe. Tais medidas são descritas abaixo em três tópicos:

A) Tentativa de implantação de um programa nacional, em 1932: a Hora Nacional. Atento à importância do rádio como meio de informação, Vargas tenta implementar, através de sua Divisão de Rádio, um programa oficial de propaganda do governo. Esta iniciativa, segundo Lia Calabre, além de ter como entrave as limitações técnicas relativas à potência dos transmissores, não foi bem aceita pelas emissoras, “especialmente as paulistas, que preferiam manter-se fora do ar a transmitir a propaganda oficial” (CALABRE, 2002, p. 20);

B) Formação da Rede Verde-Amarela, em 1932. De acordo com Sônia Moreira, a iniciativa de se formar um bloco unificado de emissoras nacionais teve como coordenador o radialista Ferraz Sampaio. Esta iniciativa chegou a reunir seis emissoras de diversos pontos do país, mas não deslanchou. A justificativa oficial, aponta Moreira, direciona-se para uma ação da Companhia Telefônica Brasileira (CTB), alegando que o projeto não se adequava às exigências técnicas em função do modelo adotado (MOREIRA, 1998, p. 25). No entanto, sustenta Moreira, a proibição tem inspiração política, pelo receio que tinha o Governo Vargas de utilização do sistema por outras forças políticas.

C) Criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), em 1934. Esta divisão da administração pública caracteriza-se como uma nova versão do Departamento Oficial de Propaganda (DOP) — que posteriormente se trans-

formaria, em 1939, em DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão que era vinculado, segundo Federico, diretamente à Presidência da República. Dentre as várias atribuições, principalmente no que tange ao controle da programação das emissoras, foi do DPDC a incumbência de criação e divulgação do programa estatal *A Voz do Brasil* (FEDERICO, 1982, p. 63).

Paralelamente às formas de controle e regulamentação implantadas no início da fase comercial, o sistema radiofônico enfrentou uma grande expansão de emissoras e de tecnologias relacionadas, muito em face da regulamentação sobre a publicidade. Percebendo o enorme potencial do veículo, a iniciativa privada nele investiu, contribuindo diretamente para o crescimento do sistema, principalmente através da diversificação da programação. É natural, assim, afirmar que a popularização da programação propiciou o ingresso de uma massa que antes ficava alheia ao rádio não apenas pelos custos dos equipamentos, mas também pela não identificação com a programação. E esta tendência corrobora os preceitos apresentados no capítulo anterior, acerca das funções específicas em torno da cultura de massa que exercem os veículos de comunicação. Ora, como afirmaram Adorno e Horkheimer (ADORNO e HORKHEIMER, 1987), é justamente a identificação da massa com o produto cultural que determinará o sucesso do consumo e, por consequência, o próprio sucesso da produção.

No período aqui estabelecido, ou seja, a fase que vai da implantação do decreto 21.111 em 1932 até o ano de 1936 — último ano antes da decretação do Estado Novo, em 1937 — houve um significativo aumento no número de emissoras. Até 1931 o país contava com 17 emissoras que funcionavam sob as normas do sistema educativo, através de sociedades. Após

a deliberação sobre as rádios comerciais, o número de estações saltou para 37, o que representa um crescimento de 135%. Estes dados, atrelados ao que aqui procuramos explorar em termos do uso político, revelam três importantes conclusões.

Em primeiro lugar, fica claro que a ampliação do número de emissoras após a liberação da publicidade denota o forte papel que o veículo adquire em termos de consumo de massa, tornando-se o meio de ligação entre a mercadoria e o ouvinte consumidor, ou, a rigor, *suposto consumidor*. Em segundo lugar — e considerando o viés inerente do processo urbanizador do sistema industrial, fica clara a consolidação das funções de informação e entretenimento da massa. Outrossim, vale ressaltar que tais características não estão necessariamente vinculadas, haja visto a diversidade na programação, capitaneada tanto por programas de notícias, como de lazer.

Por fim, e considerando as anteriores, o rádio expande-se também pelo interesse político das forças que governam o país, isso porque, se no princípio houve certa resistência na ampliação do sistema, esta se altera justamente no momento em que o Governo percebe que também pode dele se beneficiar. Prova disso é a instauração da “A Voz do Brasil” e da estatização da Rádio Nacional.

TV: A IMAGEM ENTRA EM CENA

O advento da televisão, em 1950, ocorreu durante o período de crescimento industrial do país. Com a intensificação da industrialização nos anos cinquenta aumentou a migração das áreas rurais para as urbanas e o rádio transformou-se na mais importante fonte de informações da população nas grandes cidades (MATTOS, 2002, p. 26).

A televisão surge no Brasil em meio ao acelerado desenvolvimento industrial iniciado no Estado Novo. A partir de 1937, o golpe de Estado de Getúlio Vargas materializa-se com a criação de um novo código constitucional que estabelece o suporte legal para a implementação de uma forma de governo bastante controversa no campo da análise historiográfica. Como demonstram diversos estudos do período, a atuação do governo foi decisiva para o desenvolvimento dos mecanismos de comunicação de massa, principalmente o rádio. Todavia, o interesse aqui é demonstrar de que maneira a conduta política implantada por Vargas influenciou o surgimento e o desenvolvimento do meio televisivo.

Sem desconsiderar os fatores adjacentes — como a legislação e as agências reguladoras — reside, no âmbito da política de desenvolvimento, o aspecto mais significativo nesse sentido, justamente porque surge daí o estímulo a investimentos empresariais para o setor e, principalmente, porque estimula um acelerado processo de urbanização que, de certo, foi de fundamental importância para o desenvolvimento da televisão.

Com poderes centralizados nas mãos do executivo — em consequência do fechamento do Congresso Nacional — Getúlio Vargas adotou um processo de estímulo à indústria nacional em diversos setores da economia, como a área petroquímica, a metalurgia e a exploração do petróleo. Além disso, proporcionou diversas obras de infraestrutura, como a extensão das redes rodoviárias e ferroviárias.

Vimos anteriormente que o desenvolvimento industrial brasileiro a partir do início do século XX foi acentuado, o que denota uma tendência nacional nesse sentido. Apesar disso, havia um espaço gigantesco de crescimento para áreas ainda não exploradas, principalmente porque era grande a dependência de produtos manufaturados importados. Com ênfase nis-

so, e com o fato de contar com uma conjuntura internacional bastante instável principalmente a partir da depressão de 1929, ocorre, por parte do governo, uma intervenção estatal no sistema produtivo, regulando-o e, sobretudo, nele investindo. De acordo com Sérgio Mattos, o governo Vargas adotou uma política de substituição de bens de consumo internacionais por nacionais, ou seja, de estímulo à produção interna. Ademais, em função da ausência de capital estrangeiro e das “limitações dos mercados internacionais causadas pela grande recessão econômica mundial, o Estado Novo de Vargas, baseado nos modelos de desenvolvimento fascista em moda na Europa, começou a se voltar para um nacionalismo cada vez maior” (MATTOS, 2002, p. 18).

Ao intenso processo de industrialização do meio produtivo decorre, a seguir, como já demonstrado anteriormente, um intenso processo de urbanização. Portanto, pode-se aferir que o período que compreende a vigência do Estado Novo (1937-1945) foi marcado por um movimento de urbanização mais acentuado do que aquele que o antecede. Logo, a conjuntura que norteia o surgimento da TV no Brasil condiz com um processo de “aglomeração” em grandes cidades, o que justifica a hipótese aqui apresentada em torno do papel social que os veículos de comunicação de massa exercem nessa realidade, em especial a radiodifusão.

Guardadas as devidas especificidades, e tendo em vista o que até aqui foi abordado, não se pode deixar de atribuir uma relação de dependência entre a radiodifusão e a urbanização. São fatores condicionantes que se determinam por um processo de transformação tecnológica, motivada fundamentalmente pelas consequências da ordem econômica. A diferença entre os veículos reside, como veremos, naquilo que concerne à tecnologia, aos agentes inseridos no processo e às especificidades

de transmissão. Por conseguinte, singulariza-se no aspecto do desenvolvimento, condizente com uma lógica comercial dos bens culturais que, como ratifica Mattos, é motivada pelo lucro decorrente dos investimentos capitalistas:

Desde seu início, a televisão brasileira teve uma característica: todas as 286 geradoras (emissoras que podem exibir programação própria) e 8.484 retransmissoras em funcionamento até julho de 2000 — de acordo com dados da ABERT¹⁷ — estão sediadas em áreas urbanas. Suas programações são dirigidas às populações urbanas, são orientadas para o lucro (com exceção das estações estatais) [...] (MATTOS, 2002, p. 50).

Um perfil comercial

Uma das principais diferenças existentes entre o rádio e a televisão reside no surgimento. Enquanto o rádio aparece e se desenvolve inicialmente como uma iniciativa educacional, a televisão já nasce como prerrogativa de um investimento privado e, por consequência, inserida em um contexto de mercado. Isso se explica pelo fato de o rádio já ser uma experiência bem sucedida, servindo como instrumento de destaque para a eficiente contribuição que os veículos de comunicação poderiam proporcionar em termos de investimentos. O rádio já causava grande inserção com seus diversos programas de entretenimento e já funcionava como instrumento publicitário.

A primeira emissora televisiva brasileira foi inaugurada por Assis Chateaubriand, proprietário do conglomerado “Diários Associados”, em 18 de Setembro de 1950. A TV Tupi Di-

17. Associação Brasileira das Empresas de Rádio e Televisão.

fusora foi inaugurada em meio a um investimento privado que contou com a compra da tecnologia e da aparelhagem da empresa americana RCA Victor. Ao iniciar suas transmissões, a emissora estabeleceu um padrão de programação diferente do norte-americano, que se utilizava principalmente da indústria de entretenimento cinematográfico — na época em acelerado desenvolvimento. A TV Tupi Difusora, como aponta Mattos, foi obrigada a atrelar sua programação ao rádio, em função do já acelerado desenvolvimento deste. Assim, utilizou “inicialmente sua estrutura, o mesmo formato de programação, bem como seus técnicos e artistas (MATTOS, 2002, p. 49).

A TV adquiriu, de início, um perfil extremamente elitista, visto que a aparelhagem, importada, tinha o preço inacessível para a grande maioria da população. Por este motivo, a programação também se voltava para este público elitizado. Othon Jambeiro ressalta que as emissoras mostravam, entre outras, adaptações das obras de Shakespeare e Dostoievski, além de balé e música clássica (JAMBEIRO, 2001, p. 52).

O desenrolar da década de 1950, entretanto, transforma radicalmente a estrutura inicial adotada pela televisão. E isto ocorre principalmente porque a TV não nasceu objetivando o entretenimento da elite, mas da massa da população, ou seja, dos potenciais consumidores. Sendo assim, se o alto custo do aparelho causava um inconveniente à concretização deste processo, o mesmo não poderia acontecer com a programação que, do ponto de vista dos investimentos, poderia ser mais bem administrada, já que a produção era nacional e necessitava “apenas” da capacitação local de mão de obra. Dessa forma, a televisão inicia um processo de aproximação com o rádio, tentando capitaneá-lo com uma mão de obra capaz de resolver a necessidade imposta pelo novo veículo. É a atuação destes profissionais, atrelada ao aproveitamento e adaptação dos pro-

gramas de maior audiência do rádio, que determinaram o novo perfil da televisão: uma programação mais identificada com a massa da população e com a cultura popular.

Assim, segundo Jambeiro, já em meados da década de 1950, os programas de auditório criados pela TV exploravam as músicas populares e as imagens de seus intérpretes. Esta opção demonstrou que “de alguma forma se delineava ali o mesmo caminho da programação do rádio, que inicialmente visava à alta sociedade e depois mudou sua programação para atingir a massa de consumidores” (JAMBEIRO, 2001, p. 52).

Aos poucos, a nova forma de comunicação inicia seu processo de inserção social em larga escala. Nesse contexto, um novo fato vem contribuir definitivamente com o sucesso deste processo: a produção nacional de aparelhos receptores. Segundo Jambeiro, isso foi possível graças à instalação, no Brasil, de empresas estrangeiras produtoras de televisores, o que diminuiu significativamente o custo desses aparelhos para a população de menor poder aquisitivo. Esse fato foi primordial, também, para a proliferação de emissoras no território nacional, principalmente nas regiões de maior desenvolvimento urbano.

Apesar disso não havia, como aponta Jambeiro, uma ligação entre as emissoras espalhadas pelo país, o que impedia um processo de integração que pudesse proporcionar o compartilhamento de informações culturais. Essa barreira só foi transposta com o surgimento do videoteipe, que teve sua inauguração no início da década de 1960. E é por este motivo que uma nova fase inicia-se acerca do desenvolvimento da televisão, estimulada, na essência, por esta nova tecnologia. Esse fato estimula a produção industrial de programas e a maior descentralização das produções, que deixam de ser meramente locais e se ampliam para outros centros produtores,

como os do Rio de Janeiro e de São Paulo. Este processo se desenrolou “até eliminar quase por completo a autonomia produtiva das estações, através da implantação do sistema de afiliação (JAMBEIRO, 2001, p. 52-53).

O acelerado desenvolvimento

A década de 1960 marcará, portanto, o início do acentuado desenvolvimento da TV no Brasil. A parte final do trabalho reserva uma análise mais detalhada dos fatores que contribuíram para a concretização deste fenômeno, bem como de todo o sistema de comunicação. Entretanto, à guisa de conclusão desta unidade, e para subsidiar a compreensão sobre o importante papel exercido pela televisão — principalmente durante os governos militares — torna-se importante, aqui, apontar algumas considerações .

De início, é necessário ressaltar que depois da implementação de uma nova postura industrial na produção de televisores, o mercado interno passou a ser abastecido, como vimos, por aparelhos de menor custo frente aos importados. Os índices mostram que, enquanto em 1950 o número de televisores era de 200, em 1970 atinge 4.584.000¹⁸. Entretanto uma iniciativa governamental acrescentou um novo elemento que auxiliou ainda mais na disseminação do veículo junto às camadas populares: a linha de crédito. Em 1968 o governo adota uma medida de incentivo na qual a aquisição de aparelhos poderia ser parcelada em 12, 24 ou 36 (MATTOS, 2002, p. 89),

18. Segundo dados da ABINEE – Associação de Fabricantes de Produtos Eletrônicos – Citado em MATTOS, 2002, p. 83-84.

contribuindo de forma decisiva para o aumento tão significativo de aparelhos e para a transformação da televisão em uma realidade de massa. Desta maneira, as políticas públicas de incentivo foram de fundamental importância para o desenvolvimento da TV, o que ratifica a pressuposição de que, como salienta Jambeiro, os militares tenham percebido a importância que poderia ter a televisão na propagação da ideologia de segurança nacional e da visão de desenvolvimento que pretendiam implantar no país (JAMBEIRO, 2001, p. 75).

Ora, por se tratar de uma iniciativa do governo, o crédito para compra de televisores não deve ser enquadrado apenas sob o prisma econômico, mas também como uma medida de cunho político. E isso ocorre porque, ao transformar a TV em um bem de consumo de fácil acesso, o governo não garante apenas um veículo de suporte ao processo comercial, mas, e fundamentalmente, um forte aliado na propagação e sustentação de suas doutrinas.

E é desta forma que a radiodifusão será encarada durante o regime militar: um recurso que, utilizado a partir de condutas burocráticas, transforma-se em alicerce de legitimação de uma ordem autoritária imposta. Veremos, na continuidade do trabalho, que as leis que envolvem a radiodifusão durante este período recebem o mesmo condicionamento da legislação geral imposta pela ditadura, ou seja, possuem perfil autoritário.

Para tanto, torna-se necessário, antes, entender os mecanismos que propiciaram o surgimento desta realidade. Assim, a próxima parte terá o objetivo de abordar aspectos condizentes ao golpe de Estado e as primeiras medidas que, a seguir, vieram a determinar a política de comunicação implantada pelos militares.

Capítulo III

AUTORITARISMO MILITAR NA REALIDADE BRASILEIRA

A CONCRETIZAÇÃO DO GOLPE

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia, que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim, e me intrigam ou difamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, e indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio, mesmo, que não manteria a própria paz pública [...] Saio com um agradecimento, e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que, comigo lutaram, e me sustentaram, dentro e fora do governo, e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo, nesta oportunidade.¹

-
1. Carta-Renúncia apresentada em 25/08/1961 por Jânio da Silva Quadros, então Presidente da República do Brasil. In (TAVARES, 1977, p. 62).

Com uma carta-renúncia, Jânio Quadros abdicava da presidência da República no dia 25 de Agosto de 1961. Ele havia sido eleito no pleito de 03 de outubro de 1960, tendo João Goulart como seu vice. O curto mandato foi caracterizado por diversos conflitos em âmbito administrativo e político. René Dreifuss, baseado em relatório do Departamento de Finanças da Embaixada Americana, ressalta a precária herança recebida por Quadros de seu antecessor — Juscelino Kubitschek — quanto ao desequilíbrio das finanças públicas resultantes do projeto de crescimento acelerado. Além disso, Quadros foi obrigado a conviver com um índice inflacionário em constante crescimento, com a estagnação agrária, as dificuldades na balança de pagamentos e as desigualdades em termos de consumo (DREIFUSS, 1981, p. 128).

Jânio Quadros fora eleito com grande vantagem sobre os demais concorrentes (Henrique Lotti e Adhemar de Barros),² o que lhe garantia uma perspectiva de apoio popular bastante significativa. Além disso, contava com o apoio de dois importantes segmentos que, na ocasião, exerciam forte influência no cenário político nacional: os grupos de interesses econômicos nacionais e internacionais e os “acadêmicos” da Escola Superior de Guerra (ESG).³

2. 5.671.528 votos, contra 3.824.258 de Lotti e 2.190.609 de Barros. *In* (SOUZA, 1990, p. 149)
3. A escola Superior de Guerra foi criada através da Lei nº 785, de 20 de Agosto de 1949, sendo o resultado do Decreto nº 25.075 de 22 de outubro de 1948 (VIEIRA, 1988, p. 74 – N.R. 03). Citando Rizzo de Oliveira, Peixoto acrescenta o que vem a ser, para este, os principais objetivos da ESG no âmbito da Organização Social Brasileira: garantia da presença política de um grupo militar dentro do aparelho de Estado; garantia da não-dispersão desse núcleo político-militar; especializar-se no estudo da segurança nacional, no quadro da Guerra Fria e da “guerra

Quadros foi obrigado a conviver com a controvérsia decorrente da regra eleitoral que lhe impunha um vice-presidente de orientação ideológico-partidária divergente.⁴ Na realidade, como afirma Dreifuss, a coalizão que apoiava o governo fazia-o principalmente em função de João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em outras palavras, o Congresso Nacional não compunha uma base estável para as propostas apresentadas pelo Executivo. Acrescenta-se a isso o fato de que os representantes de interesses internacionais sentiam-se prejudicados em função desta coalizão governamental e que os setores oligárquicos de seu partido — PSD (Partido Social Democrata) — também iniciaram um processo de resistência. Para Dreifuss, as inadequações burocráticas e a não adequação aos anseios da classe média dificultaram ao Executivo cumprir as metas exigidas pela comunidade industrial. Estas reformas “envolviam sacrifícios das classes trabalhadoras e fortes limitações econômicas e políticas a setores oligárquicos tradicionais, bem como a interesses industriais locais de porte médio” (DREIFUSS, 1981, p. 129).

Tratando da análise sobre o sistema partidário no período, Bolívar Lamounier e Rachel Meneguello afirmam que não existe um consenso, entre os analistas, sobre os verdadeiros motivos da crise que culmina com a renúncia (LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986). Em síntese, e tendo em vista que o objetivo aqui não é aprofundar o tema neste sentido, pode-se

revolucionária” e assegurar a possibilidade de uma difusão da doutrina entre elites e militares (PEIXOTO, 1980, p. 86).

4. As eleições para presidente e vice, por força da legislação eleitoral em vigor, eram separadas. Assim, João Goulart foi eleito com 4.547.010 votos, contra 4.237.719 de Milton Campos e 2.137.382 de Fernando Ferrari. (Fonte)

concluir que Jânio Quadros alinhavou uma série de acordos políticos para sua eleição que esbarraram, posteriormente, em um conflito de interesses proporcionado pelas próprias regras eleitorais então em vigor. O que sempre foi a *caixa de pandora* janista é saber quais as forças terríveis que ele faz referência na Carta-Renúncia, ou seja, a identidade dos grupos citados. Por outro lado ela fornece subsídios para extração de duas considerações que, do ponto de vista do trabalho, tornam-se relevantes.

Em primeiro lugar, vale destacar a referência que é feita às Forças Armadas, eximindo-as de quaisquer responsabilidades sobre o ato em questão. Ao fazê-lo, reafirma a isonomia de militares que, numa condição posterior — como veremos — encabeçam o golpe de Estado contra João Goulart. Esses atores não abandonam o cenário, pelo contrário: a ele adentram cada vez mais decididamente. E atrelado a isso, como segunda consideração, a própria consequência da citação nominal das Forças Armadas coloca em evidência todas as demais forças políticas, condenado-as ao “crivo indireto” de uma responsabilidade direta. Ora, a isonomia das Forças Armadas, atrelada à condenação das “Forças Invisíveis” subjuga a sociedade civil, principalmente os setores organizados. É notório que isso credencia os setores militares a uma ação política mais direta, o que efetivamente se concretiza. Pode-se aferir, portanto, que a carta-renúncia, independentemente dos objetivos apontados por Dreifuss, constitui o primeiro indicativo direto de legitimação da intervenção militar.

Em agosto de 1961, após um efêmero governo de sete meses, Jânio Quadros, baseando-se em seu suposto carisma e menos numa efetiva autoridade, renunciou, na esperança de conseguir um mandato bonapartista-civil por intermédio de um retorno ao governo ouvindo os apelos das classes médias. Ele também esperava o respaldo de empresários e o apoio absoluto de uma coalizão militar,

que o capacitaram a impor soluções econômicas e políticas às demandas conflitantes. E isso aconteceria enquanto seu vice-presidente se achava convenientemente em missão de boa vontade e comercial na China. Nem a maioria dos empresários, nem seu próprio bloco partidário estavam prontos a apoiá-lo. Nem mesmo seus ministros-chave, Denys, Hech e Grüm Moss estavam dispostos a assinar em branco um tal cheque político [...] (DREIFUSS, 1981, p. 129).

O apoio dos setores militares não veio e, ao contrário, seu ato desencadeou uma séria crise no país. Pelas prerrogativas legais, a presidência da república deveria, a partir de então, ser ocupada pelo vice João Goulart. O problema nesse sentido é que Goulart não correspondia aos anseios das elites militares e financeiras, exatamente os setores que apoiavam o governo Jânio Quadros.

João Goulart possuía um histórico de atuação pouco atraente para esses setores, uma vez que, tendo sido ministro do trabalho no Governo Getúlio Vargas, e vice com Juscelino Kubitschek, Goulart adquiriu ampla projeção junto aos setores populares, principalmente entre os trabalhadores. Além disso, era membro destacado do PTB, mantinha estreita relação com os partidos mais à esquerda e provinha de uma região governada por um partidário e parente — Leonel Brizola. Ambos, assim como o próprio movimento trabalhista, representavam possíveis inconveniências ideológicas ao desenvolvimento econômico e político que se vislumbrava pelas elites. Risco iminente que, nas palavras do General Lyra Tavares, constituía uma tentativa de transformação do Brasil em uma “República Sindical”. Assim, cria a justificação da intervenção, ressaltando que “a memória nacional não poderia ignorar os rumos que João Goulart e os seus adeptos pretenderam, insistentemente, imprimir ao País” (TAVARES, 1977, p. 63).

Essa elite — agora denominada oposicionista — atuou de forma contundente para evitar a posse de Goulart. As ini-

ciativas trouxeram, para o cenário mais direto da organização política, novos atores, que conturbaram e desagregaram as prerrogativas iniciais que garantiam a posse de Goulart. Podemos aqui determinar a síntese deste processo em quatro momentos interligados: o Manifesto Militar, a emenda do parlamentarismo, o período parlamentar e o plebiscito.

Durante a renúncia de Quadros, João Goulart encontrava-se em viagem oficial na China. Sua ausência proporcionou uma condição ainda mais favorável para os setores oposicionistas, que encabeçaram manifesto de recusa à sua posse, tendo como “responsáveis” os ministros das três armas: Vice-Almirante Sylvio Heck (Marinha), Marechal Odylio Denys (Guerra) e Brigadeiro-do-Ar Grüm Moss (Aeronáutica). Em linhas gerais este manifesto conclama os motivos do proposto impedimento e as consequências que a ordem legal poderia desencadear:

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada de seus Ministros, manifestaram a S. Ex^a. O Presidente da República⁵, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao País do Vice-Presidente, Sr. João Goulart [...] Já ao tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais [...] E, ainda há pouco, como representante oficial, em viagem à URSS e à China Comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares [...] Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos

5. Refere-se ao presidente em exercício, deputado Ranieri Mazzilli (Presidente da Câmara dos Deputados).

desencadeado no País um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos [...]⁶

O manifesto suscitou enorme agitação no cenário político. De um lado aqueles que, atrelados aos dogmas propagados pelos militares, atribuíam um caráter extremamente pessimista à possível posse de João Goulart, e, de outro, aqueles que defendiam a posse, ou por se atrelarem ideologicamente a Goulart, ou por discordarem da ruptura constitucional. Dentre os últimos, destacam-se Leonel Brizola e o General Machado Lopes, comandante do III Exército, que declararam resistência a partir do Rio Grande do Sul.⁷

A inquietação nos quartéis e nos opositores em geral fez emergir uma proposta conciliadora que, mesmo a contragosto dos legalistas, ganhou corpo e serviu para amenizar as resistências em torno do nome de João Goulart. Assim, entre os dias um e dois de Setembro de 1961, o Congresso Nacional fez tramitar uma proposta de emenda constitucional instituindo um sistema alternativo ao Presidencialismo que vigorava desde a instauração da República. Segundo Murilo Melo Filho, a Câmara e o Senado, reunidos em Brasília num sábado, dia 2 de Setembro de 1961, aprovaram — por 263 votos contra 55 e por 48 votos contra 06, respectivamente — a “emenda n° 4

6. Manifesto de 30 de Agosto de 1961. *In* (TAVARES, 1977, p. 64-65).

7. Vale destaque aqui o uso político que fez Brizola do Sistema de Rádio. Segundo Sônia Virgínia Moreira, dois dias após a renúncia de Jânio Quadros, Brizola colocou no ar, a partir da Rádio Guaíba, a chamada Rede da Legalidade que, a partir de outras adesões, criou a Rede Nacional da Legalidade. De acordo com Moreira, “o objetivo da Rede era impedir o golpe pretendido pelos ministros militares e garantir a posse do vice, sucessor legítimo do Presidente que renunciara” (MOREIRA, 1998, p. 56-57).

à Constituição, que restringia os poderes da Presidência da República e instaurava um regime de gabinete, como fórmula para superar o veto dos militares à posse de Jango” (MELO FILHO, 1999, p. 330).

A experiência parlamentarista não suscitou grandes soluções para o âmbito do controle e do continuísmo vislumbrado pela oposição. Em linhas gerais foi um período bastante atribulado, com idas e vindas nas nomeações dos gabinetes e com diversos conflitos entre o Executivo e o Legislativo. Não condiz com o objetivo deste trabalho uma análise detalhada do período parlamentarista. No entanto, vale ressaltar que, a exemplo do que atesta Melo Filho, foram as agitações sociais, principalmente através da deflagração de greves gerais por parte dos trabalhadores, que encurtaram o tempo previsto para a vigência do Parlamentarismo com a antecipação do plebiscito — inicialmente previsto para 1965 — e a reinstalação do presidencialismo e dos poderes constitucionais que outrora vigoravam. Para tanto, foi fundamental a greve geral decretada pelos sindicatos. A greve vigorou até 14 de Setembro, quando nova votação no Congresso aprovou a convocação de plebiscito sobre o parlamentarismo — no Senado a votação foi de 19 votos contra 14, enquanto que, na Câmara, 169 a 83. O plebiscito de 06 de Janeiro de 1963 restituiu, enfim, o presidencialismo, retomando a possibilidade de posse de João Goulart⁸ (MELO FILHO, 1999, p. 335-337).

8. O Presidencialismo venceu o plebiscito com 9.457.448 votos, contra 2.073.582 do Parlamentarismo. Dados disponíveis em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao. Acesso em: 11/03/2012.

Encerrado o plebiscito, e devidamente reativado o sistema presidencialista, João Goulart apressou-se para colocar em prática os projetos que as limitações do regime anterior impunham. Dentre estes, os que causavam o maior desconforto nas elites oposicionistas eram as chamadas reformas de base, que, dentre outras medidas, previa um grande processo de reforma agrária.

O governo de Goulart foi marcado, neste período, pelo crescimento do índice inflacionário e, portanto, pelo aprofundamento das desigualdades sociais. Assim, procurou estruturar o governo de forma a possibilitar a efetivação de um conjunto de medidas de profundas transformações, coerentes com o programa adotado pelo PTB e engajados, assim, no aspecto político-ideológico que propagava desde o início. Dentre as medidas, que são expostas de forma clara no discurso proferido no comício de 13 de março na Central do Brasil, destacam-se a reforma agrária, a estatização de refinarias, o investimento em educação de base e as garantias de liberdade de expressão:

Democracia, trabalhadores, é o que meu governo vem procurando realizar, como é meu dever. Não só para interpretar os anseios populares, mas também para conquistá-los, pelo caminho do entendimento e da paz [...] Não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares, fazendo calar as suas reivindicações [...] Reformar, trabalhadores é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada, inteiramente superada pela realidade dos momentos em que vivemos [...] Como garantir o direito de propriedade autêntica quando, dos quinze milhões de brasileiros que trabalham a terra, no Brasil, apenas dois milhões e meio são proprietários? [...] A partir de hoje, trabalhadores brasileiros,

*a partir deste instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas e a destilaria Rio-Grandense passam a pertencer ao povo, passam a pertencer ao patrimônio nacional [...] Nenhuma força será capaz de impedir que o governo continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro. E, para isto, podemos declarar, com orgulho, que contamos com a compreensão e o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas da Nação.*⁹

É evidente, neste discurso, o teor reformista e ao mesmo tempo conciliador, principalmente em torno das Forças Armadas. E isso se deve porque o núcleo diretivo do governo já havia percebido as diversas manifestações de desagrado provenientes, principalmente, dos setores mais conservadores da sociedade. Além da resistência às propostas político-administrativas, outras medidas causaram repercussão negativa junto às elites, especialmente no campo da política externa, com a anunciada volta das relações diplomáticas com a União Soviética e a aproximação com Cuba. Prova disto ocorreu acerca da visita do presidente da antiga Iugoslávia, Josep Braz Tito. Fernando Moraes afirma que a repercussão contrária foi imensa por parte de vários setores da sociedade, dentre os quais a Igreja, os meios de comunicação e, naturalmente, a elite oposicionista (MORAIS, 2004, p. 641).

É interessante perceber que um dos únicos — ou talvez o único — representante da elite oposicionista a apoiar a visita de Tito ao Brasil foi justamente Assis Chateaubriand, an-

9. Discurso do Presidente João Goulart/Comício na Central do Brasil – RJ, em 13/03/1964. Textos Políticos da História do Brasil, Senado Federal, 2000. In (MUNTEAL FILHO, 2005, p. 15-32).

ticomunista declarado e proprietário da maior rede de comunicação do período, os Diários Associados. Talvez por entender a importância em termos da política externa do país, ou mesmo aproveitando o evento para criticar desafetos — ou talvez pelos dois motivos — o fato é que Chateaubriand ajudou, naquele instante, a apaziguar as veementes críticas com seus artigos e manifestações públicas. Por outro lado — e aqui se percebe a importância do empresário na consolidação do golpe de Estado — recebia e declarava apoio aos militares que o procuravam para articular o movimento, principalmente com o uso dos veículos de comunicação de sua propriedade.

Segundo Fernando Morais, Chateaubriand protagonizou encontro com os generais Olímpio Mourão Filho, na ocasião em vias de assumir o comando da 4ª. Região Militar, e Nelson de Melo, recém-saído do Ministério da Guerra. O encontro teve como objetivo solicitar o auxílio do empresário para, nas palavras de Nelson Melo, “conter os desatinos da turba comunista que cerca o presidente”, tendo seu discurso corroborado com o de Mourão Filho, que afirmou a importância de “combater frontalmente o presidente e seu cunhado esquerdista, o deputado Leonel Brizola” (MORAIS, 2004, p. 638).

Percebe-se, por isso, que o golpe já se avizinhava. Alguns fatos são importantes para entendermos o complicado momento pelo qual passava João Goulart, dentre estes, destacam-se, além dos fatores econômicos e políticos externos já citados, o levante de sargentos em Brasília e a participação do presidente em jantar oferecido por militares de baixa patente no Rio de Janeiro. Esta aproximação com grupos de patente inferior das Forças Armadas era vista com extrema reticência pelo alto comando, que não admitia o que chamavam de quebra de autoridade da hierarquia militar. Assim mesmo, foi uma prática constante de Goulart a aproximação com estes grupos

e o estímulo às vinculações com outros setores de organização popular, principalmente os sindicatos.

Já prevendo problemas para a continuidade do processo legal de seu mandato, Goulart acelerou ainda mais a aproximação com os setores populares que lhe davam sustentação, culminando no “ápice” do comício de 13 de março de 1964. Além do teor do comício, outro fato aqui merece destaque no âmbito dos atores mais diretamente ligados ao golpe. Segundo o general Hugo de Abreu, o então Ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro fora advertido — e concordado — sobre a não participação no evento. No entanto, ao descumprir tal acordo, suscitou uma quebra de confiança que alargou ainda mais o fosso que separava o governo das Forças Armadas, o que contribuiu, nas palavras de Abreu, para a eclosão do golpe:

Pode-se dizer que a partir daí o ministro perdeu o controle do Exército, que passou a ser exercido, na prática, pelo General Castelo Branco, chefe do Estado-Maior. Já nessa ocasião, o movimento revolucionário era inevitável, seu desencadeamento era apenas questão de dias. A greve dos marinheiros, a reunião destes no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e a reunião de Jango com os sargentos no Automóvel Clube da mesma cidade serviram apenas para precipitar uma decisão já tomada (ABREU, 1980, 251).

Até os últimos momentos antes do golpe, João Goulart procurou tomar medidas de contenção, entretanto foram medidas superficiais. Deixou, por exemplo, de decretar o estado de sítio e de prender militares insubordinados. A ausência de uma ação mais incisiva fez emergir diversas contestações sobre a capacidade que teve de fazer uma leitura correta sobre o que efetivamente acontecia. A sustentação desta linha de raciocínio torna-se necessária, tendo em vista três situações relatadas por Murilo Melo Filho sobre os momentos que antecederam o golpe.

A primeira envolve o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que solicitou uma reunião com João Goulart na manhã de 31 de março, mas foi surpreendido pela recusa com o argumento da visita do presidente a um enfermo no hospital. Murilo Filho suscita até a hipótese de que Goulart não quisesse comentar sobre o golpe já em andamento a partir de Minas Gerais. No entanto, a continuidade dos fatos complica essa interpretação e demonstra, de certo, a verdadeira percepção que tinha Goulart. Isso porque, tendo sido advertido por Kubitschek sobre a situação, ele declara que a manifestação em Minas estaria esmagada já no dia seguinte. A resposta de Kubitschek põe às claras a mesma interpretação aqui exposta:

Desconfio que você está otimista demais. Tenho notícias de que a situação é bem diferente da que imagina. Tomo a liberdade de dar-lhe um conselho. Faça um pronunciamento à Nação, desligue-se dos comunistas e mostre-se disposto a perdoar os revolucionários para instaurar um clima de paz no país (MELO FILHO, 1999, p. 349).

As duas outras situações restringem-se aos momentos decisivos do Golpe e envolvem a compreensão que tinha Goulart sobre as tropas que, em tese, eram-lhe subordinadas. Já na iminência de sair do Rio de Janeiro, ele destaca o General Ládario Pereira Telles para uma viagem a Porto Alegre, a fim de preparar um suposto refúgio no Estado que, presumivelmente, era-lhe fiel. Logo após, viaja para Brasília, também na intenção de encontrar tropas que a ele se mantivessem subordinadas. Tanto em Brasília como, posteriormente, no Rio Grande do Sul, depara-se com uma condição inóspita, ratificando a tese sobre o desconhecimento que possuía das reais condições dadas pela conjuntura. Dirigindo-se, enfim, para o Uruguai, deixa o caminho livre para a consolidação do Golpe de Estado.

MILITARES NO PODER: CONSTITUIÇÃO DAS BASES AUTORITÁRIAS

A participação dos atores no processo que desencadeou o golpe de Estado foi determinante na escolha do novo presidente. O Marechal Humberto Castello Branco, então chefe do Estado-Maior das Forças Armadas teve seu nome referendado não apenas pelo alto escalão militar, mas também pelos civis que com ele atuaram, principalmente os governantes da Guanabara (Carlos Lacerda), de São Paulo (Adhemar de Barros) e de Minas Gerais (Magalhães Pinto). A bem da verdade, o apoio deste segmento da elite política tinha por trás um interesse direto: o próximo processo eleitoral. Havia, portanto, a expectativa de que o “mandato” de Castello Branco se limitasse ao complemento do mandato interrompido de João Goulart e que, decorrido este período, a prerrogativa constitucional voltasse a vigorar.

O Governo de Castello Branco foi marcado por diversas cisões, dentro e fora das Forças Armadas. No âmbito civil, a implantação das primeiras medidas e atos institucionais tiveram o objetivo de garantir a reconstrução nacional contra os “obstáculos impatrióticos” que se faziam presentes, segundo palavras do General Lyra Tavares (TAVARES, 1977, p. 102). Estas medidas, bem como todo o processo legislativo desencadeado nos primeiros governos militares, serão tratadas mais adiante. O que importa aqui é entender de que forma a dinâmica interna das Forças Armadas influenciou a constituição de uma ordem autoritária nos moldes anteriormente analisados. E isto se estabelece principalmente em função da cisão interna que demarcou dois campos distintos de pensamento, atestado por um dos principais atores do processo, o General Ernesto Geisel:

Foi um erro ter-se ficado tanto tempo. Surgiu, desde logo, o problema do combate ao comunismo, ao terrorismo, à corrupção. Além disso manifestou-se outro problema grave: o da divisão no Exército entre a linha dura e a área mais moderada, que tendia para a normalização. Os duros sabiam que não podiam ficar definitivamente no poder, que um dia as coisas tinham que se normalizar, mas sua tendência era prolongar a revolução até que se pudesse fazer tudo o que eles imaginavam [...] A percepção era muito tênue no início, mas foi se acentuando. Havia muitos oficiais que eram moderados e cuja tendência era se agrupar em torno de Castello. E havia outros que eram mais exaltados, mais radicais, e que se uniram em torno do Costa e Silva (D'ARAUJO e CASTRO, 1998, p. 168).

A cisão estabelecida no seio das Forças Armadas auxilia-nos a entender o aspecto autoritário do regime em um ponto importante: o da proliferação de um governo ilegítimo. E isso porque, tendo em vista as primeiras medidas que, em linhas gerais, propunham-se a “limpar” as instituições políticas — daí o processo de cassações — a tendência “natural” era a retomada do processo democrático, segundo pronunciamento do próprio Castello Branco. No entanto, o que se viu foi uma inversão nessa tendência inicial, com a imposição, a partir de decreto, da eleição indireta para a escolha do próximo presidente. Ora, ao retirar da sociedade a responsabilidade da escolha do representante pelo processo eleitoral, o governo militar corrobora com um dos preceitos levantados por Guillermo O'Donnell acerca do Estado Burocrático-Autoritário: a supressão da cidadania no sentido da participação política (O'DONELL, 1987).

Segundo a formulação apresentada, o modelo de estado Burocrático-Autoritário (BA), que servirá como base conceitual para enquadrar teoricamente o regime militar brasileiro — de forma geral — e o governo Médici — em específico — caracteriza-se como a ruptura de sistemas de representação democrática.

Essa ruptura é motivada, segundo O'Donnell, pelo fato de que, para os responsáveis pelo BA, o fator que coloca em risco a manutenção do Estado Capitalista é a proliferação de movimentos contestatórios nos diversos níveis da representação política. Logo, sua principal característica é a da defesa da organização capitalista em seus principais aspectos, ou seja, a economia de mercado e o modelo de estado. Assim, o BA mira o conjunto de características vinculadas à cidadania e nelas descarrega o arsenal de medidas que, do ponto de vista ideológico, expõe as entranhas do autoritarismo. Neste sentido a cidadania é combatida em termos da organização institucional e dos canais de participação da vida política, ou seja, na proibição da organização da sociedade em instituições representativas (sindicatos, movimentos, etc.) e nas que dizem respeito ao acesso aos canais de participação direta (principalmente os partidos).

São sistemas de exclusão política, no sentido de que pretendem fechar os canais de acesso ao Estado do setor popular e seus aliados, assim como desativá-lo politicamente não só pela repressão, mas também pelo funcionamento de controles verticais (corporativos) por parte do Estado sobre os sindicatos (O'DONNELL, 1987, p. 21).

Por estar vinculado à manutenção do capitalismo, e por apresentar os preceitos condizentes com a realidade que se verificou no sistema de exceção adotado após o golpe de 1964, é necessário, para melhor compreensão do modelo BA, separar a análise de acordo com as variantes da ordem capitalista. Isto representa, para efeito de método, a separação entre os fatores políticos (que emergem a partir do movimento dos atores e da legislação criada) e econômicos (que condizem com a interferência estatal no mercado).

Fatores políticos

Seria leviano afirmar que, na hipótese da ausência de um setor mais “duro” entre os militares, a democracia seria restabelecida. Se levarmos em consideração os diversos agenciamentos do cenário, podemos aferir que a tendência, naquele momento, era de “fechamento” e não de “abertura”, principalmente se considerarmos a conjuntura internacional e o acirramento da Guerra Fria. Além disso, os membros do governo provenientes da Escola Superior de Guerra — tido como moderados — ocupavam cargos importantes na administração superior, além de possuírem um claro projeto nacional, principalmente no âmbito econômico, como veremos mais adiante.

De qualquer forma, é fato que a configuração de dois grupos distintos proporcionou situação favorável à escolha de Costa e Silva para a sucessão de Castello Branco. Na verdade, o nome Costa e Silva é tido como uma imposição do comando militar, tanto na análise de Geisel quanto do General Hugo de Abreu. Para Abreu, a atitude de cerceamento do processo eleitoral tomada por Castello Branco, além de causar o primeiro desvirtuamento dos princípios que levaram à “Revolução”, visou a evitar um mal maior (ABREU, 1980, p. 64-65). Por sua vez, Ernesto Geisel ressalta o desejo de Castello Branco em devolver o comando do Executivo para um civil, afirmando que, inclusive, era seu sonho. Chegou a pensar no nome de Olavo Bilac Pinto¹⁰, “depois pediu uma lista aos políticos do partido do governo, com cinco nomes. Mas isso não deu em nada. Os políticos e a maioria dos militares se fixaram no

10. Refere-se ao deputado federal mineiro Olavo Bilac Pereira Pinto (UDN).

nome do Costa e Silva. Passou a ser um fato consumado” (D’ARAUJO e CASTRO, 1998, p. 168).

No dia 15 de março de 1967, o Marechal Costa e Silva tomava posse. Seu governo foi marcado pela passagem de um modelo de controle de Estado mais brando para um mais radical, o que pressupõe o aprofundamento do autoritarismo. E isso tem motivação em dois fatores subjacentes ao cenário interno: o aumento das manifestações sociais em prol da abertura política e o contínuo desenvolvimento da cisão interna da elite militar.

A abertura política tornou-se pauta principal na agenda de diversos segmentos da sociedade civil, principalmente de setores que haviam apoiado o golpe de 1964. Carlos Lacerda, que na condição de governador da Guanabara havia sido um dos principais políticos adesistas, tornou-se um ferrenho crítico do sistema, tanto no aspecto das questões econômicas, quanto nas questões políticas. Encabeçou a Frente Ampla¹¹, juntamente com Goulart e Kubitschek, que agitou o já conturbado cenário de 1967, protagonizado principalmente pelas manifestações contestatórias estudantis após a reorganização da UNE (União Nacional dos Estudantes). Paralelo a isso, mesmo tendo credenciado-se como representante da chamada “linha dura” do regime, as ações de controle de Costa e Silva passam a ser questionadas pela elite militar, acirrando ainda mais os debates internos.

11. Consistiu em um movimento que, em linhas gerais, reivindicava a redemocratização do país. Agregou diversas correntes durante o tempo em que se manteve ativo. Além de Lacerda, Goulart e Kubitschek, partidários dos diversos partidos de oposição e segmentos organizados da sociedade ali atuaram (SILVA, 1983, p. 27-31).

Ato Institucional n. 5

O ano de 1968 pode ser considerado um marco na estruturação e formalização do modelo burocrático-autoritário brasileiro. Sob os auspícios da crescente onda de contestação do regime, o comando governista se “vê forçado”, segundo argumento de Lyra Tavares, a radicalizar no sentido das regras de controle (TAVARES, 1977, p. 135). Dentre os diversos motivos por ele narrados acerca do clima de transgressão à Segurança Nacional, podemos citar as greves estudantis e de trabalhadores, a Frente Ampla, a Passeata dos Cem Mil e os confrontos ideológicos deflagrados por indivíduos e grupos. Por sua vez, o General Hugo de Abreu ressalta que, mesmo com atitudes liberais, o “ciclo vicioso já estava implantado: a violência e sua repressão acabaram criando o clima que obrigou Costa e Silva a aceitar o A.I. 5” (ABREU, 1980, p. 257). Assim, no dia 13 de Dezembro de 1968, o governo decreta o Ato Institucional de Número 5:

O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República. [...] Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios. [...] O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição. [...] No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. [...] O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim

como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens promocionais ao tempo de serviço.[...] O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.¹²

Há, entretanto, segundo os militares, um motivo central para a decretação da nova lei. Tanto Lyra Tavares (então ministro do Exército)¹³ quanto Jaime Portela (então chefe do gabinete Militar)¹⁴ são unânimes em afirmar que o discurso proferido pelo deputado causou enorme transtorno na organização interna do governo, levando as posições ao acirramento e consequente aprofundamento das regras autoritárias. Isto porque, motivado pela movimentação popular, especialmente como consequência da morte do estudante Edison de Lima Souto, no Rio de Janeiro, o deputado, falando em plenário da Câmara, questionou a repressão impetrada pelos órgãos de segurança e, principalmente, propôs um boicote às festividades de 7 de setembro daquele ano.

12. Ato Institucional N° 5. *In* (Constituição da República Federativa do Brasil – 11ª Edição, São Paulo: Atlas, 1978).

13. “Os agentes da desordem e da subversão confundiram a tolerância com o temor. E partiram para a violência, tirando proveito do ambiente político, em que eram atacados, desabridamente, o Exército e a Revolução” (TAVARES, 1977, p. 136-137).

14. “Os ministros militares apresentaram uma Exposição de motivos, solicitando providências quanto aos ataques dirigidos às Forças Armadas pelo deputado Márcio Moreira Alves.” Hélio Silva refere-se à citação feita por Jayme Portella de Mello, no livro “A Revolução e o Governo Costa e Silva”, Rio de Janeiro: Editora Guavira, 1979. *In* (SILVA, 1983, p. 38).

Hélio Silva legitima a tese de que o pronunciamento do deputado Mário Moreira Alves corroborou com o aprofundamento da crise de relações. Mesmo o depoimento fazendo referências à crescente violência policial e à invasão militar da Universidade de Brasília — contando, inclusive, com agressões e tiros — o que efetivamente exerceu influência determinante para que setores militares se exaltassem “foi a proposta idealista de boicotar o desfile militar de 7 de setembro, além de insinuar que o Exército se estaria tornando um abrigo de torturadores” (SILVA, 1983, p. 36-37).

Do ponto de vista prático, o que mais pendia no sentido de uma conduta mais liberal por parte de Costa e Silva eram as relações externas; afinal, a principal bandeira da “revolução” era a defesa da democracia. De acordo com Ernesto Geisel, os ministros militares sentiram-se ofendidos com a recusa, pelo Congresso, da cassação do mandato do deputado. E salienta, ainda que, em sua opinião, Costa e Silva, por sofrer grandes pressões da área militar, decretou o AI5 contrariado. (D’ARAÚJO e CASTRO, 1998, p. 207-208). Enfim, o segmento mais radical da elite militar consegue formalizar, em termos de lei, aquilo que em termos teóricos já se planejara anteriormente. Não por acaso, a aprovação se dá no dia seguinte à recusa de cassação do mandato de Alves no Congresso Nacional.

A supressão da liberdade de organização e participação tem, portanto, duas vertentes: a primeira é limitar o acesso desses grupos a canais de participação política, e a segunda é o combate à própria existência destes. Além de limitar os grupos organizados, a proposta do BA, de acordo com O’Donnell, é também limitar os canais de representação popular e de classe no âmbito do governo, tornando-o assim uma representação específica de alguns setores (O’DONNELL, 1986). Nestes encontram-se, segundo afirma, as Forças Armadas, a cúpula de

grandes organizações (estatais e privadas) e grandes empresas oligopólicas. Disso decorre que, como última característica, a questão política torna-se, propositalmente, uma questão técnica a ser tratada e administrada pelos mecanismos burocráticos do Estado. Ser cidadão, no contexto do Estado BA, pressupõe, enfim, a conduta sob normas criadas por órgãos não legítimos.

A ação prática autoritária, segundo O'DONNELL, consiste em tentar despolitizar as questões sociais, ou seja, submetê-las a critérios neutros e objetivos de racionalidade técnica. Isto significa que o sistema impõe bloqueios às reivindicações de justiça individual “ligadas ao popular, que aparecem introduzindo ‘irracionalidades’ e ‘exigências’ prematuras com respeito à reimplantação da ‘ordem’, da normalização da economia e da reconstituição dos mecanismos de acumulação do capital” (O'DONNELL, 1986, p. 22).

A análise da perspectiva política do Estado BA remete-nos a uma simbiose paradigmática que, em termos teóricos, demonstra uma explícita contradição, mas que, ao considerar os interesses intrínsecos dos diversos atores, ganha outra conotação. E isso ocorre porque, como sabemos, o estado capitalista, dentro da sua fundamentação clássica, tem como princípio norteador o indivíduo. Ele configura-se como organismo estruturante dos preceitos às garantias individuais condizentes com as necessidades da economia de mercado e, nesse aspecto, às garantias individuais de acesso à propriedade privada. Assim, a forma que irá adquirir no âmbito do sistema político prevê uma sobreposição do indivíduo frente à instituição política, ou seja, o estado está a serviço do indivíduo e de seus direitos individuais, e não o contrário. Por ser assim, todo o complexo jurídico que envolve o Estado, seja no aspecto da sua estruturação formal, seja na legislação que dele emana, reflete este princípio, em consonância com aquilo que, num as-

pecto mais geral, foi preparado pelo movimento teórico-liberal a partir do século XVII.

Não figura como objetivo deste trabalho a remontagem da teoria do Estado na perspectiva liberal e sua contraditória posição frente às diversas formas de autoritarismo. No entanto, é necessário salientar que o rompimento com os mecanismos que possibilitam o efetivo controle da sociedade civil sobre o estado — como a democracia representativa — cria uma condição de vulnerabilidade aos direitos individuais ora protegidos pelo Estado de Direito, como a participação política e a propriedade privada. Ora, e é exatamente isto que ocorre com a decretação do AI5, motivada, segundo os militares, pelo discurso do deputado Márcio Moreira Alves.

Segundo o que se pode concluir, é fato que Costa e Silva não estava satisfeito com a solução de cunho autoritário encontrada para resolver os conflitos sociais e políticos que se faziam presentes. Talvez por influência de seu perfil liberal, manifestado por Abreu e Geisel, ele tenha procurado uma alternativa para a crise dentro dos parâmetros constitucionais. E esta alternativa foi, de acordo com Geisel, a preparação de uma nova Carta Constitucional, elaborada com o auxílio do vice-presidente Pedro Aleixo, mas que não chegou a ser promulgada em função do acidente vascular que o acometeu (D'ARAUJO e CASTRO, 1998, p. 210).

Foi este acidente vascular o responsável pelo afastamento do presidente Costa e Silva. *A priori*, o que as diretrizes legais previam era a substituição automática por Pedro Aleixo. No entanto, tendo em vista a pouca confiança da elite militar no vice-presidente civil, uma nova “alternativa” foi elaborada. Um golpe, na avaliação de Geisel:

Fala-se em golpe de 64, mas o golpe realmente foi dado quando impediram Pedro Aleixo de tomar posse. Por que Pedro Aleixo não

assumiu? Porque era um político, e fora o único membro do governo a votar contra o A.I. 5. Achavam que ele não ia dar conta do problema. A primeira coisa que haveria de querer era derrubar o A.I. 5. Por isso, concluíram que não podia assumir (D'ARAUJO e CASTRO, 1998, p. 210).

Uma junta militar, formada pelos ministros militares (Augusto Rademaker — Marinha de Guerra; Aurélio de Lyra Tavares — Exército; Márcio S. Mello — Aeronáutica Militar), assume o comando do poder Executivo. E é dessa junta a responsabilidade pela decretação da Emenda Constitucional de nº 1, que dava nova redação à Constituição de 1967. Esta, por sua vez, atrelada às implicações acarretadas pelo AI5, constitui o cenário que marcará o governo de Emílio Médici. Logo, sua análise torna-se necessária. Há que se ressaltar, entretanto, que o objetivo, ao estabelecer aqui uma análise específica sobre a Constituição promulgada em 1967, é subsidiar o trabalho com preceitos necessários à compreensão de dois fenômenos inerentes ao tema central: a definição do perfil autoritário do regime e a conjuntura subjacente da legislação específica dos meios de comunicação.

*A Constituição de 1967 e a 1ª Emenda de 1969*¹⁵

A Constituição de 1967 é resultado da “pressão” sofrida pelo excessivo número de emendas e atos institucionais impostos a partir de 1964. Seu mecanismo de elaboração seguiu os critérios ditatoriais implantados a partir do golpe, já que o pre-

15. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 24 de Janeiro de 1967. Após o AI5, e sob a centralização do poder executivo, a junta Militar publica, em 17 de Outubro de 1969, a Emenda Constitucional de Número 1, que lhe dá nova redação.

sidente Castello Branco, ao decretar o Ato Institucional de número 4 em 12 de dezembro de 1966, atribuiu poderes constituintes ao Congresso Nacional de então (VIEIRA, 1988, 89). Em outras palavras, não houve, como é de praxe em democracias representativas, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, mas a transformação do Congresso Nacional em Assembléia Constituinte: “Considerando que ao atual Congresso Nacional, que fez a legislação ordinária da Revolução, deve caber também a elaboração da lei constitucional do movimento de 31 de março de 1964”.¹⁶

Esta manobra condiz com o princípio do Estado autoritário implantado a partir do golpe. Submeter os demais poderes aos ditames do Executivo, retirando deles a autonomia que rege o preceito liberal-republicano, torna-se uma prática constante. Prova disso é que esta Carta, segundo Vieira, é fruto de um texto criado pelo próprio Executivo com o auxílio técnico de alguns juristas e, posteriormente, remetido ao Congresso Constituinte para simples apreciação (VIEIRA, 1988, p. 89-90), o que pressupõe sua aprovação sem o devido debate e inserção dos representantes da sociedade. O texto versa sobre a consolidação de um sistema democrático representativo, corroborando com o discurso adotado após o golpe. No entanto, podemos aferir, a realidade dos fatos comprova justamente o contrário. Em nenhum momento cogitou-se, segundo Célia G. Quirino e Maria L. Montes, a convocação de uma Assembléia Constituinte, “e o texto apresentado pela presidência da república para votação apenas buscava organizar o país de acordo com as várias modificações que os atos institucionais

16. Ato Institucional Número 4, de 12 de dezembro de 1966. *In* (VIEIRA, 1988, p. 89).

e emendas já haviam realizado” (QUIRINO e MONTES, 1987, p. 66).

Em linhas gerais, o texto apenas incorpora para o âmbito da Constituição os atos e decretos impostos no período “pré-67”. Podemos perceber algumas contradições entre o conteúdo do texto e a prática da ação política, e esse fato é de fundamental importância na delimitação do perfil autoritário adotado pelo regime. Além disso, cabe ressaltar que esses antagonismos manifestam-se de maneira nítida na dinâmica que envolve a radiodifusão, antes e durante o governo Médici.

A Constituição de 67 aprofunda ainda mais a limitação à participação política em todos os níveis. Se compararmos algumas disposições que tentam manter as bases de uma estrutura democrático-representativa com outras inseridas no conjunto dos direitos concedidos aos indivíduos, podemos perceber diversas contradições. Tais contradições, no nosso entendimento, longe de representar uma ambiguidade involuntária, têm a nítida função de camuflar uma centralização autoritária no controle da ação política, denotando uma clara divergência com os preceitos que sustentam a democracia liberal propagada no texto. Já no capítulo IV da constituição, temos um nítido exemplo desta dicotomia:

Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ninguém será privado de qualquer dos seus direitos, salvo se o invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, caso em que a lei poderá determinar a perda dos direitos incompatíveis com a escusa de consciência.¹⁷

De início, podemos separar o sexto parágrafo em duas partes que, analisadas sob o mérito da ação política, interligam-

17. Capítulo IV, Artigo 153, Parág. 6º. *In* (Constituição da República Federativa do Brasil – 11ª Edição, São Paulo: Atlas, 1978).

-se nos objetivos estratégicos do regime. Condizente aos preceitos democráticos tradicionais, o sistema ratifica a liberdade individual no âmbito da realidade política, garantindo ser esta um “direito” de todos os cidadãos. No entanto, ressalta que este direito limita-se ao cumprimento das obrigações impostas pela lei, ou seja, estabelece uma limitação da ação política e invoca o direito “legal” de determinar punição ao ato em desvio, quando tal ação entrar em desacordo com aquilo que se espera do resultado da consciência.

Eis aí manifestada a primeira dicotomia, a da ação de consciência. Ora, ao determinar limites para a ação de consciência, esta lei nada mais faz do que impor aquilo que deve ser a ação no âmbito político. Consciência e ação limitam-se à cartilha de regras impostas a todos pela “democracia” militar. Mais adiante, no oitavo parágrafo, a dicotomia acentua-se e a “cartilha” torna-se mais nítida:

É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informações independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes.¹⁸

Propaganda de guerra; subversão da ordem. É através destas demonstrações, que a “cartilha” da conduta política do regime militar apresenta-se na Constituição de 1967. Este parágrafo, por ser o mais longo dentre os que foram redigidos no

18. Capítulo IV, artigo 153, parág. 8º. *In* (Constituição da República Federativa do Brasil – 11ª Edição, São Paulo: Atlas, 1978).

quarto capítulo, traz à luz importantes considerações relacionadas ao nosso objeto central. Por este motivo dividimos a análise do parágrafo em duas partes.

Em primeiro lugar vale ressaltar a retomada daquilo que denominamos como “ação de consciência”. Também aqui, o texto explicita a ideia de que nenhum pensamento deve ser barrado por força de lei. Tais pensamentos podem tornar-se manifestação — ao que denominamos ação política, independente de “censura”. Vale ressaltar aqui que o termo “censura” é utilizado pelo regime para designar um ato de impedimento a uma determinada manifestação pública, ou seja, em termos sintéticos, a uma transmissão de informação para uma grande quantidade de pessoas. Logo, por se apresentar assim, podemos determinar que o conteúdo deste parágrafo, seja de forma subjetiva ou objetiva, destina-se aos instrumentos de comunicação de massa, que, nesta conjuntura específica, limitam-se à radiodifusão, aos impressos (jornais, revistas, livros, etc.) e às formas de manifestações artísticas mais tradicionais: o teatro e o cinema.

O governo já emite uma clara preocupação em adequar a legislação ditatorial ao desenvolvimento dos mecanismos de comunicação de massa. Esta preocupação se acentuará no governo do presidente Emílio Médici, como veremos adiante.

Por fim, e retomando a questão da ação de consciência, o texto utiliza-se de definições subjetivas que visam fornecer um conjunto de opções para a ação repressivo-autoritária. E isto se manifesta através da ameaça de punição aos “abusos” que possam ser cometidos e da não tolerância à propaganda de guerra e de subversão da ordem. Ora, e o que são os abusos e a propaganda de guerra e de subversão, senão uma suposta manifestação em contrário daquilo que se espera? E o que se espera, senão uma ação política em conluio com a doutrina

autoritária? Em suma, a liberdade manifestada para o pensamento, também aqui, confronta-se com as limitações da ação política, que, além de justificar o pressuposto por nós apresentado em torno da “democracia” propagada no contexto geral da Carta, submete os indivíduos a um enquadramento subjetivo e “legal”. Esse mesmo enquadramento pode ser percebido de forma contundente no âmbito das punições:

O abuso de direito individual ou político, com propósito de subversão do regime democrático ou de corrupção, importará a suspensão daqueles direitos de dois a dez anos, a qual será declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República, sem prejuízo da ação cível ou penal que couber, assegurada ao paciente ampla defesa.¹⁹ [...] Quando se tratar de titular de mandato eletivo, o processo não dependerá de licença da Câmara a que pertencer.²⁰

Este artigo condiz com a estratégia da doutrina autoritário-militar, no aspecto da participação político-institucional. O texto denota a capacidade imposta pelo regime de cassar os mandatos dos que subvertem a ordem. A penalização é a suspensão dos direitos políticos durante alguns anos. Abre-se, assim, a possibilidade de penalizar opositores sem o enquadramento por crime comum, uma vez que o processo centraliza-se no Supremo Tribunal Federal. Para assegurar êxito desta empreitada vale ressaltar que, como vimos anteriormente, o número de ministros do STF sofreu um acréscimo, garantindo certa maioria ao Executivo. E para referendar a soberania deste poder, no caso dos parlamentares eleitos, exclui-se a prerroga-

19. Artigo 154. *In* (Constituição da República Federativa do Brasil – 11ª Edição, São Paulo: Atlas, 1978).

20. Artigo 154/ parág. Único. *In* (Constituição da República Federativa do Brasil – 11ª Edição, São Paulo: Atlas, 1978).

tiva da imunidade parlamentar, podendo este, desta forma, ser enquadrado independentemente do aval da Câmara.

Neste último caso, além de ferir um dos preceitos básicos da democracia representativa liberal — que é a ação representativa dos eleitores — tal medida, atrelada aos fatores subjetivos da “cartilha”, viabilizava o aumento da probabilidade de apoio também do poder legislativo no processo de legitimação da doutrina autoritária. Por último, e no intuito de fundamentar também aqui a dicotomia manifestada durante este capítulo, vale salientar a insistente definição conceitual dada pelos militares ao sistema que inauguraram, classificando-o como democrático.

Talvez pela genérica concepção que o termo democracia pode gerar, ou talvez como uma estratégia para ludibriar a opinião pública com eleições pontuais, que venham a encobrir a estrutura nitidamente autoritária que condiz com a realidade do sistema, esta definição apresenta-se sorrateira no conjunto da Carta. Longe de descartar completamente a primeira hipótese — até porque uma análise aprofundada desta temática não é o objetivo aqui — o certo é que, pelo que vimos até aqui, e pelo que veremos a seguir, a segunda hipótese apresenta-se de forma mais nítida. Neste sentido, José Ribas Vieira aponta que, em razão de incorporar preceitos autoritários após o golpe de 1964, “podemos classificar a Constituição de 1967 dentro da categoria jurídico-política de Estado de Exceção híbrido ou regime misto” (VIEIRA, 1988, p. 90).

Ora, é este sentido de exceção que constitui a essência daquilo que se manifesta nas afirmações de O’Donnell. O modelo Burocrático-Autoritário, dentro de seus aspectos eminentemente políticos, converge neste sentido. Trata-se do cerceamento da participação do indivíduo, seja em relação aos

canais de participação tradicionais — como os partidos²¹ — ou mesmo de seus segmentos de classe, como verificamos acerca dos sindicatos e associações. Este princípio excludente se verificará, também, em torno dos fatores de ordem econômica.

Fatores econômicos

O estado capitalista caracteriza-se, na perspectiva de O'Donnell, como mecanismo de sustentação e manutenção das diversas desigualdades sociais manifestas na realidade social capitalista, principalmente naquilo que tange às relações de produção. Para tanto, atua a partir de suas instituições e do direito, ou seja, dos diversos órgãos criados para colocar em prática o controle social e o conjunto de leis criadas em consonância com a realidade da economia de mercado. A legislação específica que anteriormente apontada, e a ação exercida pela radiodifusão neste contexto são claros exemplos deste processo.

Uma vez desigual pela própria “natureza” que norteia o capitalismo, o Estado se configurará, portanto, como suporte deste processo. E como já citado, é justamente em torno da manutenção da estrutura capitalista que emerge o estado Burocrático-Autoritário. Segundo O'Donnell, as condições surgi-

21. O preceito da estrutura partidária na Carta de 1967 prevê, em seu Artigo 152, o pluralismo partidário. No entanto, a prática adotada segue a lógica do bipartidarismo instaurado após o sufrágio de 1965. Segundo Maria D'alva Kinzo, a adoção do mecanismo bipartidário responde a dois anseios do regime, que são os de estabelecer uma base de apoio segura, com a extinção de partidos já tradicionais no contexto eleitoral brasileiro, e fugir da conotação negativa inerente ao modelo de partido único (KINZO, 1988, p. 28).

das com a perspectiva de ruptura deste modelo propiciam a conjuntura necessária para a eclosão de sistemas políticos centralizados na América Latina (O'DONNELL, 1986, p. 16-20). Todos os países que o adotaram foram precedidos de movimento contestatório em torno da então vigente estrutura capitalista. Mesmo resguardadas algumas características específicas — que, por conseguinte, propiciam variações acerca do BA — esses países unificam-se no contexto central do modelo burocrático-autoritário.

No caso do Brasil, os governos que antecederam Emílio Médici tiveram proposições diferenciadas em relação à política econômica. Apesar da tendência liberal implícita nas primeiras iniciativas do Governo de Castello Branco e da mudança de direcionamento efetivada a partir de Costa e Silva, podemos, como veremos, também enquadrá-los dentro do contexto das medidas econômicas que compõem o perfil definido por O'Donnell.

O projeto econômico implementado a partir do golpe de 1964 procurou contrapor-se ao ritmo de desenvolvimento que se verificava durante o governo de João Goulart. O projeto “pós-golpe” prevaleceu-se da contribuição de órgãos criados pela elite econômica que tentaram estabelecer uma condição de mobilidade e de transformação às propostas reformistas incitadas por Goulart. Cabe, aqui, referência especial, neste sentido, à atuação do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática)²² e do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos

22. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática foi criado em meados da década de 1960. De orientação conservadora, tinha como “bandeira”, segundo René Dreifuss, a defesa da democracia. Na realidade, o instituto funcionou como meio de atuação política para membros de diver-

Sociais)²³. Portanto, vale aferir aqui que o conjunto de medidas impetradas no âmbito da política econômica também contou, e muito, com a participação de grupos de ação específicos. Logo, a estruturação e as consequências deste modelo não são de autoria exclusiva da elite militar. Como atesta Dreifuss, toda a coalizão antipopulista e antipopular que se situava em organizações empresariais, em associações da classe dominante e segmentos militares transformou-se num grupo de ação política estratégica, abrigados no complexo IPES/IBAD. Criou-se, a partir de então, o que o autor classificou como “momento

sas organizações empresariais e atuava direta e indiretamente na ação de grupos organizados, patronais, de trabalhadores e estudantis. A principal incumbência foi arrecadar recursos para ações em defesa do sistema capitalista, principalmente durante o governo Goulart (DREIFUSS, 1981, p. 162-172).

- 23 O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais foi instituído no mesmo contexto histórico do IBAD, ou seja, durante o governo Juscelino Kubitschek. Oficialmente, sua inauguração data de 29 de Novembro de 1961. O IPES possuía, de acordo com Dreifuss, duas linhas de atuação, uma pública e outra clandestina. A pública demonstrava o instituto como entidade destinada à pesquisa e atividades culturais de forma geral, sem orientação ideológica ou político-partidária. No entanto, “se empenhava na fusão dos militantes grupos antigovernistas que se encontravam dispersos. Ela instituiu organizações de cobertura para operações encobertas (penetração e contenção) dentro dos movimentos estudantis e operários e desencorajou a mobilização dos camponeses. Estabeleceu ainda uma bem organizada presença política no Congresso e coordenou esforços de todas as facções de centro-direita em oposição ao governo e à esquerda trabalhista” (DREIFUSS, 1981, p. 164). Diversos grupos de ação política, empresariais e militares engrossaram os núcleos de atividades do IPES que, aliado ao IBAD, “se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar” (DREIFUSS, 1981, p. 164).

político-militar da ação burguesa de classe” (DREIFUSS, 1981, p. 143).

O esforço em modificar as prioridades elencadas e iniciadas no governo de Goulart inaugurou uma nova fase da economia nacional, aumentando o foco internacional. O processo de maior impulso na internacionalização das questões econômicas foi, segundo Fernando Henrique Cardoso, resultado de uma nova divisão internacional do trabalho, onde uma parte do sistema industrial dos países mais desenvolvidos é transferida para os países em fase inferior de desenvolvimento, dentre estes o Brasil da década de 1960.

O ingresso de uma política centrista de cunho autoritário possibilitou, de acordo com Cardoso, um modelo de desenvolvimento dependente que permite dinamismo, ou seja, fornece possibilidades variadas na atuação dos setores de produção. Além disso, permitiu um maior crescimento econômico, visto que os investimentos internacionais tornaram-se mais volumosos e propiciaram uma maior mobilidade social nas áreas da sociedade influenciadas pela produção industrial (CARDOSO, 1972). No entanto, este processo estimulou o aumento dos níveis de desigualdade social, principalmente porque, segundo Cardoso, os ministros responsáveis pela área apelaram para a primazia do capital internacional.

Nesse contexto, a economia torna-se dependente do controle salarial — no intuito de limitar o consumo — e do controle sobre os gastos públicos. A este processo alia-se o fato de que o governo militar abdica de impetrar um processo de modernização do setor empresarial, incentivando a concorrência e, por consequência, gerando um processo desenvolvimentista nacional. Em suma, ao se abrir para uma nova conduta internacional no processo de produção em detrimento da modernização privada interna, o Estado delinea as matrizes do pro-

cesso intervencionista, acentuando a importância da burocracia a partir do incentivo à participação estatal. Assim, abdicando do fortalecimento das instâncias produtoras da sociedade civil e contrariando o que parecia ser o desejo da política econômico-financeira, ganharam força as bases para um Estado expansionista, disciplinador e repressor. Logo, “quebraram-se os sindicatos, quebraram-se os habituais limites e formas de inter-relação entre o interesse privado e o público, passou-se à ‘legisferação’ por decretos como rotina” (CARDOSO, 1975, p. 199).

Nesse sentido, a dinâmica estabelecida pelo estado militar atribui uma importância significativa para a burguesia internacional, no âmbito da organização política formal. E isto ocorre em detrimento dos grupos nacionais que, em tese, deveriam reivindicar para si este papel. No entanto, segundo Cardoso, esta “apatia” explica-se por dois motivos básicos. Em primeiro lugar o fato de que, aliados aos militares — e ao Estado como um todo — visam um inimigo comum, ou seja, a ameaça de uma política voltada ao favorecimento das classes populares. Em seguida, a burguesia nacional jamais deixou de acreditar que pudesse “pegar carona” no veículo do desenvolvimento impetrado pelo estado, daí o fato de submeter-se à regulamentação imposta à área econômica.

Esta forma de intervencionismo, no entanto, sofreu variações decorrentes das próprias cisões internas da elite diretiva. Fernando H. Cardoso ressalta que a dinâmica adotada no início do governo Castello Branco pressupunha uma conduta mais “liberal” em termos políticos e, principalmente, econômicos, mantendo a regulamentação estatal, mas com o fortalecimento da empresa privada. Logo, não havia nem a modernização burocrática, nem o crescimento acentuado do setor público. Por outro lado, as Forças Armadas procuraram fortale-

cer o Exército, conforme previsto pelo projeto político governamental, “mas puseram-no sob seu controle direto.[...] Passaram também a sustentar políticas com o objetivo de controlar certas áreas econômicas e de manter o crescimento econômico” (CARDOSO, 1972, p. 66).

As prerrogativas repressivas do modelo autoritário-burocrático sobressaíram-se sobre os preceitos liberais do início do golpe. Claramente motivada pela ala mais radical das Forças Armadas, a repressão, segundo Cardoso, conseguiu tornar-se eficiente para o sistema, traduzindo-se naquilo que ele definiu como “estabilidade social com dinamismo econômico”, ou seja, uma economia em constante mutação sem possíveis reveses provenientes da dinâmica social. E isto foi possível dada à condição de que, através da política de Segurança Nacional, houvesse a repressão em torno dos grupos de ação política, principalmente as representações trabalhistas. Assim, afirma que o desenvolvimento “das organizações de classe dos assalariados e a ‘tranquilidade política’ obtidas com a repressão facilitaram, naturalmente, a retomada do desenvolvimento, isto é, a acumulação capitalista em escala ampliada” (CARDOSO, 1972, p. 67).

Costa e Silva assumiu o comando do governo autoritário-militar reagrupando segmentos que foram alijados da estrutura político-econômica durante o governo anterior. Dentre os quais, cita Cardoso, estão o empresariado nacional e os grupos radicais e estatizantes da elite militar. Assim, o estado burocrático-autoritário ganha nova dimensão com a redefinição do papel exercido pela burguesia nacional, constituindo, como atesta O'Donnell, uma condição inédita dentre os modelos B.A. da América Latina.

O caso do Brasil é o único em que, a partir de 1968, depois de quatro anos de ortodoxia, se retomou um importante crescimento eco-

nômico que inclui uma forte expansão do Estado como aparelho reprodutor e se voltou a amparar algumas frações da burguesia local, sem que se rompesse a aliança original com a grande burguesia (O'DONNELL, 1986, p. 33).

Por fim, vale ressaltar o redirecionamento dado durante o governo de Costa e Silva, que serviu de parâmetro estrutural para o modelo político-econômico adotado durante o governo de Emílio Médici. E isto, como veremos, principalmente no que tange à questão da intervenção estatal que, objetivando o desenvolvimento estrutural do país, atuou decisivamente em torno das comunicações.

GOVERNO MÉDICI: A CONSOLIDAÇÃO DO AUTORITARISMO

O processo que determinou a escolha do General Emílio Garrastazu Médici como candidato à presidência da República foi caracterizado, também, pela influência das cisões internas das Forças Armadas. Médici foi a alternativa escolhida pelo alto escalão para substituir a Junta Provisória instaurada após o impedimento do presidente Costa e Silva.

A doença que culminou no afastamento do presidente pegou de alguma forma desprevenido o comando militar. Foram dois meses que separaram a instauração da Junta Militar através do Ato Institucional nº 12, de 30 de agosto de 1969, até a posse do novo presidente, em 30 de Outubro de 1969. Este curto espaço de tempo fez emergir algumas articulações em torno do nome que melhor se adequasse aos anseios do grupo dirigente. De imediato, a possibilidade de retorno à normalidade democrática representativa foi prontamente descartada, tendo em vista a argumentação de que, como atesta Gei-

sel, o momento não era propício para a entrega do controle do governo a um civil (D'ARAUJO e CASTRO, 1998). A mesma opinião é partilhada por Roberto Nogueira Médici (MÉDICI, 1995).

Decorre daí o fato de que não houve acordo em admitir o cumprimento da norma “legal” da sucessão através do vice, já que este era o civil Pedro Aleixo. A disposição do alto comando em exercer, através da Junta, um “mandato” provisório abriu espaço para a emersão das divergentes linhas de pensamento. A solução encontrada, que traduz uma conduta inédita no processo sucessório durante o regime militar, foi uma consulta interna, que veio a referendar o nome de Médici.

De acordo com Geisel, a consulta — denominada por ele como escrutínio — ocorreu em função das pretensões políticas do General Afonso de Albuquerque Lima, ex-ministro do governo Costa e Silva. Lima, que havia sido afastado do governo por influência do ministro Antônio Delfim Neto, passou a encabeçar uma espécie de oposição e a se aproximar de militares mais jovens. Os generais de exército optaram pela consulta interna e “Muricy²⁴ foi quem muito trabalhou neste problema [...] Dessa escolha, e muito por influência do meu irmão Orlando²⁵, resultou a aprovação do Médici” (D'ARAUJO e CASTRO, 1998, p. 211).

O General Emílio Médici dispunha de uma condição privilegiada junto ao comando superior. Havia emplacado uma apreciável carreira interna, tendo sido, inclusive, Chefe do SNI

24. Refere-se a Antônio Carlos Murici, então Chefe do Estado Maior do Exército.

25. Refere-se ao irmão e Chefe do EMFA (Estado Maior das Forças Armadas) Orlando Geisel.

(Serviço Nacional de Informação), em substituição ao Coronel Golbery do Couto e Silva; substituição, aliás, que gerou um conflito entre os dois personagens, mas que na realidade é reflexo da própria cisão, várias vezes aqui mencionada. Por este motivo, torna-se necessária aqui uma análise em torno dos personagens diretamente envolvidos no processo, já que, tanto o cenário que se configurou durante o governo Médici, quanto o advento de sua sucessão, foram diretamente afetados neste sentido.

Golbery foi o responsável, durante o governo Castello Branco, pela criação do SNI. Este órgão foi de importância fundamental durante todo o regime militar porque exercia o papel de “guardião” das diretrizes estabelecidas pela lei de Segurança Nacional. Seu “chefe” exercia, na prática, a função de Ministro de Estado, participando das decisões governamentais, principalmente no campo do controle social. Existem duas versões sobre o conflito estabelecido na troca de comando do órgão, sendo que uma — a de Ernesto Geisel — sustenta que Médici concedeu entrevista antes da posse afirmando que, ao assumir, daria um novo direcionamento ao órgão, e a outra — de Roberto Médici — que o atribui ao descontentamento de Golbery em ser substituído por uma pessoa que não fazia parte de seu grupo, denominado por Médici como “clube inglês”.

Meu pai nunca acreditou nas soluções de Golbery. Dizia mesmo que a sua grande característica era explicar com brilhantismo todos os seus fracassos. Nutria desprezo pelo homem amante do poder e dos métodos que usava para conquistá-lo [...] Encontrou uma sala vazia e um telefone [...] Essa descortesia refletia o ódio que Golbery nutria por todo militar com sucesso na vida profissional e que não partilhava da opinião do ‘clube inglês’ de que ele era o “gênio da raça” (MÉDICI, 1995, p. 21-22).

A denominação dada por Médici ao grupo, do qual fazia parte Golbery, reflete bem o conceito das cisões instauradas.

Na realidade ele se refere ao grupo que se alinhava ao Marechal Castello Branco e que, em sua grande maioria, provinha da Escola Superior de Guerra — daí o fato de seus membros também serem conhecidos como “intelectuais” e “moderados”. Entre outros, compunha a estrutura central deste grupo, além de Castello, Ernesto Geisel e Golbery, o último presidente da linhagem militar, João Baptista Figueiredo, que no início atuava de forma mais indireta. Os debates no seio das Forças Armadas levavam em questão os pressupostos defendidos por este grupo, em contraposição aos que defendiam uma posição mais radical.

Nesses últimos alinhavam-se, principalmente, Costa e Silva, Aurélio de Lyra Tavares, Márcio Mello e Augusto Rademaker. A troca entre os ministros, principalmente os militares, e a composição geral dos governos retratam bem o movimento dos atores em conluio com os diferentes paradigmas apresentados. Sobre isso, vale ressaltar que os discursos propagados pelos que assumiram a presidência, tanto os considerados radicais (Costa e Silva e Médici)²⁶, quanto os moderados (Castello Branco, Geisel e Figueiredo) converge em um único denominador: a defesa da democracia como princípio e a vontade particular de reativar os mecanismos de representação.

O enquadramento entre os atores é fundamental para entender a opção por Emílio Médici para a sucessão de Costa e Silva. Segundo Geisel, tanto a participação no SNI quanto a proximidade entre os dois foram fatores determinantes, visto que, mesmo antes de assumir o comando do SNI, Médici

26. Médici, apesar de transitar entre os radicais, não era organicamente vinculado a eles, segundo constatam Roberto Médici e Ernesto Geisel (conforme indicação bibliográfica).

já havia sido sondado para a chefia do Gabinete Militar. Médici possuía boa influência e “era benquisto, como já disse, e tinha a vantagem de ser amigo do Costa e Silva. Não iriam escolher alguém que tivesse sido hostil ao Costa e Silva” (D’ARAUJO e CASTRO, 1998, p. 211).

Confirmada, portanto, a indicação de Médici como candidato, o próximo passo foi reabrir o Congresso Nacional para que a eleição indireta fosse realizada, cumprindo assim um preceito constitucional²⁷. E isto efetivamente acontece a partir da decretação do Ato Institucional nº16, de outubro de 1969. É importante, para efeito de analogia com as diretrizes autoritárias impostas pelo regime, a citação aqui de três determinações presentes no decreto:

É decretado vago, também, o cargo de Vice-Presidente da República, ficando suspensa, até a eleição e posse dos novos Presidente e Vice-Presidente, a vigência do artigo 80 da Constituição Federal de 24 de Janeiro de 1967.²⁸ [...] Para a eleição regulada neste artigo, não haverá inelegibilidade, nem a exigência, para o candidato militar, de filiação político-partidária.²⁹ [...] Embora convocado o Congresso Nacional, os Ministros Militares, no exercício da Presidência da

27. Médici não aceitou de imediato a indicação. Segundo Geisel, R. Médici e Lyra Tavares, ele impôs resistência que, depois de vencida, culminou com a exigência — e aceitação — do nome do almirante Augusto Rademaker Grunewald como vice. Segundo Hélio Silva, sua decisão está mais vinculada ao dever de ofício do que a ambições políticas, já que ele “aceitou a Presidência como mais uma missão a cumprir, determinada pelo seu Ministro de Guerra, assessorado pelos colegas da Marinha e da Aeronáutica. Não quis. Relutou em aceitar. Pressionado, cumpriu, como bom soldado, a ordem de comando” (SILVA, 1983, p. 20).

28. Artigo 2º, Parág. Único.

29. Artigo 4º, Parág. Único.

República, poderão, até 30 do decorrente mês de Outubro, em caso de urgência ou de interesse público relevante, legislar, mediante Decreto-Lei, sobre todas as matérias de competência da União.³⁰

Os três parágrafos ressaltados do AI 16 demonstram a perspectiva autoritária embutida na condução do governo durante o período da Junta Militar. Na realidade, o poder Executivo encontrava-se sob a tutela dos três ministros militares, que por isso tinham o “direito” de legislar em nome do presidente. Dispostos a manter o preceito constitucional da escolha indireta do Executivo pelo Congresso Nacional, veem-se na iminência de convocar os parlamentares para a conclusão do trâmite legal.

Sendo assim, a linha-dura adotada pela Junta fez valer a continuidade — e até o aprofundamento — da conduta autoritária que marcou o regime desde o Golpe de Estado. Isto porque o mesmo decreto que convoca o Congresso procura limitar as suas prerrogativas legislativas, ou seja, a convocação tem o único objetivo de ratificar o “candidato” selecionado pela elite militar (a consulta interna que citamos anteriormente não se realizou com toda a tropa, mas com um limitado grupo dos comandos superiores). Além disso, e colocando impedimentos à Carta criada pelo próprio regime de 1967, o decreto declara vaga também a vice-presidência (ratificando o impedimento de Pedro Aleixo) e abdica, para efeito desse processo, a exigência de que o candidato deva estar filiado a um partido político. No entanto, apesar da desenvoltura com que as regras foram sumariamente alteradas, o ápice da conduta autoritária fica resguardado para a imposição de que o “candidato” não pudesse ser impedido, ou seja, não existia nenhum

30. Artigo 6º, Parág. Único.

mecanismo de impedimento ao nome selecionado pelas forças armadas.

Definidas as regras, coube ao Congresso Nacional apenas a “ratificação” do candidato militar. Como bem afirma Hélio Silva, o processo se definiu pela condescendência da ARENA e pela abstinência do MDB (SILVA, 1983, p. 23-24). Esses últimos, além de não apresentarem candidatura de oposição, absteram-se do processo. O quadro de votação ficou assim configurado:

Câmara dos Deputados		Senado Federal	
Médici	251	Médici	42
Abstenções	62	Abstenções	14

Fonte: (SILVA, 1983, p. 23)

Um governo tecnocrático

Após a esmagadora votação no Congresso Nacional, Médici foi empossado em 30 de outubro de 1969. A montagem do ministério denotou qual seria a linha político-administrativa que iria adotar, ou seja, uma conduta de governo de caráter extremamente técnico e burocrático. Ao abdicar de ministros com desenvoltura no âmbito político, Médici reafirma aquilo que caracterizou todo o período em que esteve à frente da presidência da república: uma administração burocrática e autoritária, visto que o centro das decisões se concentraria no Executivo, condenando a questões protocolares, os demais poderes. O ministério ficou assim constituído:

Composição do Ministério

PASTA	MINISTRO
FAZENDA	Antônio Delfim Neto
MINAS E ENERGIA	Antônio Dias L. Jr.
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Fábio Riadi Yassuda
PLANEJAMENTO	João Paulo R. Veloso
JUSTIÇA	Alfredo Buzaid
AGRICULTURA	Luiz Fernando C. Lima
RELAÇÕES EXTERIORES	Mário Gibson Barbosa
SAÚDE	Francisco Paula R. Barbosa
TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	Júlio Carvalho Barata
COMUNICAÇÕES	Hygino Corsetti (Coronel)
EDUCAÇÃO	Jarbas Passarinho
TRANSPORTES	Mário D. Andreazza (Coronel)
INTERIOR	José Costa Cavalcanti
EXÉRCITO	Orlando Geisel (General)
AERONÁUTICA	Márcio de S. Melo (Marechal-do-Ar)
MARINHA	Adalberto de Barros Nunes (Almirante)
CASA MILITAR	João Baptista Figueiredo (General-de-Brigada)
S.N.I.	Carlos Alberto de Fontoura (General-de-Brigada)
CASA CIVIL	João Leitão de Abreu

Fonte: (SILVA, 1983, p. 24-25)

A linha tecnocrática na condução do governo possibilitou a configuração de um tripé de sustentação das bases do minis-

tério, ou seja, três ministros exerciam uma influência superior em relação aos demais. Tanto Ernesto Geisel, quanto Hélio Silva, reafirmam esta tendência à dependência que o governo Médici adquiriu dos ministérios da Fazenda, da Casa Civil e do Exército durante todo o seu mandato. O que significa, na prática, que toda a área econômica era centralizada por Delfim Neto, que as questões de ordem política centralizavam-se em João Leitão de Abreu, e que as de cunho militar ficavam na responsabilidade de Orlando Geisel. Além destes, com participação destacada — mas em condição inferior — encontrava-se João Figueiredo, que “era o chefe da Casa Militar, da intimidade do presidente, mas sem maior expressão, e isso porque a área militar está com o Orlando” (D’ARAUJO e CASTRO, 1998, p. 220-221).

Em conclusão com a característica tecnicista do governo, vale destaque também o perfil continuísta empregado por Médici. E isto se percebe, além das diretrizes políticas adotadas que serão analisadas mais adiante, pelos nomes que compõem esse perfil, fazendo valer uma clara representação do governo anterior. Dos dezenove ministérios, oito são ocupados por membros provenientes do antigo governo, sendo que, destes, destacam-se os dois ministérios responsáveis pela condução da política econômica — Fazenda e Planejamento — o que demonstra que o chamado “milagre econômico” já vinha sendo estruturado há algum tempo.

Este perfil continuísta fica claramente demonstrado, ainda, ao analisarmos o movimento entre os atores no âmbito da representação militar. Isto porque, se considerarmos apenas a estrutura diretiva que comandou o governo no interregno de Costa e Silva a Médici, podemos constatar que os três membros da Junta Militar continuam participando do governo, já que enquanto Augusto Rademaker Grunewald tornou-se vice-

-presidente, o Marechal Márcio Mello continuou comandando o Ministério da Aeronáutica e o General Lyra Tavares, mesmo argumentando a aceitação do cargo como uma missão — parafraseando Médici —, assumiu a embaixada brasileira em Paris.

A força do destino, contrariando mais uma vez os planos que eu traçava para depois de libertar-me da grande tarefa terminada, me impusera, logo depois, a de ser o Embaixador do Brasil junto ao Governo da França [...] Bem sei como é difícil acreditar nas relutâncias com que encarei a idéia [...] O assunto foi posto, afinal, em termos de missão a cumprir. E isso me obrigava a cumpri-la, com integral devotamento (TAVARES, 1977, p. 242).

Processo Sucessório

Os dois preceitos — tecnicista e continuísta — que caracterizaram o governo de Emílio Médici foram também determinantes no processo de sua sucessão. Este fato, adequado no contexto que move a organização burocrático-autoritária — mas que também denota as cisões internas na elite dirigente — completa a análise sobre o movimento dos atores no cenário político de então.

Em linhas gerais, considerando o exposto até aqui, podemos definir duas condutas peculiares aos governos militares: o discurso de democratização da sociedade e a autonomia na ação diretiva do governo. No primeiro caso, foi *praxe* dos governos o discurso de democratização total, ou seja, da volta das instituições e dos mecanismos de representação. Eles assumiram o controle do governo propagando ideais de retorno à condição política estrutural de antes do golpe. Este discurso, por sua vez, se contradiz com a prática adotada nos processos sucessórios. Estes processos definem a segunda peculiaridade aqui ressaltada, isso porque em todos os casos analisados, além da prerrogativa institucional para a escolha do

presidente, existe certa preponderância de quem ocupa a presidência da república para a escolha de seu sucessor. E isto se justifica, certamente, pela própria hierarquia inerente à estrutura militar.³¹

Foi seguindo esta orientação que coube a Castello Branco a escolha de seu então ministro da Guerra. E mesmo estando impedido de exercer a presidência, Costa e Silva foi determinante para a escolha de Médici, já que a proximidade histórica entre os dois foi considerada no processo realizado pelo alto comando. No caso de sua sucessão, o presidente Médici, coerente com a peculiaridade que marcou os primeiros governos, teve, segundo Roberto Médici, além da autonomia na escolha de quem o sucederia, o mesmo discurso de ruptura com o modelo ditatorial.

Minha intenção é pacificar o país e, ao final do meu governo, devolver o poder aos civis. Se isso não for possível, se, ao final de meu mandato, o país ainda estiver no estado de ebulição em que o encontrei ao assumir, só me restará devolver o bastão ao Alto Comando que, seguramente, indicará um general da ativa para me substituir. Se, no entanto, conseguir pacificar, vou trabalhar para fazer um civil meu sucessor. E se as coisas estiverem a meio caminho, vou indicar um general da reserva para fazer a transição a um governo civil.³²

Completando as lacunas daquilo que foi dito por Médici, Ernesto Geisel, apesar de ressaltar a existência de outras

31. Exemplo desse preceito hierárquico está na conduta adotada pela Junta Militar para a transmissão do cargo de Presidente da República para Médici. Segundo Lyra Tavares, coube ao Almirante Augusto H. Grunewald a função de proferir o discurso, tendo em vista “que era o Ministro da Marinha durante o Governo dos Ministros Militares e o mais antigo deles [...]” (TAVARES, 1977, p. 239).

32. Emílio G. Médici. Citado em (MÉDICI, 1995, p. 31).

versões sobre o fato³³, pondera sobre a que foi apresentada por João B. Figueiredo. Segundo Geisel, Figueiredo afirmou ter participado de reunião do comando do governo, onde Médici ratificou o apoio a Geisel com o argumento de que um militar seria mais conveniente para o momento político, tendo em vista que o país não estava suficientemente “tranquilo para o governo de um civil como Leitão de Abreu” (D’ARAUJO e CASTRO, 1998, p. 258).

Ernesto Geisel, que na ocasião presidia a Petrobrás por indicação do próprio Médici, encaixava-se no perfil por este traçado para a sua sucessão, ou seja, era general da reserva. Tanto Geisel quanto Roberto Médici procuram deixar evidente que a escolha partiu do próprio presidente, reflexo da autonomia que possuía. Geisel foi, assim, ratificado como candidato e sancionado como presidente da república.

O “último capítulo” da participação de Médici no cenário político não se encerra, no entanto, com a transferência de cargo para Geisel, e isto por consequência das cisões internas ainda existentes no âmbito da elite militar. Segundo Roberto Médici, Emílio Médici demonstrou, posteriormente, um enorme arrependimento por ter passado o comando para Geisel, e isso por dois motivos principais: Golbery e Figueiredo. O primeiro representava as feridas ainda abertas desde a troca de comando no SNI, enquanto o segundo deixava transparecer a ideia de que Geisel não trabalharia para ser o último presidente militar, tendo em vista as fortes ligações com Figueiredo, provenientes do denominado “clube inglês”.

Quando Geisel anunciou seu ministério e ele viu o Golbery na Casa Civil, e Figueiredo ao seu lado, como chefe do SNI, ficou imedia-

33. A de maior repercussão trata da influência que seu irmão, Orlando Geisel, exercia sobre Médici.

tamente claro para ele que havia sido traído e que seu projeto político, que visava devolver o poder ao mundo civil, ao final do mandato de seu sucessor, não ia realizar-se. O compromisso de Geisel, como mais tarde se comprovou, era outro: remunerar Figueiredo, seu grande eleitor, com a presidência da república (MÉDICI, 1995, p. 34).

Diretrizes políticas e lei de Segurança Nacional

Em termos das questões de ordem política que marcaram o governo de Emílio Médici, é necessário salientar que a abordagem tratará dos aspectos relativos à ação política implantada no período. Isso pressupõe, por conseguinte, o estabelecimento de um recorte conceitual capaz de direcionar-nos para o mecanismo “legal” que sustenta a ação política do governo — no caso, a legislação — e tudo que dela resulta. Tal procedimento possibilitará uma melhor compreensão da correlação existente com o modelo de Estado Burocrático-Autoritário: a supressão das liberdades individuais e coletivas, o mecanismo de representação e o papel destinado às instituições.

Assim, tendo em vista que no decorrer deste capítulo foram apresentados aspectos pertinentes à legislação inserida nos primeiros governos militares — a Constituição de 1967, sua reedição de 1969 e os decretos complementares — torna-se necessária a apresentação daquilo que se constituiu como a normativa de controle social do governo de Emílio Médici: a Lei de Segurança Nacional (LSN). Dessa forma, além de dimensionar em termos concretos os aspectos “legais” que sustentaram a ação do governo, podemos entender toda a complexa relação inerente à chamada Segurança Nacional, principalmente no âmbito das instituições sociais e, dentro dessas, dos meios de comunicação de massa.

A Lei de Segurança Nacional

A Lei de Segurança Nacional, reflexo da *doutrina de segurança nacional*, foi promulgada numa conjuntura de intensas manifestações sociais. Na realidade, as manifestações nunca deixaram de existir, em maior ou menor grau, desde a decretação do golpe, em 1964. A diferença agora é que elas ocorrem sob uma condição normativa proibitiva, ou seja, a partir da decretação do AI-5 as manifestações de caráter político-contestatório estavam legalmente proibidas. Sendo assim, os grupos de ação política contrários ao autoritarismo militar são forçados a agir na clandestinidade, decorrendo daí ações de maior impacto em termos de confronto, como os assaltos a bancos, os furtos de arsenais bélicos, os atentados e os sequestros. Destes se destaca, pela própria divulgação pública exigida, o sequestro do embaixador americano em 04 de setembro de 1969, promovido pela ALN (Ação Libertadora Nacional) e pelo Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8).

Mesmo contando com determinados decretos que previam o chamado crime político — como o julgamento do processo no âmbito da Justiça Militar —, “faltava” ao regime um código específico que abarcasse a nova realidade contestatória, em outras palavras, ampliar e legitimar as ações repressivas no âmbito do controle social. A Lei de Segurança Nacional representa esta amplitude e se coaduna com o conjunto de normas decretadas pela Junta Militar antes da posse de Emílio Médici.

O código reflete o cenário político condizente com o período — como o caso da instauração da pena de morte — e seu estudo é de fundamental importância à compreensão da realidade sociopolítica. Por este motivo, e no intuito de dinamizar o entendimento acerca de seu impacto sobre os meios

de comunicação, trataremos de alguns aspectos a ele relacionados, tanto do ponto de vista do código em si como de sua aplicação no âmbito da organização social. Cabe ressaltar, ainda, que o texto integral encontra-se nos anexos do livro e é também disponibilizado virtualmente.³⁴

A segurança Nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva. [...] A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contra propaganda e ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais. [...] A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa a conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.³⁵

Fica evidente, de certo, o caráter extremamente genérico da Lei de Segurança Nacional. Ela define regras que reprimem ações contrárias à “ordem nacional” e direciona seus “tentáculos” para diversas esferas da organização social. Isto se manifestará ainda mais claramente na análise, feita mais adiante, sobre a relação entre regras e sociedade. Antes, porém, torna-se necessário entender os quatro conceitos que, objetiva ou subjetivamente, definem o horizonte ideológico subjacente ao regime: a inspiração da Escola Superior de Guerra, a guerra revolucionária, a ideologia e a influência externa. Juntos, estes

34. < <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=179024> > Acesso em: fev. 2012.

35. Decreto Lei N° 898, de 29/09/1969. Capítulo I, Artigo 3°. *In* (COGAN, 1976, p. 03-10).

conceitos dão o caráter de autenticidade ao autoritarismo militar nacional.

No que tange à influência da ESG, isso se evidencia principalmente pela própria orientação estrutural que lhe é peculiar, visto que o decreto de número 35.187 de 11/03/1954 que a regulamenta, já dispõe em seu artigo primeiro que “A ESG é um instituto de altos estudos destinados a desenvolver e consolidar conhecimentos relativos ao exercício de funções de direção e ao planejamento da segurança nacional” (COGAN, 1976, p. X). Esse preceito, por si só, já ratifica a influência determinante deste instituto, como atesta o próprio Ministro da Justiça do governo Médici, Alfredo Buzaid:

A segurança nacional é, como lembra o General Eduardo D. Oliveira³⁶ — de resto exprimindo a própria conceituação da Escola Superior de Guerra — “o grau relativo de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, o Estado proporciona, em determinada época, à Nação que jurisdiciona, para a consecução ou manutenção dos objetivos nacionais, em face dos antagonismos existentes” (BUZAID, 1971, p. 121-122).

A influência da ESG manifesta-se, ainda, no segundo aspecto elencado. Isso porque o texto trata da ideia de “guerra revolucionária” para o âmbito dos conflitos internos. O mesmo artigo terceiro acrescenta ainda a proibição da subversão. Ora, “guerra revolucionária” é uma definição por demais genérica, que pode migrar para vários aspectos e possibilidades, legais ou ilegais (a própria ditadura, ao se autodefinir como revolucionária, procura atribuir um caráter legal). Indiferentes

36. Refere-se a “Eduardo Domingues de Oliveira, *Segurança Nacional*, em Revista Brasileira de Estudos Políticos, vol. 21, pg. 79” In (BUZAID, 1971, p. 122).

aos antagonismos, as Forças Armadas estabeleceram uma definição específica sobre o tema:

Guerra revolucionária é a guerra interna, de concepção marxista-leninista de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que — apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior, - visam à conquista do poder, através do controle progressivo, físico e espiritual da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo processo determinado, com a ajuda de técnicos particulares e da parcela da população assim subvertida.³⁷

Portanto, o que se compreende por guerra revolucionária, segundo o ponto de vista das Forças Armadas, são ações de grupos politicamente desvinculados da ideologia específica que norteia todo o funcionamento do regime militar. Vinculados a um pressuposto de orientação capitalista, as ações do governo militar nos campos social, político e econômico visam à manutenção e estabilidade desta ordem, como pudemos verificar até aqui. Ademais, a fim de demonstrar um suposto caráter nacional em torno destes princípios, a Lei de Segurança Nacional reitera as influências de forças externas, cooperando e estimulando ações em desvio.

Logo, pode-se aferir que a Lei de Segurança Nacional constitui-se como um instrumento de legitimação de uma ordem autoritária militar de orientação capitalista, visto que cria um arcabouço legal de repressão aos grupos vinculados às ideologias divergentes. Não se trata, pois, de separar as ações de controle social do funcionamento econômico e social; pelo contrário. As leis e penalidades relacionadas à LSN têm o fir-

37. PINTO, Bilac. “Guerra Revolucionária” *Estado-Maior das Forças Armadas, FA, E, OI/61*. Revista Forense, 1964. In (COGAN, 1976, p. 06).

me propósito de garantir a permanência da ordem capitalista. E, num contexto marcado pela guerra fria, delimitar o campo de combate escolhido pelo regime.

O impacto Socioinstitucional

O segundo capítulo da Lei de Segurança Nacional tem o objetivo de especificar as regras a que está sujeita a sociedade e as respectivas penalidades condizentes às possíveis transgressões. Através dele podemos aludir mais precisamente sobre o caráter autoritário pertinente ao governo Médici e suas implicações no âmbito da organização social. Por tratar-se de matéria complexa, uma vez que delinea a globalidade daquilo que se entende por Segurança Nacional, fazemos referência aqui a dois grupos de implicações que, agrupados, corroboram a analogia ao modelo burocrático-autoritário apontado por Guillermo O'Donnell: a representação política e as liberdades individuais.

O texto define, de maneira extremamente direta, o que concerne à relação entre partido político e segurança nacional. Nesta, as organizações partidárias de orientação ideológica divergente do regime tornaram-se subversivas, e a tentativa de alavancá-las pressupõe atentado à segurança:

Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso [...] Pena: Reclusão, de 2 a 5 anos.³⁸

38. Artigo 43. *In* (COGAN, 1976, p. 57).

O mesmo artigo estende a contravenção para o âmbito das “associações” e, de forma genérica, engloba outras formas de representação que não exclusivamente a partidária, como as estudantis e as de trabalhadores, entre outras. Ora, ao limitar a linha de ação no âmbito da representação, a LSN regulamenta o dispositivo constitucional da Carta de 1967 que, como foi demonstrado, prevê a pluralidade partidária³⁹ e, ao fazê-lo, delimita as opções possíveis nesse sentido, tendo em vista a vigência do bipartidarismo instituído desde o Ato Institucional número 2. Trata-se, pois, de tornar legítimo o que, pelo próprio preceito constitucional, configura-se como ilegítimo. O autoritarismo consolida-se, assim, pela supremacia do Ato Institucional sobre a Carta Constitucional.

Em que pese às discrepâncias subjacentes à relação autoritarismo-democracia, é necessário ressaltar aqui que o regime militar optou por uma tentativa de manter vivas algumas iniciativas no âmbito político-institucional capazes de fomentar uma perspectiva de legitimidade. Isso porque, como vimos anteriormente, o regime emerge justamente com o discurso de garantia da conservação da ordem legal vigente até meados do golpe. Dessa forma, alguns dispositivos próprios da democracia representativa — como as eleições legislativas e a existência de partidos — convivem com a centralização das decisões políticas no âmbito do Executivo. O’Donell ratifica esta compreensão ao afirmar que o *Castelismo*, no Brasil, acreditou na possibilidade de salvar parte das instituições democráticas re-

39. “Na organização dos partidos políticos serão observados os seguintes princípios: I – Regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e garantia dos direitos fundamentais.” Artigo 152, Parágrafo 1º. *In* (Constituição da República Federativa do Brasil. 11ª Edição. São Paulo: Atlas, 1978, 67).

presentativas. Entretanto, apesar da dinâmica ter desviado e impedido a concretização deste objetivo, focos como o funcionamento ocasional do parlamento, o bipartidarismo e as eleições para alguns cargos não-executivos mantiveram-se. Tais atitudes “mostraram nos últimos anos o outro lado da questão: a dinâmica própria que contém a postulação da democracia, por mais surrealista que apareça quando é *planteada*⁴⁰ desde e durante o BA” (O’DONNELL, 1986, p. 40).

E é esta a realidade que se apresenta durante o governo Médici, ou seja, um sistema representativo proveniente de uma realidade bipartidária definida segundo critérios autoritários. Sua relação com o poder legislativo leva em conta todos estes aspectos, visto que as eleições de 1970 garantiram-lhe uma folgada maioria no Congresso Nacional⁴¹ e a Lei de Segurança Nacional uma relativa tranquilidade frente a possíveis questionamentos da oposição organizada no MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Configura-se, assim, a fragilidade de ação do poder Legislativo frente ao poder Executivo comandado por Emílio Médici.

40. Grifo nosso. A edição em questão não apresenta a tradução. Em sentido original representa o ato de levantar problemas e questões no intuito de encontrar soluções: “*Proponer problemas o cuestiones para intentar buscar una solución*”. In (<http://es.thefreedictionary.com>). Acesso em: 03 mar. 2011.

41. Segundo Maria D’Alva Kinzo, um dos fatores responsáveis pela supremacia adquirida pela ARENA foi a excessiva ação conformista do MDB. A derrota foi significativa, já que “naquele pleito, a representação do MDB no Congresso reduziu-se drasticamente, conseguindo eleger apenas 5 das 46 vagas senatoriais disputadas e 28% das cadeiras na Câmara Federal” (KINZO, 1988, p. 133-134).

Segundo Lúcia Klein e Marcus Figueiredo, após a reabertura de 1969, o Congresso procura definir uma linha de ação próxima daquilo que se configurava antes do golpe, ou seja, fazer com que as casas reavivassem a ação em torno do debate político. Esta postura era reivindicada tanto pela oposição quanto pelo próprio partido governista. No entanto o que se viu foi, na verdade, a “condenação” das casas a uma postura eminentemente técnica, sem que pudessem participar das decisões determinantes no âmbito político-administrativo do país. E isso se deve, principalmente, de acordo com Klein e Figueiredo, à própria natureza do processo, uma vez que o AI-5 se impôs como mecanismo de intervenção revolucionário e pairou como uma constante ameaça tanto para a ação coletiva — no caso do funcionamento normal das casas — como para as individuais — pela não existência de imunidade para os “crimes” contra a revolução. Decorre daí uma instável possibilidade de ação legislativa, na medida em que as vias legais para as ações impositivas do Executivo- caracterizadas como prerrogativas legais- são uma constante ameaça (KLEIN e FIGUEIREDO, 1978, p. 34).

O papel destinado ao Congresso, que cerceia o debate e limita a ação individual no âmbito político, coaduna-se ao conjunto de medidas que atentam contra as liberdades individuais. Tais implicações dissolvem-se sobremaneira no texto da lei de Segurança Nacional, atuando sob diversos adjetivos. Para efeito do entendimento em torno do que aqui interessa, cabe separá-las em dois grupos: o da liberdade de expressão e o da desobediência civil.

Um texto de cunho autoritário é, por natureza, uma maneira encontrada pelos detentores do poder de autoridade para estabelecer o controle social rígido na sociedade. O controle, por sua vez, não é universal, ou seja, varia em acordo com os

princípios ideológicos traçados na esfera do poder e se manifesta como instrumento de garantia ao funcionamento da realidade social condizente. Sendo assim, o que se define como desobediência civil é, no caso da LSN, uma forma de garantir a “ordem” em termos da estrutura socioeconômica vigente e da submissão frente ao controle político exercido pelas instituições militares. Em suma, “desobedecer” pressupõe discordar da ordem estabelecida, sendo, portanto, passível de punição, como demonstram os Artigos 23 e 39⁴².

Ora, é tendo como pano de fundo as legislações aqui analisadas que se desenrolaram as ações dos governos militares, em especial de Emílio Médici. E isso em todos os sentidos. Este conjunto de normas, atrelado a ações estratégicas de administração e desenvolvimento conduziram, como mostra a próxima unidade, à formação de uma política de comunicação de perfil autoritário.

42. “Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo: *Pena*: reclusão, de 8 a 20 anos. [...] Incitar: I – A guerra ou a subversão da ordem político-social; II – A desobediência coletiva às leis; III – A animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis; IV – A luta pela violência entre as classes sociais; [...] *Pena*: reclusão, de 10 a 20 anos” Lei de Segurança Nacional. *In* (RODRIGUES, MONTEIRO e GARCIA, 1971, p. 47-49).

Capítulo IV

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E AUTORITARISMO

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E PROCESSO DESENVOLVIMENTISTA

O debate em torno do sistema de comunicação, como até aqui pudemos verificar, desenvolve-se no país, desde meados da década de 1930 e sofre variações de acordo com a organização política vigente. Não se trata apenas da legislação e da estrutura político-administrativa, mas também da própria dinâmica do sistema, tendo em vista, principalmente, as novas técnicas que se fazem presentes e o aumento da “dependência” da sociedade, que propicia, por conseguinte, o aumento da capacidade da programação.

É notória, segundo a compreensão aqui apresentada, a estreita vinculação existente entre o sistema de comunicação e a ação política, não apenas no âmbito político-administrativo, mas também na consumação de uma matriz ideológica capaz de contribuir com a “legitimação” de determinada organização social. E esta vinculação, vale ressaltar, não é mérito de um ou outro regime político, mas de todos que se caracterizam pela complexidade social promovida pelo modelo

de produção industrial. Em outras palavras, a urbanização motivou uma dependência social em relação ao sistema de comunicação, o que, por consequência, transforma-o em uma das principais instituições da organização social. Derivam desse fato os diversos esforços no sentido de regulamentá-lo, constituindo aquilo que podemos definir como política de comunicação.

Contudo, restringir a vinculação estabelecida entre o sistema de comunicação e a ação política apenas à legislação que o regulamenta, além de desconsiderar a complexidade inerente a esta vinculação, contradiz a própria essência do termo *política*, com suas nuances e classificações. Isso significa que reduzir *política* ao resultado dos atos legislativos é desconsiderar todo o processo que envolve a estrutura social. E, mais especificamente, sintetizar a classificação *política de comunicação* às leis de regulamentação do setor suscita o incorreto desmembramento destas com a dinâmica social que lhe é subjacente, seja no sentido das agências reguladoras ou mesmo, como veremos, da ação concreta que lhe tornou possível.

Portanto, *política de comunicação*, no sentido que aqui será aplicado, pressupõe não apenas a legislação que regulamenta o sistema de comunicação no país, mas também toda a ação adotada no sentido de legitimar um mecanismo de comunicação condizente com o modelo burocrático-autoritário. Assim, compõem a política de comunicação a legislação, as agências reguladoras, os veículos e a ação concreta em torno deles, como a programação e as intervenções administrativas que possibilitam sua expansão. Possui, desta maneira, um “caráter sistêmico”, pois interliga “diferentes pólos de um mesmo processo, relacionados por princípios básicos” (ORTIZ, 2006, p. 82-83).

Com base neste entendimento, pode-se afirmar, aqui, que a política de comunicação do regime militar se consolida a

partir do governo Médici. Quando assume o comando do poder executivo, em 1969, Emílio Médici defronta-se com uma situação de pleno desenvolvimento no setor de telecomunicações. Já se configurava uma linha de atuação impulsionada por seus antecessores militares em conluio com a estratégia desenvolvimentista de integração nacional, em nome, principalmente, da segurança nacional. Para a pasta do Ministério das Comunicações, Médici convoca Hygino Caetano Corsetti, Coronel do Exército, que fica com a incumbência de estabelecer o plano de desenvolvimento para o setor.

Compreender as metas que serão traçadas no plano básico criado por Corsetti, assim como a ação que o governo adotou sobre o sistema de comunicação pressupõe, certamente, a compreensão dos fatos que antecedem a realidade por ele encontrada em termos legais e técnicos. Esses fatos dividem-se, como veremos, em dois segmentos: a Política Nacional de Telecomunicações iniciada no começo da década de 1960 e a criação do Ministério das Comunicações, já no regime ditatorial, em 1967.

Política nacional de telecomunicações

O crescente desenvolvimento industrial no pós-guerra fez emergir, como já era esperado, o problema da infraestrutura. A necessidade de novas alternativas estimulou estudos em diversos setores durante a década de 1950, e dentro destes a área das telecomunicações, aqui entendida como a divisão que engloba a telefonia, o rádio, a televisão, o cinema, enfim, todo o processo de transmissão de dados de longa distância que se utiliza de linhas telegráficas, telefônicas, satélites e micro-ondas. Apesar dos esforços em estabelecer algumas ações concre-

tas, apenas no início da década de 1960 o governo federal tomou para si a responsabilidade de estruturar o setor, incentivando sua regulamentação e fomentando a criação de agências reguladoras e planos de ação. Gisela Ortriwano afirma que a efetiva participação do governo federal no campo das telecomunicações começou com a instauração do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962)¹. Apesar da legislação então existente já prever o monopólio estatal para o setor, a “primeira consequência da nova lei foi a criação do Contel - Conselho Nacional de Telecomunicações” (ORTRIWANO, 1985, p. 74).

O tema, que até então era tratado no âmbito dos governos regionais, seja em nível estadual ou municipal, torna-se, a partir do Código, uma pauta nacional. Segundo Euclides Quandt de Oliveira — Capitão da Marinha com destacada participação à frente da presidência do Contel, da direção das Telecomunicações Brasileiras (Telebrás) e do ministério das comunicações no governo Geisel — o Código Brasileiro de Telecomunicações é resultado de uma ação conjunta de radielistas e de membros do EMFA (Estado Maior das Forças Armadas). Oliveira ratifica a ideia de pioneirismo dessa iniciativa por estabelecer a regulamentação dos serviços de telecomunicações no país e por dar os primeiros passos em prol de um projeto mais amplo de unificação nacional. O código brasileiro de telecomunicações, ao propiciar a criação do Contel, contribuiu para a criação de um órgão federal de regulamentação que tentou, a partir do poder de baixar normas e diretrizes, garantir “a correta intercomunicação entre as diferentes redes do país.

1. Disponível em: <http://www.wisetel.com.br/acoes_de_governo/leis_e_decretos_lei/lei_4117.htm>. Acesso em: fev. 2012.

As redes locais não atendiam a qualquer especificação nacional, mesmo em nível técnico e operacional” (OLIVEIRA, 2006, p. 77).

As deliberações do novo Código são marcantes para a ratificação do sistema de telecomunicações. Ortriwano argumenta que a lei que institui o código é extensa e traz detalhes sobre as atividades oficiais, o que dificulta sua análise mais específica. Além disso, é complementada por diversos decretos, leis e resoluções, como o Decreto de nº 52.026, de 20 de maio de 1963, que o regulamenta² (ORTRIWANO, 1985, p. 75). Por esse motivo, torna-se necessário frisar três deliberações que decorrem do Código e que terão fundamental importância nos governos que antecedem a posse de Médici: as criações do Contel e da Embratel e o estabelecimento do Plano Nacional de Telecomunicações.

Embratel: A Empresa Brasileira de Telecomunicações foi constituída a partir da estratégia de aglomerar, dentro de si, todas as empresas regionais, monopolizando principalmente a troca de mensagens entre o Brasil e o exterior — que dependiam das concessionárias — e o desenvolvimento e aprimoramento das técnicas de transmissão. Maria Elvira Federico afirma que o papel da empresa era dotar o país de infraestrutura no campo das telecomunicações (telefonia, telex, fac-símile, transmissão televisiva e de dados). Além disso, coube-lhe o importante papel de “implantar sistema internacional de alta confiabilidade mediante participação do País no Sistema

2. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109836/decreto-52026-63>>. Acesso em: fev. 2012.

Internacional de Comunicações por Satélites e no Sistema Mundial de Cabos Submarinos (FEDERICO, 1982, p. 107).

O principal mérito da Embratel foi a busca de uma tecnologia que, já sendo realidade em outros países, pudesse melhorar o sistema de comunicação, principalmente a telefonia. Quandt de Oliveira salienta que foi do Presidente Castello Branco a iniciativa de atribuir à empresa a responsabilidade da instalação e exploração da estação terrena que coordenaria as comunicações por satélite.³ Apesar de alguns contratemplos, que na análise de Oliveira atrasaram o processo, os receptores brasileiros já recebiam, em março de 1969, as primeiras transmissões televisivas internacionais proporcionadas pela nova tecnologia (OLIVEIRA, 2006, p. 54).

Contel: A Embratel atuava de forma intensa no sentido de cumprir as deliberações providas do Contel. Este, por sua vez, adquiriu poderes extraordinários a partir da instauração do autoritarismo militar. O órgão funcionava como mecanismo de assessoramento direto do Poder Executivo e centralizava as diretrizes acerca das estratégias para a área das telecomunicações. Além do efetivo processo de desenvolvimento tecnológico, cabia ao Contel o controle sobre o funcionamento da estrutura já disponível, principalmente em torno da programação transmitida pelos veículos e da autorização para o funcionamento das estações retransmissoras, como mostra a deliberação de 16 de agosto de 1965, assinada pelo presidente do Conselho, Euclides Quandt de Oliveira.

3. Trata-se da *Estação Terrena de Tanguá*. A obra, realizada na área de Tanguá, foi realizada pela Hughes Eletronics, vencedora de licitação internacional. Teve duração de, aproximadamente, um ano (OLIVEIRA, 2006, p. 52).

O Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações, no uso das atribuições que lhe confere o item 8º do Decreto nº 52.026, de 20 de Maio de 1963, que regulamentou a Lei nº 4.117, de 27 de Agosto de 1962. [...] Resolve baixar as Normas Relativas a Programas e Horários da Rádio-difusão, de acordo com o decreto nº 56.552, de 8 de Julho de 1965 [...] 1. As presentes normas visam à reunião, em um único documento, da legislação que regula a organização e a censura dos espetáculos e diversões públicas por meio dos serviços de radiodifusão, sonora e de sons e imagens. 2. Trata-se, também, da aplicação, fiscalização e controle dos dispositivos legais acima referidos. 3. Os programas de radiodifusão devem ser organizados em obediência às próprias finalidades da radiodifusão, isto é, devem ser educativos e culturais, mesmo em seus aspectos informativos e recreativos. 4. Os serviços de radiodifusão são considerados de interesse nacional, em que não prejudiquem esse interesse e às suas próprias finalidades [...]; *Das Penalidades*: 47. Por inobservância destas normas, as entidades permissionárias ou concessionárias de serviço de radiodifusão, sonora e de sons e imagens, estarão sujeitas às seguintes penas: a) multa; b) suspensão; c) cassação. [...] *Da competência para aplicação de Penas*: 50. De acordo com o estabelecido no Capítulo III, do Título XVI. Do regulamento dos Serviços de Radiodifusão, são competentes para aplicação de penas decorrentes do não atendimento das determinações constantes da legislação específica e das presentes normas: a) o Ministro da Justiça; b) a Justiça Eleitoral; c) o Conselho Nacional de Telecomunicações. [...].⁴

As funções de controle estabelecidas pelo Contel foram executadas de forma intensa. Data desta fase, dentre outros, o fechamento da tradicional emissora de rádio da capital carioca, Mayrink Veiga que, segundo Sônia V. Moreira, foi determi-

4. Normas Relativas a Programas e Horários da Radiodifusão. Portaria 312. In (RODRIGUES, MONTEIRO e GARCIA, 1971, n. 224-236).

nada pelo presidente Castello Branco, em 26 de julho de 1965. Moreira defende a tese de que o fechamento da rádio seguiu orientações políticas, com o propósito de satisfazer os interesses de grupos econômicos e governamentais. Seguindo uma determinação própria de regimes autoritários, os transmissores da rádio Mayrink Veiga “foram lacrados por dois funcionários do Departamento dos Correios e Telégrafos, obedecendo ordem do Conselho Nacional de Telecomunicações” (MOREIRA, 1998, p. 70).

Plano Nacional de Telecomunicações: Nos planos de desenvolvimento tecnológico e do sistema de integração, coube ao Contel a implantação do que foi denominado como Plano Nacional de Telecomunicações, que previa, além da transferência das responsabilidades logísticas para a Embratel, um processo de integração através de um sistema básico de microondas, seguindo uma hierarquia previamente estabelecida.

O Plano representou, segundo Oliveira, a fixação dos primeiros conceitos gerais elaborados pelo Código Brasileiro de Telecomunicações. Teve como propósito básico a interligação de todas as redes que, atreladas aos regulamentos e normas baixados posteriormente, determinaram a primeira fase de uma política nacional, consistindo, assim, em “uma sólida base, sobre a qual foi construída, pela Embratel, a parte interestadual do Sistema Nacional de Telecomunicações” (OLIVEIRA, 2006, p. 78).

A estratégia era realizar novos estudos de viabilidade a partir da concretização de etapas. Apesar dos inconvenientes provenientes da lentidão que, segundo Oliveira, caracterizaram a ação da Embratel em um primeiro momento, o Plano pôde, finalmente, ser iniciado no ano de 1967 com a assinatura dos primeiros contratos de micro-ondas e encerrado cinco anos

depois, em 1972, já sob a égide do governo Médici. Portanto, o Plano, que se inicia sob controle do Contel, encerra-se sob a tutela do Ministério das Comunicações, já que, como mostra a próxima sessão, as funções da agência foram absorvidas novo órgão.

Ministério das comunicações

Os constantes decretos, portarias, leis, dispositivos e diretrizes emitidos durante o regime autoritário militar causaram um enxame normativo que, no intuito de legalizar a estrutura “repressora-administrativa” acabaram por demonstrar, de certo, a frágil capacidade em lidar com a demanda que envolvia os vários setores do estado brasileiro. Vimos anteriormente que um dos motivos da constante mudança de posição é a ausência de unicidade proporcionada pelas cisões internas das forças armadas; os desacordos entre o “palácio e a caserna”, no sentido dado por João Roberto Martins Filho (MARTINS FILHO, 1996).

Pudemos ainda constatar que, no âmbito do sistema de comunicação, esta realidade não é diferente. Aliás, levando-se em consideração a perspectiva estratégica que lhe é dada na formação dos mecanismos de controle que sustentam a segurança nacional, este sistema é um dos setores que mais sofreram com as normas impostas. Além das já citadas ações legislativas e concretas que constituíram o embrião da política de comunicação, a partir de 1967 o governo optou pela criação de um ministério específico, capaz de agregar todo o sistema citado anteriormente.

O Ministério das Comunicações surge no bojo de uma reforma na administração estatal iniciada ainda no governo do

Marechal Castello Branco. A Reforma Administrativa, decorrente do Decreto-Lei nº 200, foi publicada no Diário Oficial de 27 de fevereiro de 1967, com início de aplicação previsto para 15 de março do mesmo ano. As datas corroboram a afirmação anterior, já que essa Reforma foi criada para entrar em vigor durante o governo de Costa e Silva e pouco tempo depois da promulgação da Constituição de 1967 (24 de janeiro). Não por acaso, a Carta Constitucional terá uma nova versão em 1969 e a Reforma precisará de outros decretos para se estruturar, como no caso do próprio Ministério das Comunicações.

A criação do Ministério objetiva a centralização das ações em torno das telecomunicações. Assim, o Contel e o Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações) deixam de existir como órgãos deliberativos e passam a se submeter à norma imposta pelo Ministério, conforme atesta o capítulo sobre as comunicações:

O Conselho Nacional de Telecomunicações, cujas atribuições, organização e funcionamento serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo, passará a integrar, como órgão normativo de consulta, orientação e elaboração da política nacional de telecomunicações, a estrutura do Ministério das Comunicações, logo que este se instale [...] O Departamento Nacional de Telecomunicações passa a integrar, como órgão central (art. 22, inciso II), o Ministério das Comunicações.⁵

Pode-se atribuir a criação deste ministério à crescente importância que o sistema de comunicação passa a adquirir com os avanços tecnológicos, não apenas no Brasil, mas em todos os países industrializados. Outra possibilidade, talvez menos plausível, condiz com a busca da eficiência na implan-

5. DAS COMUNICAÇÕES. Decreto Lei Nº 200. Título XIV, Capítulo V, Artigo 165. *In* (RODRIGUES, MONTEIRO e GARCIA, 1971, n. 130-131).

tação do sistema, fato que pressupõe uma estrutura administrativa mais planejada e coesa, que é negado pelo imediatismo das constantes normas e diretrizes.

Longe de descartar por completo tais possibilidades, pode-se aferir, aqui, que a criação do Ministério das Comunicações tem a prioritária finalidade de centralizar o controle sobre o sistema de comunicação em todos os âmbitos, seja no desenvolvimento técnico, no profissional e, principalmente, na programação. Atrelar a estrutura das comunicações a um ministério representa, em termos de analogia, levar para o gabinete presidencial as decisões sobre os serviços e programações a serem transmitidas — ou, como consequência, das que não devem ser transmitidas. Mesmo a estrutura do Contel sendo, em partes, mantida no interior do ministério, o fato é que sua autonomia foi limitada e submetida a uma nova hierarquia. No sentido que é dado por Guilherme O'Donnell, representa a clara manifestação de implementação de uma burocracia, de perfil autoritário, com vistas ao controle social. Em suma, não se coaduna a uma decisão de perfil exclusivamente administrativo, mas, e principalmente, de evidente estratégia política.

E isso se manifesta claramente pela própria análise feita por Euclides Quandt de Oliveira. Segundo Oliveira, os membros do Contel discordaram da criação de um ministério com funções exclusivas de controle sobre as comunicações e chegaram a tentar intermediar a tomada de decisão de Costa e Silva. Oliveira afirma que o tema foi amplamente discutido e o plenário do Conselho decidiu apresentar ao presidente a sugestão de “sustar por seis meses o preenchimento do cargo de ministro das comunicações e atribuir ao Conselho a tarefa de, nesse período, estudar e propor a organização e a estrutura administrativa para o novo ministério (OLIVEIRA, 2006, p. 28).

A princípio, a ideia era, segundo Oliveira, trazer para o âmbito do Contel a organização do novo ministério. Para tan-

to, seria necessário um período de seis meses para os estudos e, para que o novo ministério não ficasse sem representação, o presidente do Conselho acumularia o cargo de Secretário Geral do Ministério. É interessante perceber que este fato remonta às duas teses anteriormente apresentadas: a da ineficiência administrativa, pelo fato de que a reforma administrativa, feita às pressas e sem planejamento, cria uma situação inusitada até mesmo para os membros do Contel; e os conflitos internos, tendo em vista que o mesmo Contel é composto por diversos membros das Forças Armadas, dentre os quais o próprio Quandt de Oliveira, que presidia o órgão. De qualquer maneira, Oliveira aponta a concordância, de início, de Costa e Silva, o que, no entanto, não foi suficiente para concretizar o projeto. E o principal motivo foi, em sua interpretação, justamente as injúrias políticas, já que a dois dias da tomada de posse, Costa e Silva voltou atrás e indicou Carlos Furtado Simas para a pasta (OLIVEIRA, 2006, p. 28).

Dessa maneira, o ministério começou a operar, efetivamente, a partir da posse de Costa e Silva. A atuação de Simas foi criticada por Oliveira, principalmente pela demora na aplicação e conclusão do projeto já traçado em torno do desenvolvimento do sistema. Além disso, algumas divergências entre membros do ministério e da Embratel por ele são narradas, culminando com o desligamento de Pedro Schneider, militar vice-presidente do Contel (da Secretaria Geral do Ministério).

Outros fatores que contribuíram para os desencontros dos primeiros meses de atuação do ministério foram a lenta transferência de sua estrutura burocrática para Brasília — já que ainda se concentrava no Rio de Janeiro — e a lenta formalização das diretrizes responsáveis pela regulamentação do órgão, mais uma vez ratificando a idéia da conturbação administrativa.

Por esses motivos, o Contel, segundo Oliveira, não deixou de existir na prática, tampouco suas funções. Apesar de vinculado organicamente ao ministério, ele continuou a encaminhar os assuntos relativos à radiodifusão e ao planejamento, principalmente porque o Dentel trabalhou, em 1968, com a pauta de atividades definida pelo Contel em 1967. Em verdade ele deixa de existir, efetivamente, em 20 de novembro de 1968, com a decretação da Lei nº 5.535, que modificou o Código Brasileiro de Telecomunicações; assim, “todos os seus membros foram exonerados, e ele passou a existir apenas nominalmente, pois não tenho conhecimento de que tenham sido nomeados novos titulares” (OLIVEIRA, 2006, p. 30).

É exatamente com uma situação de maior concentração de poderes que o ministro seguinte se deparou. Ou seja, sob o governo de Emílio Médici, o Coronel Hygino Caetano Corsetti assume o Ministério das Comunicações e, com total concentração das ações em torno das comunicações, ele será o responsável pela definição e efetivação da política de comunicação do governo Médici.

Desenvolvimento técnico e estrutura básica

A atuação de Hygino Corsetti à frente do Ministério das Comunicações estabeleceu estreita relação com o chamado Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo. Elaborado pela equipe técnica de Emílio Médici, o documento apresentava os eixos básicos do que vieram a ser as metas de seu governo em todos os âmbitos. No caso da área de telecomunicações, o documento refletia um estudo anterior apresentado pela equipe de Corsetti sobre os problemas prementes da área.

Em linhas gerais, segundo Quandt de Oliveira, o relatório apresentado a Médici abordava a falta de planejamento

existente nas atividades do ministério, principalmente porque havia uma dispersão de sua estrutura entre o Rio de Janeiro e Brasília. A falta da sede contribuía, por conseguinte, com a falta de mão-de-obra necessária para a execução das atividades. Somava-se a isso o fato de que as empresas vinculadas ao ministério — ECT, Embratel e CTB — não possuíam estrutura compatível com as necessidades que lhes eram atribuídas (OLIVEIRA, 2006, p. 79). Esse quadro negativo, que motivava certo marasmo de ação já enfatizado anteriormente, serviu de base para a criação daquelas que seriam as metas básicas para as telecomunicações, que segundo Oliveira, apresentava cinco pontos:

Integração operacional de empresas telefônicas: A multiplicidade de empresas operadoras de telefonia constituía um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento do setor, pois eram raras as que possuíam condições técnicas, financeiras ou mesmo administrativas para promover as expansões e modernização que se faziam necessárias [...]

Formação de Pessoal: Em virtude do volume de pessoal técnico necessário aos programas de telecomunicações, o Ministério deveria promover a criação de centros de treinamento nas principais operadoras, em especial nas de âmbito nacional, e dar apoio às escolas técnicas existentes para a formação de especialistas em telecomunicações.

Indústria de telecomunicações: O ministério pretendia incentivar as atividades da indústria de telecomunicações existentes no país, visando à criação de novos empregos, uma eventual padronização de equipamentos e uma substancial redução de preços.

Legislação: O Ministério das Comunicações retomaria o trabalho de planificação das telecomunicações, procuraria consolidar e atualizar as regras de normas para o setor e efetuar uma revisão das leis, visando atualizá-las com a situação das comunicações. [...]

Participação Internacional: O Ministério das Comunicações, por meio de seu pessoal e de integrantes das empresas operadoras, ativaria a participação nos organismos internacionais de telecomunicação [...]

(OLIVEIRA, 2006, p. 79-80).

Concluída a análise sobre os empecilhos que travavam os trabalhos do Ministério e as metas básicas pelas quais a polí-

tica de telecomunicações deveria se pautar, a equipe de Corsetti iniciou o processo de detalhamento e de organização das diretrizes, fundamentadas, necessariamente, nas premissas do Executivo. Após idas e vindas no contexto do cumprimento dos trâmites burocráticos, principalmente porque o projeto agregava diversos interesses técnicos e de controle que dependiam do aval de outros segmentos do governo, a diretriz pode aqui ser sintetizada em dois procedimentos: os níveis básicos de fundamentação e o texto final aprovado.

No que se refere à fundamentação, concluiu-se, de acordo com Oliveira, que a política de telecomunicações, que deveria cobrir os serviços públicos de telecomunicações, os postais e a radiodifusão, se fundamentaria em três princípios básicos: o dos objetivos, das metas e das políticas setoriais. No primeiro caso, a política de comunicações deveria objetivar a questão da integração nacional, com a criação de uma rede básica que interligasse todos os estados e territórios; a necessidade do desenvolvimento nacional, com a expansão das redes de comunicações para facilitar a interligação entre as pessoas e o desenvolvimento; a difusão da educação e da cultura, com o aumento de meios destinados a este fim — principalmente no âmbito das telecomunicações — e a segurança nacional, tendo em vista que o planejamento das comunicações deveria reforçar a estrutura política, facilitando a interligação entre o indivíduo, o estado e as forças de segurança. O segundo refere-se à necessidade de garantir acesso a toda nação, com o principal intuito de manutenção da ordem. Por fim, no caso do terceiro nível de fundamentação, o objetivo foi de criar uma estrutura legislativa capaz de colocar em prática e dar suporte legal às metas definidas. Ou seja, pressupõe a implantação das chamadas políticas setoriais (OLIVEIRA, 2006, p. 81-84).

Aprovados os princípios básicos que norteariam a nova legislação das telecomunicações, o Ministro Hygino Corsetti dedicou-se à elaboração daquela que viria a ser a complementação do Código Brasileiro de Telecomunicações, ou seja, a Lei 5.792, de 11 de Julho de 1972.⁶ A nova lei foi significativa na implementação de ações concretas em todos os níveis das telecomunicações. Dessas ações torna-se necessário, aqui, ressaltar duas intervenções diretas do Ministério das Comunicações do governo Médici, que se coadunam com o objetivo central deste trabalho.

Em primeiro lugar, no âmbito da telefonia, foi o decreto 5.792 quem iniciou o processo de criação da Telebrás (Telecomunicações Brasileiras S/A). Este projeto é significativo, pois representa mais uma das iniciativas do autoritarismo em firmar um monopólio que garanta não apenas uma forma de controle em setor estratégico, mas também a ratificação da intervenção econômica na estrutura social, como afirma Quandt de Oliveira:

O monopólio de exploração dos serviços públicos de telecomunicações criou uma situação de mercado monopsônico, com um único comprador, representado pelo Sistema Telebrás. Vale ressaltar que, enquanto outros ramos industriais disputavam um mercado incerto e desigual, em âmbito não só nacional, como até local, o mesmo não aconteceu em telecomunicações [...] Ela controlaria todas as estatais do setor, teria a responsabilidade de fixar as metas a serem por elas cumpridas e coordenaria a execução dos programas e a obtenção e a distribuição dos recursos financeiros necessários (OLIVEIRA, 2006, p. 99-103).

6. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128505/lei-5792-72>>. Acesso em: fev. 2012.

Já no tocante à radiodifusão, a ação do Ministério possibilitou diversas modificações, que serão abordadas mais adiante de forma mais direta. Entretanto, é necessário salientar aqui o investimento tecnológico neste setor, motivado pela estratégia desenvolvimentista traçada pela política de comunicação.

Muito dos esforços em estabelecer um processo de alcance mais amplo já vinha sendo traçado desde a década de 1960. Já estavam em operação o satélite, que permitia as transmissões internacionais, e as redes interligadas, que se iniciaram em 1968 com a elaboração de projetos e contratos para implantação de centros de TV em 27 cidades que, de acordo com Oliveira, eram encabeçados pela Embratel e possibilitaram um acréscimo significativo no sentido da qualidade, contribuindo para a eliminação das resistências em torno do projeto. As emissoras passaram a direcionar seus trabalhos para estes centros, abandonando seus próprios circuitos e ampliando a cobertura para todo o país (OLIVEIRA, 2006, p. 70).

Outras medidas de ordem técnica, como a aceleração da transferência da estrutura do ministério para Brasília, o início das transmissões em cores pela TV, a ampliação da capacidade de alcance do sistema de rádio — principalmente na Amazônia — e a interligação de todas as unidades federativas ao Sistema Nacional de Telecomunicações são manifestações concretas do empenho do governo para unificar o sistema de comunicação nacional, mas — e sobretudo — manter sob domínio a tecnologia e o controle, mesmo que o discurso, por vezes, traduza-a como busca da qualidade, como afirma o próprio ministro Hygino Corsetti:

O nosso programa com relação à TV — na área específica do Ministério das Comunicações — abrange dois itens fundamentais. Primeiro, promover a ampliação da área de cobertura da televisão nacional, com a criação de redes e instalação de novas estações.

Segundo controlar e fiscalizar a qualidade técnica dos serviços, mantendo a nossa TV num alto nível de tecnologia.⁷

As afirmações de Corsetti sintetizam uma parte da política de comunicação, ou seja, o desenvolvimento técnico que, pode-se afirmar, objetiva o controle social e, conseqüentemente, a legitimação do autoritarismo. Areladas ao esforço de aprimoramento tecnológico estão as diretrizes específicas de funcionamento do sistema. O próximo capítulo mostrará que elas se caracterizam pelo viés repressor pautado na segurança nacional, tendo o claro objetivo de introduzir, com o suporte do sistema de comunicação, os preceitos da ideologia autoritário-militar.

EM NOME DA SEGURANÇA NACIONAL

Como vimos, as bases de legitimação do sistema ditatorial militar brasileiro foram plantadas, com a adoção de medidas legislativas específicas, logo após a consolidação do golpe. Tais medidas objetivaram a interferência do poder estatal em diferentes esferas da organização social, principalmente no âmbito da administração burocrática direta, como no caso da criação do SNI (Serviço Nacional de Informação). Contudo, foi a partir da criação da Lei de Segurança Nacional (LSN) que a organização autoritário-burocrática definiu as bases de atuação dos agentes no interior da sociedade, ou seja, estabeleceu os papéis sociais específicos que serviram de instrumento na busca da legitimação do novo regime.

7. Entrevista concedida à Revista *Veja*, n. 175 (Ed. Abril, 12/01/1972, p. 49).

No que se refere ao sistema de comunicação pudemos verificar que, desde o início, houve esforço governista na tentativa de estruturar seu funcionamento, tendo sido a criação do Ministério das Comunicações a mais destacada medida nesse sentido. Logo, já devidamente ciente do papel estratégico dos veículos de comunicação, o governo inicia “uma série de esforços, a princípio esparsos numa legislação fragmentada, e que já toma corpo em 1968. A intenção era clara: enquadrar os meios de comunicação e, em especial, a televisão dentro dos objetivos nacionais (CAPARELLI, 1986, p. 27). Faltava, pois, uma estrutura legislativa específica que consolidasse o processo de organização. E isto começa a ganhar forma a partir, justamente, da Lei de Segurança Nacional, que apresenta preceitos específicos sobre o funcionamento e organização dos veículos de transmissão. Podemos, para melhor compreensão, separar esses preceitos em três níveis: o da ofensa moral, o da incitação a crimes e o da ação subversiva. E, considerando que se vinculam a ações diferenciadas, sua apresentação e análise seguiram os mesmos critérios.

1 – *Ofensa Moral*: basicamente, o código de segurança direciona a questão da ofensa moral para o âmbito das autoridades constituídas, ou seja, das ofensas que atingem o grupo político dirigente. Esse grupo de ofensas diferencia-se de acordo com o tipo de ação possível aos meios de comunicação: a deturpação dos fatos com vistas a uma recepção pré-estabelecida e a ação direta, vinculada à criação do fato. No primeiro caso, o Artigo 16 apresenta-se da seguinte maneira:

Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa, ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas:

Pena: detenção de seis meses a dois anos.

§ 1º Se a divulgação provocar perturbação da ordem pública ou expuser a perigo o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil: Pena: detenção de dois a cinco anos.

§ 2º Se a responsabilidade pela divulgação couber a diretor ou responsável pelo jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão, será, também, imposta a multa de 50 a 100 vezes o valor do maior salário-mínimo vigente na localidade, à época do fato, elevada ao dobro, na hipótese do parágrafo anterior.

§ 3º As penas serão aplicadas em dobro, em caso de reincidência.⁸

Fica também evidente, neste caso, o entendimento, por parte do grupo dirigente, do papel estratégico que exercem os meios de comunicação para a organização social e, mais adiante, da própria dinâmica do seu funcionamento, já que o código cita punição em torno da forma de transmissão não condizente àquilo que se espera, ou seja, procura precaver-se contra possíveis transformações do fato, numa clara referência aos preceitos levantados por Walter Benjamin. Tais versões, segundo este entendimento, pela possibilidade de repercussão no público, colocariam em risco a ordem social estabelecida pelo regime.

Além do que se pode fazer contra a *possível* transformação dos fatos, as normas burocrático-autoritárias procuram também dar conta de outra possibilidade condizente com as funções dos meios de comunicação: a criação de fatos. Aqui, a preocupação direciona-se para a ação mais direta que esses veículos podem exercer, uma vez que os “fatos” e as “verdades” podem ser criados independentemente da relação que

8. “Da Aplicação da Lei de Segurança Nacional”, *In* (COGAN, 1976, p. 25).

possam ter com a veracidade. Em outras palavras, existe uma preocupação quanto à possível criação de fatos que, não vinculados à realidade, colocam em risco a harmonia na relação governo-povo, como demonstram os Artigos 34 e 36:

Ofender moralmente quem exerça autoridade, por motivo de faccionismo ou inconformismo político-social:

Pena: reclusão de 2 a 4 anos.

Parágrafo Único: Se o crime for cometido por meio de imprensa, rádio ou televisão, a pena é aumentada de metade. [...]⁹

Ofender a honra ou a dignidade do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado, de Governadores de Estado ou Territórios e do Prefeito do Distrito Federal:

Pena: reclusão de 2 a 6 anos.

Parágrafo Único: Se o crime for cometido por meio de imprensa, rádio ou televisão, a pena é aumentada de metade, além da multa de 50 a 100 vezes o valor do salário mínimo vigente no país, se a responsabilidade couber a diretor ou responsável por tais órgãos de imprensa, escrita ou falada.¹⁰

Nota-se que, naquilo que tange à questão moral, os artigos são abrangentes sobre a possibilidade da ofensa, o que significa que regulamentam a ofensa em todos os níveis e situações. No entanto, em se tratando dos veículos de comunicação, as penalidades são maiores e procuram punir, principalmente, seus responsáveis legais. Ora, formatados desta maneira, os artigos 34 e 36 possuem o claro objetivo de trans-

9. Artigo 34, *Ibidem*, p. 45.

10. Artigo 36. *Ibidem*, p. 49.

ferir a função fiscalizadora para os próprios veículos, forçando-os a corroborar uma ação de controle que, em última instância, pertence ao próprio estado. A ação repressora inerente ao modelo burocrático-autoritário é imposta aos responsáveis legais dos veículos de comunicação, visto que as penalidades pelas transgressões recaem muito mais acintosamente sobre eles.

2 – *Incitação a Crimes*: também neste caso, a tentativa em estabelecer uma ação burocrática de controle a partir dos próprios veículos evidencia-se. Nos artigos 39 e 47 estão presentes aquilo que o sistema considera como crimes. Naturalmente, como o objetivo da Lei de Segurança Nacional é traçar as bases de manutenção do modelo autoritário-militar, a definição de “crimes” leva em consideração as matrizes que o sustentam, como as Forças Armadas e as classes sociais:

Incitar:

I. À guerra ou a subversão da ordem político-social; II. À desobediência coletiva às leis; III. À animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis; IV. À Luta pela violência entre as classes sociais; V. À paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais; VI. Ao ódio ou à discriminação racial;

Pena: reclusão de 10 a 20 anos

§ 1º. Se os crimes previstos nos itens I a IV forem praticados por meio da imprensa, radiodifusão ou televisão:

Pena: reclusão de 15 a 30 anos

§ 2º. Ressalvados os crimes de que tratam os itens V e VI se, do incitamento decorrer morte:

Pena: Morte

§ 3º. Se a responsabilidade pela incitação couber a diretor ou responsáveis de jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão, além da pena privativa da liberdade será imposta multa de 50 a 100

vezes o valor do maior salário mínimo vigente à época do delito. [...]”¹¹

Incitar à prática de qualquer dos crimes previstos neste capítulo, ou fazer-lhes apologia ou a de seus autores, se o fato não constituir crime mais grave.

Pena: reclusão de 2 a 5 anos

§1º. A pena será aumentada de metade, se o incitamento, publicidade ou apologia for feito por meio da imprensa, radiodifusão ou televisão.

§2º. Se a responsabilidade pelo crime couber a diretor ou responsável de jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão, além da pena privativa da liberdade será imposta a multa de 50 a 100 vezes o valor do maior salário-mínimo vigente na localidade à época do delito.¹²

Mesmo considerando nossa tentativa de separar os códigos em três diferentes níveis, a questão da ordem político-social, que é analisada mais detalhadamente adiante, aparece também neste ponto como um dos temas passíveis de punição, caso haja incitação ao seu descumprimento. Isso significa que os indivíduos, grupos ou instituições que praticarem o ato de incitação à desobediência da ordem imposta pelo sistema cometem crime, podendo ser processados e punidos, inclusive com a pena de morte para alguns casos.

Vinculadas à questão da desobediência em um nível mais generalizante, chamam a atenção, aqui, outras duas referências: as Forças Armadas e as classes sociais. A lei prevê punição para aqueles que incitarem a luta pela violência no caso das classes sociais, o que demonstra uma clara postura no sentido

11. Artigo 39. *Ibidem*, p. 51-52.

12. Artigo 47. *Ibidem*, p. 66-67.

do reconhecimento das classes, por um lado, e de suas desigualdades — que podem gerar conflito —, por outro.

Além disso, a instituição responsável pela implantação do regime ditatorial brasileiro torna-se inatingível, visto que qualquer ação que colocasse em “desarmonia” a relação destes com a sociedade tornou-se crime. É evidente a intenção de proteger a imagem e resguardar sua “aura” autoritária. Entretanto, à luz das rupturas internas já anteriormente analisadas, o código prevê, ainda, punição para a incitação às desavenças internas, de militar para militar, de Armada para Armada. Mesmo considerando a possibilidade de que situação semelhante poderia também ocasionar punição em outros regimes, o fato é que, ao criar um item específico para tratar do tema, o regime expõe, segundo nosso entendimento, suas controvérsias.

Nesse turbilhão, os meios de comunicação são citados como a expressão maior do ato de incitar. Para as ações descritas no código, a participação dos veículos de comunicação aumenta ainda mais o sentido da gravidade do ato em desvio, justificando, assim, o aumento das penas para seus responsáveis. Esta forma burocrático-autoritária de controle manifesta-se notadamente também nos casos de subversão através daquilo que, do ponto de vista da essência dos mecanismos de comunicação inseridos na realidade capitalista, é a sua maior representação: a propaganda.

3 – *Ação Subversiva*: é na questão da propaganda que os meios de comunicação são citados com maior ênfase no que tange à questão política, isso porque sua possível contribuição ao desgaste do sistema no seio da população sempre foi uma possibilidade, o que, para o autoritarismo, justifica ações de controle, seja no âmbito mais geral da LSN, ou de forma mais específica, no caso da censura. Assim, são os artigos 33, 45 e

53 os responsáveis pela formação das restrições aos meios de comunicação, apresentando-se, para tanto, da seguinte maneira:

Escrever violência, por motivo de faccionismo ou inconformismo político-social, contra quem exerça autoridade:

Pena: reclusão de 8 a 15 anos

§ 1º. Se da violência resultar lesões corporais:

Pena: reclusão de 12 a 30 anos

§2º. Se da violência resultar morte:

Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.¹³ [...]

Fazer propaganda subversiva: I. Utilizando-se de quaisquer comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva; II. Aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino; III. Realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata; IV. Realizando greve proibida; V. Injuriando, caluniando, ou difamando, quando o ofendido por órgão ou entidade que exerça autoridade pública ou funcionário, em razão de suas atribuições. VI. Manifestando solidariedade a qualquer dos atos nos itens anteriores;

Pena: Reclusão de 1 a 3 anos

Parágrafo Único: Se qualquer dos atos especificados neste artigo importar ameaça ou atentado à segurança nacional:

Pena: reclusão de 2 a 4 anos.¹⁴ [...]

Se a responsabilidade pela propagando subversiva couber a diretor ou a responsável de jornal ou periódico, o juiz poderá, ao receber a denúncia, impor a suspensão da circulação deste até trinta dias, sem prejuízo de outras cominações previstas em lei.

13. Artigo 33. Ibidem, p. 47.

14. Artigo 45. Ibidem, p. 60.

Parágrafo Único: Em se tratando de estação de radiodifusão ou televisão, a suspensão será imposta nas mesmas condições, pelo presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações.¹⁵

Em que pese à ampla conotação dada pela lei à questão da propaganda política e subversiva, que abrange possibilidades como comícios, reuniões públicas ou manifestações públicas, as atenções centram-se para as atividades possíveis em torno dos veículos de comunicação. E isto tendo como parâmetro as suas diversas manifestações: escrita, televisiva e radiofônica. A par disso, vale enfatizar aqui o que se entende por *atitude subversiva* no âmbito da Segurança Nacional. Arthur Cogan, em sua análise sobre a LSN esclarece: “Em várias disposições visa a lei impedir que, usando dos mais variados métodos, possa ser feita propaganda subversiva, ou seja, contrária à ordem política estabelecida no país” (COGAN, 1976, p. 60).

Nesse sentido, segundo as diretrizes impostas pelo autoritarismo militar, quaisquer manifestações públicas que visem propagandear preceitos contrários ao regime ditatorial, imposto a partir do golpe de 1964, são nocivos à manutenção do controle social e, por consequência, passíveis de punição. E isso enquadra fundamentalmente os veículos de comunicação em todas as suas manifestações. Fica evidente, apesar da citação acerca das diversas possibilidades de manifestação pública, que os veículos de comunicação têm, por parte da legislação autoritária, um maior controle, que se evidencia nitidamente com as severas punições a que ficam sujeitos os responsáveis — diretos e indiretos — pela transmissão.

15. Artigo 53. *Ibidem*, p. 74.

O conjunto de normas que compõem a Lei de Segurança Nacional serve como base, portanto, para a definição da política de comunicação traçada durante o governo Médici. Além de enquadrá-la no contexto penal, a burocracia traçou, como veremos a seguir, parâmetros específicos para conduzir os trabalhos de transmissão de mensagens, principalmente através da censura.

Durante o período compreendido entre 1968 e 1979 os veículos brasileiros operavam sob as restrições do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, o qual concedia ao Poder Executivo Federal o direito de censurá-los, além de estimular a prática da autocensura, evitando assim qualquer publicação ou transmissão que os pudesse levar a ser enquadrados e processados pela Lei de Segurança Nacional [...] (MATTOS, 2005, p. 18).

Censura como ação direta

As normativas específicas criadas pelo autoritarismo no bojo da Lei de Segurança Nacional procuraram cumprir a função burocrática de regulamentar e dinamizar a ação de controle. Sua mais expressiva manifestação ocorreu com a publicação do Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, que, em linhas gerais, estabelece os critérios da ação censora às publicações que investiam, na ótica dos órgãos responsáveis pela análise, contra os chamados valores de moral e bons costumes da sociedade.

Tanto a análise deste decreto, quanto as portarias e instrução que lhe são decorrentes, servem-nos de subsídio à compreensão dos valores intrínsecos ao centralismo autoritário e seu objetivo ideológico. Por se tratar de conteúdo central à análise desenvolvida nesta unidade, reproduzimos abaixo, na íntegra e no formato original, o Decreto nº 1.077.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição; e

Considerando que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º, dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes;

Considerando, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

Considerando que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

Considerando que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira;

Considerando que o emprêgo dêesses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional, decreta:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de Portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º dêste Decreto-Lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos

após a verificação prevista neste Decreto-Lei, sujeita os infratores independentemente da responsabilidade criminal:

I – A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II – A perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados à sua custa.

Art. 6º O disposto neste Decreto-Lei não exclui a competência dos Juízes de Direito para adoção das medidas previstas nos artigos 61 e 62 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º deste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único. O conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os Juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Brasília, 26 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.¹⁶

O decreto destina-se, como podemos observar, a todas as manifestações de caráter público que se utilizam dos meios de comunicação. Por este motivo, incluem-se no conjunto da dittriz os livros e periódicos, o rádio e a televisão. Esse decreto procura, ainda, determinar as publicações que não podem ser autorizadas, a forma de implementação burocrática do processo, as punições e o seu alcance. Tendo em vista o objetivo

16. Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de Janeiro de 1970 – Dispõe sobre a execução do Artigo 153, § 8º, Parte Final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Publicado no Diário Oficial da União de 26 de janeiro de 1970. *In* (RODRIGUES, MONTEIRO e GARCIA, 1971, p. 144-145).

específico deste trabalho, a análise da diretriz é separada em duas linhas: a da aplicação — que por sua vez subdivide-se entre os organismos burocráticos de controle e a definição do material condizente — e a classificação do “fator subversivo”, vinculado ao preceito ideológico do sistema.

Em primeiro lugar, é importante ratificar que o Decreto-Lei 1.077 é complementado por normas de regulação e implementação. A Portaria n° 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, destina-se a formalizar o procedimento burocrático sobre a análise do material a ser divulgado e as funções que devem exercer os responsáveis. Em síntese, demonstra que a função de controle centraliza-se na Polícia Federal e que um autor ou editor não pode, sob risco de punição, divulgar qualquer material que não tenha passado sob o crivo dos censores:

A divulgação de livros e periódicos no Território Nacional fica subordinada à verificação prévia da existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes.¹⁷ [...]

Compete aos delegados Regionais do Departamento da Polícia Federal proceder ao exame dos livros e periódicos, para o fim do artigo anterior.¹⁸ [...]

O autor, editor, distribuidor ou responsável, não divulgará a publicação, enquanto a autoridade competente não a houver liberado.¹⁹ [...]

O autor, editor, distribuidor ou responsável, antes da divulgação do livro ou periódico, apresentará ao Delegado Regional do

17. Artigo 1° Portaria / n° 11-B, de 6 de fevereiro de 1970. *In* (RODRIGUES, MONTEIRO E GARCIA, 1971, 148)

18. Artigo 2°. *Ibidem*.

19. Artigo 3°. *Ibidem*.

Departamento de Polícia Federal, três (3) exemplares da publicação ou três (3) cópias autênticas dos seus originais.²⁰

Essas diretrizes configuram um cenário de intensa centralização da informação que a sociedade tem — ou pode ter. O autoritarismo, em nome daquilo que considera “defesa da moral e dos bons costumes”, passa a ter acesso às publicações e, por consequência, àquilo que a sociedade pode ter como fonte de informação. Por outro lado, a Portaria 11-B não especifica o tipo de material que deve submeter-se à análise, forçando, para tanto, a decretação de uma portaria por parte do Ministério da Justiça — Instrução nº 1-70, de 24 de fevereiro de 1970. Tal instrução, como o próprio texto ratifica, decorre das controvérsias interpretativas que as medidas geraram, apesar de haver um esforço textual para redirecionar a responsabilidade, atribuindo-lhe um caráter de má interpretação.

[...] Considerando que a má interpretação da Portaria deu lugar a dúvidas e críticas absolutamente infundadas;

Considerando que convém pôr côbro a essas incompreensões, interpretando e ressaltando o verdadeiro âmbito da Portaria 11-B, resolve expedir a seguinte Instrução:

Art. 1º Para os fins da Portaria 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes[...]²¹

20. Artigo 4º. *Ibidem*.

21. Instrução nº 1-70. Instrução datada de 24 de fevereiro de 1970, assinada pelo então ministro Alfredo Buzaid e publicada no Diário Oficial da União em 24 de fevereiro de 1970. *In* (RODRIGUES, MONTEIRO e GARCIA, 1971, p. 148).

A Instrução denota a clara estratégia de controle adotada pelo autoritarismo burocrático do governo Médici: trabalhar com normas que possam abrir um leque de abrangência superior ao que se imagina, a princípio. Ora, como determinar, de antemão, o que fere ou não os códigos morais da sociedade? Não existe uma cartilha que interceda nesse sentido. Sabemos que moral e bons costumes estão vinculados a parâmetros genéricos; logo, seu conteúdo pode expressar-se em diversas situações, seja em periódicos sobre esporte, cultura, lazer, economia, entretenimento ou mesmo em livros de romance, policiais, religiosos e sobre variedades. Em suma, estimular uma criação a uma visão crítica sobre o consumo em uma sociedade capitalista pode ser considerado ofensivo aos valores “morais” da família.

A abrangência proposital da diretriz com fins de controle que, por consequência, gera a “confusão de interpretação” pode ser comprovada por manifestação do próprio Ministro da Justiça. Em citação que objetivava justificar a Lei nº 1.077, Alfredo Buzaid ratifica o que aqui procuramos demonstrar sobre a exagerada abrangência subjacente à lei, confundindo conhecimento técnico com valores morais:

É contra esse esquema de publicidade que se volta o Decreto-Lei, proibindo que se escancarem as exibições que devem ficar no mais recôndito da vida interior. E se alguns médicos pretendem dar lições públicas de sexologia, seu procedimento é ilegal e moralmente reprovável, pois elas ofendem o Código de Ética. Os conselhos de Medicina condenam tal pedagogia.²²

22. “Em defesa da moral e dos Bons Costumes.” Palestra proferida em 1º de Abril de 1970, acerca das comemorações do sexto aniversário do golpe de 31 de março de 1964. *In* (BUZAID, 1971, p. 60).

A afirmação de Buzaid, além de reiterar a afirmação sobre a convergência entre as classificações genéricas e a estratégia de controle, serve de parâmetro à exploração da segunda linha de raciocínio em torno do Decreto 1.077. Isso porque esta mesma configuração apresenta-se em torno daquilo que, pelos órgãos de segurança, compreende-se como subversivo.

Segundo Buzaid — e isso também se manifesta na diretriz — o atentado à moral e aos bons costumes representa, por consequência, atentado à segurança nacional. Essa relação tem respaldo na associação teórica que o autoritarismo estabeleceu entre a afirmação de Wladimir Lênin sobre a moral e as supostas consequências que determinadas publicações podem gerar. De acordo com Buzaid, Lênin, ao afirmar “desmoralizem a juventude de um país e a revolução está ganha”²³ teria direcionado à manutenção dos valores morais um dos alicerces do capitalismo, ou seja, ao desmoralizar os jovens, o êxito da revolução comunista estaria garantido. E assim se expressa, na perspectiva de Buzaid, o risco iminente que o atentado à moral e aos bons costumes representa à segurança nacional.

Alguns escritores manifestaram inquietações quanto aos efeitos do Decreto-Lei nº 1.077 e da Portaria 11-B, que organiza o serviço de verificação prévia, argüindo que se inaugura contra o mundo da inteligência uma nova forma de autoritarismo, que repugna à formação democrática do povo brasileiro. Essa objeção é de todo desarrazoada. Os referidos documentos legais criam uma forma de serviço, a fim de preservar a integridade da família brasileira e a sua moralidade tradicional, combatendo destarte o comunismo internacional, que insinua o amor livre para dilacerar as resistências morais da nossa sociedade (BUZAID, 1971, p. 59).

23. Alfredo Buzaid sustenta seu argumento citando reportagem do jornal O Globo, de 19 de fevereiro de 1970. *In* (BUZAID, 1971, p. 37).

Mesmo não sendo objeto direto deste trabalho, vale ressaltar aqui a compilação de fatores produzidos pelo sistema autoritário a fim de justificar ações de cunho exclusivamente político. A literatura específica, os documentos, os vestígios e as declarações mostram que muitas pessoas foram censuradas, torturadas e até mortas por motivos dos mais variados. Artistas, jornalistas, professores, trabalhadores, estudantes, padres; enfim, uma variedade de pessoas que, acusadas de atentado às normas, sofreram terríveis consequências. Prova disso pode ser encontrada no estudo do grupo Brasil *Nunca Mais*, que apresenta o caso de três inquéritos sobre a edição de livro científico, exatamente aquele tipo de material que a Portaria 11-B insistiu em declarar sem vistoria prévia:

Em julho de 1969, o DOPS do Rio de Janeiro iniciou três inquéritos que redundaram em três ações penais distintas, contra editores de livros. No primeiro deles, a publicação dos ‘Fundamentos de Filosofia’, do russo Victor G. Afanásiev, deu pretexto ao enquadramento de quatro cidadãos acusados de ‘propaganda subversiva’. Dois deles são responsabilizados por terem lançado a primeira tradução da obra, em 1963 (seis anos antes!), através da Editora Vitória Ltda. O terceiro era o conhecido editor Ênio Silveira, responsável pela Editora Civilização Brasileira, que reeditou o livro em 1968. O último réu foi o responsável pela impressão gráfica.²⁴

Por último, é importante salientar o papel de outra Portaria regulamentadora: a portaria nº 13/70. Ela estabelece regras específicas de conduta para o setor televisivo. Dentre outras deliberações, obriga um ensaio geral antes da transmissão de programas ao vivo, com a finalidade de propiciar aos censores uma prévia daquilo que será transmitido. Já no caso

24. In Arquidiocese de São Paulo; Projeto Brasil Nunca Mais, p. 161 (Cf. Indicação bibliográfica).

dos programas gravados, obriga a uma apresentação prévia de 72 horas da versão original, com a descrição do cenário, a marcação das cenas e a marcação dos planos das tomadas e de seus objetivos.²⁵

Como a diretriz destina-se ao universo dos veículos de comunicação, é natural que todos viessem a sofrer interferências no trabalho diário. Por esse motivo, tornou-se comum a presença de agentes censores em redações de jornais e estúdios de gravação de rádio e televisão. Além disso, o impacto das leis causou, como será mostrado adiante, consequências ainda mais graves, como o fechamento de rádios, cassações, processos contra profissionais e a utilização política dos veículos. E tudo isso em nome daquilo que os militares consideraram nocivo à segurança nacional: a corrupção dos valores morais e a consequente passividade da sociedade:

Quem estudou a teoria da informação sabe que os periódicos, o rádio e a televisão constituem, nos nossos dias, os meios mais eficazes para dirigir a opinião pública. É por meio deles que o comunismo internacional atua sobre o povo, invadindo sub-repticiamente os lares. E os seus agentes, adrede preparados, se infiltram em todos esses meios de comunicação para transmitirem suas idéias dissolventes (BUZAID, 1971, p. 42).

RÁDIO E TV SOB O PRISMA DO AUTORITARISMO

A decisiva investida do governo para o âmbito das comunicações reflete-se, sobremaneira, na perspectiva do ministro Corsetti. Ele é categórico ao afirmar que a interferência que exerce tem o aval, recomendação e acompanhamento do pre-

25. “Diretrizes para Cumprimento do Decreto-Lei 1.077 – Portaria nº 13/70”. *In* (RODRIGUES, MONTEIRO e GARCIA, 1971, p. 258-259).

sidente Médici. Ademais, acredita que “a qualidade do que se faz na TV brasileira já me preocupa tanto quanto a extensão das redes e a qualidade das imagens, que deveriam resumir a atenção do ministro das comunicações”²⁶.

Corsetti acrescenta um fator novo para o âmbito daquilo que aqui foi definido como política de comunicação: a intervenção na programação. Portanto, à tríade conceitual analisada em torno desta política — o desenvolvimento, a atuação administrativa e a legislação — incorpora-se um fator determinante que, por sua vez, constitui-se como objeto de análise deste capítulo.

A ação estatal sobre a programação foi determinante na definição dos rumos a serem tomados pelos veículos. As intervenções variaram de acordo com as especificidades de cada um, considerando, principalmente, o tipo de mensagem e a sua forma de transmissão. Logo, torna-se importante uma abordagem que leve em consideração tal especificidade. Assim, o rádio e a televisão serão apresentados, a seguir, de forma separada, considerando, evidentemente, possíveis vinculações entre ambos e entre estes e as demais formas de comunicação de massa, na medida em que se fizerem necessárias.

O impacto no rádio

O rádio, como veículo de comunicação, vem se concretizando na realidade social brasileira, como tratado anteriormente, desde meados da década de 1930. Neste processo, atravessou diversas fases: as primeiras rádios educativas, a in-

26. Entrevista do Ministro das Comunicações Hygino Corsetti. Revista *Veja*, n. 175 (Ed. Abril; 12/01/1972, p. 49-50).

trodução do aspecto comercial, as primeiras formas de uso político e regulamentação, o projeto de nacionalização e a chamada “era do rádio”. De peculiar todas essas fases denotam uma guinada do rádio rumo a um “perfil democrático”, tendo em vista as novas técnicas de transmissão e, principalmente, de recepção, com o incentivo à instalação de aparelhos domésticos.

Com o surgimento da televisão a partir da década de 1950 — que gera, para alguns, a fase de decadência — o rádio viu o seu papel como veículo de massa ser colocado em questão, ou seja, a televisão ameaçava sua soberania, podendo relegá-lo a uma condição inferior à que, na realidade, comprovou-se posteriormente. Como aponta Ferrareto, o rádio adquiriu sobrevivência inicial em função da escassez e do conseqüente alto custo dos aparelhos receptores (FERRARETO, 2001, p. 135). Contudo, como se verificou, a programação — baseada em auditórios, humor e radionovelas — sofreu forte queda nas décadas seguintes e, obrigatoriamente, teve de ser alterada.

O impacto com o surgimento da televisão verificou-se, principalmente, durante a primeira metade da década de 1960. Como toda inovação tecnológica, a televisão ainda carecia de profissionais especializados que pudessem lidar com a especificidade do veículo, tanto das questões técnicas como das artísticas, o que a tornava refém de improvisações e da migração dos profissionais do rádio. Esta prática, talvez como premonição da realidade que iria encontrar, foi adotada por Assis Chateaubriand já na criação da primeira emissora de televisão do país. Fernando Morais salienta que o *Diários Associados*, conglomerado comandado por Chateaubriand, acrescentava uma nova cláusula de renovação contratual de trabalho “segundo a qual o empregado se obrigava a prestar serviços, em sua especialidade, em rádio e televisão (MORAIS, 2004, p. 497).

Do surgimento da primeira estação televisiva, em 1950, ao início do governo Médici, em 1969, transcorreram quase vinte anos de inserção da televisão no contexto nacional. Novas emissoras foram criadas e a dinâmica específica do veículo proporcionou uma mudança cultural bastante significativa no âmbito do entretenimento, em especial pela introdução das telenovelas. Essa nova realidade ocasionou, evidentemente, um rearranjo das estruturas adjacentes ao funcionamento dos meios, principalmente por parte dos patrocinadores, que motivados pela perspectiva de crescimento do modelo televisivo, passaram a nele apostar em termos de investimento publicitário, interferindo diretamente nas receitas das emissoras de rádio.

Em trabalho publicado sobre a Rádio Nacional, Luiz C. Saroldi e Sônia V. Moreira salientam que, apesar do deslumbramento inicial causado pela televisão em artistas e administradores, muitos se preocupavam com o impacto do novo veículo sobre o rádio. Dentre as principais dúvidas, havia a interrogação sobre a reação das donas de casa que, até então, eram as principais ouvintes das radionovelas e “até quando os patrocinadores continuariam a investir no rádio os anúncios que chegavam a 24% do volume total das verbas publicitárias” (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p. 148-149).

O setor radiofônico viu-se, assim, obrigado a modificar sua estratégia de abordagem e método de divulgação das mensagens para poder enfrentar esta nova realidade. Maria Elvira Federico afirma que uma das estratégias adotadas foi modificar a programação artística e comercial, substituindo longas sequências de anúncios por intervalos de longa duração musical (FEDERICO, 1982, p. 86). Determinar um perfil específico, e portanto, uma característica própria, tornou-se um claro objetivo durante o período. Para tanto, o desenvolvimento téc-

nico do sistema de transmissão contou com o surgimento do transistor, mecanismo responsável pela transmissão em ondas sem a ajuda de fios. Ou seja, a partir do início da década de 1960 as emissoras de rádio podiam chegar a aparelhos receptores portáteis, que utilizavam pilhas como fonte de energia. Assim, “aliado a outros avanços tecnológicos, o transistor deu ao rádio sua principal arma de faturamento: é possível ouvir rádio a qualquer hora e em qualquer lugar, não precisando mais ligá-lo às tomadas” (ORTRIWANO, 1985, p. 22). Isso, na prática, significava duas grandes possibilidades de crescimento para o setor: o público que residia em locais não abastecidos pela rede elétrica e o público em constante movimento.

O que para alguns autores se define como fase de decadência do rádio configura-se, na verdade, como um período de reestruturação, dadas as circunstâncias que cercam a realidade do veículo. E estas circunstâncias não se limitam apenas às inovações tecnológicas ou à concorrência com a televisão. Há outro fator que, mesmo constando da maioria das análises sobre o rádio, é tratado de forma superficial: o fator político.

Ora, as vinculações entre o sistema de comunicação e o governo não podem se limitar às ações políticas isoladas, tampouco às eventuais investidas das instituições políticas na programação ou regulamentação do funcionamento dos meios de comunicação. É necessário pensar essas vinculações de forma global, atribuindo-lhes importância mais ampla no sentido da consolidação de todo o mecanismo que envolve o processo de comunicação de massa. E isso se justifica porque, pode-se afirmar, não existe sistema de comunicação capaz de funcionar de forma isolada da estrutura política, já que seu papel estratégico para a organização social requer, assim como o sistema educacional, uma intervenção direta do poder público. Logo, compreender as ações de caráter político sobre o sistema é de

fundamental importância, mas compreender as vinculações entre ambos e seu grau de dependência é crucial se objetivarmos o entendimento sobre a estruturação dos veículos, sua dinâmica e seu papel social.

Embasados por tal prisma, é irrevogável que aqui se façam duas conclusões a este respeito. Em primeiro lugar, como já analisado anteriormente, o que se denominou como “decaência” do rádio trata-se, na realidade, de uma redefinição de seu papel, motivada pelo surgimento da televisão e das novas possibilidades que se apresentam com as inovações tecnológicas. Em segundo lugar, a redefinição deste papel não se limita a uma ação isolada do veículo, tendo em vista o viés político que influencia o processo. Nesse sentido, é necessário considerar que com a ruptura política proporcionada pelo golpe de 1964, a dinâmica desta redefinição passa agora a ser influenciada — ou até determinada — por uma nova diretriz ideológica que, conforme mostrado anteriormente, pauta-se em um preceito autoritário acerca do funcionamento das instituições sociais, principalmente das que se direcionavam às transmissões de informações.

E diferente daquilo que poderia se prever na análise das prerrogativas do autoritarismo, o empenho do governo após o golpe não foi o de cerceamento dos projetos desenvolvimentistas. Ocorreu o contrário. Vimos anteriormente que a organização ditatorial militar agiu no incentivo à ampliação das telecomunicações, tornando-as uma das prioridades de seu projeto desenvolvimentista. No caso do rádio, este projeto inicia-se com as primeiras regulamentações da década de 1960, passa pela criação e desenvolvimento da Embratel, pela ampliação da frequência modulada (FM), pelo incentivo à indústria de aparelhos receptores e tem seu ápice, já no governo de Ernesto Geisel, com a criação da Radiobrás, em 1975. A Radiobrás,

por sua vez, foi criada “visando unificar o comando operacional das emissoras do governo federal e atender com prioridade as regiões de baixa densidade demográfica e reduzido interesse comercial” (SAROLDI e MOREIRA, 2005, P. 179).

O período que corresponde ao governo de Emílio Médici foi marcado por diversas ações diretas no âmbito do rádio. Dessas, ressaltam-se duas iniciativas intrinsecamente vinculadas ao modelo de ação política anteriormente descrito, que ilustram a estratégia autoritário-burocrática adotada no período: o incentivo ao desenvolvimento da frequência modulada e suas consequências e a intervenção na programação.

O ministério das comunicações comandado por Hygino Corsetti defrontou-se com uma situação bastante inusitada no campo da radiodifusão. Apesar dos esforços advindos da Embratel, boa parte do país ainda não contava com cobertura do sistema radiofônico, o que abria espaço para a ação de estações estrangeiras — principalmente na Amazônia — com uma grande variedade de programação. Apesar da intenção em implantar um sistema de cobertura nacional, pesava para o governo o fato de que ali o espaço estava livre para intervenções político-ideológicas contrárias ao regime, colocando em risco a ordem estabelecida na região. Por este motivo, segundo Nélia R. Del Biando, a ação do governo foi decisiva para criar uma alternativa de intervenção, visto que, para tentar limitar a ação estrangeira na região, “o governo criou em 1971 a Rádio Nacional da Amazônia. No ano seguinte, a Nacional de Brasília teve sua potência aumentada e passou a transmitir programas em inglês para a Europa Ocidental” (DEL BIANCO, 1993, p. 144).

Por conseguinte, a estratégia de se consolidar de forma mais densa no território nacional culminou com o incentivo à utilização da frequência modulada e o modelo mais regionalizado que esta propicia. Del Bianco afirma que algu-

mas estações já funcionavam de forma irregular no início da década de 1970 e o sistema de “AM’s” não possuía um plano básico que fosse capaz de reestruturar o setor, ou seja, a grande maioria não conseguia cobrir o território nacional (DEL BIANCO, 1993).

Esta realidade motivou o governo a investir na concessão dos canais de FM. Com isso, para normalizar o processo, publicou uma portaria em 1972 (nº 333) garantindo a prioridade para os pedidos de instalação de emissoras FM. Este fato, por sua vez, carrega consigo duas consequências básicas: a primeira, de cunho econômico, diz respeito ao incentivo que a norma trouxe para o campo da produção de aparelhos receptores, visto que as indústrias iniciaram um processo de produção mais dinâmico, estruturando os aparelhos com as faixas AM e FM. A segunda consequência, de perfil político, condiz com a tese de que o sistema mais regionalizado que decorre da FM facilita a ação de controle — pela limitação de alcance — e se coaduna com a doutrina de segurança nacional.

Desta forma pode-se caracterizar, assim como o faz Sônia V. Moreira, a inserção da FM como uma forma de controle social, tendo em vista que a baixa frequência gerada pelas ondas FM enquadra-se na política de segurança nacional. E isto porque, como eram mais fáceis de controlar, eram menos “perigosas” ao regime. Ademais, a expansão da frequência modulada “resultou no fortalecimento da indústria nacional de equipamentos eletrônicos de radiodifusão, que no começo dos anos 1970 estava à beira de um colapso” (MOREIRA, 1998, p. 79).

Longe de discordar completamente que o incentivo ao modelo FM tem por trás uma estratégia de controle — até porque todas as ações decorrentes da burocracia autoritária possuem, implicitamente, uma conotação de consolidação do regime —, o fato é que, ao direcionar uma perspectiva total-

mente centrada neste objetivo, cria-se uma contradição com o que até aqui foi descrito em torno do objetivo central da política de comunicação. Isto porque as ações desenvolvimentistas e de regulamentação priorizam uma política de ação integradora, isto é, de utilização do sistema de comunicação para o estabelecimento de uma realidade nacional específica. Ora, se a intenção é regionalizar, por que houve o empenho na criação de redes nacionais de televisão? Além disso, é necessário ter claro que, naquilo que concerne à ação de controle, o trabalho se traduz de forma mais eficaz se a fiscalização centrar-se em uma única base que transmite para toda a nação. Multiplicar o processo a partir da regionalização da transmissão pressupõe, a seguir, tornar complexo e ainda mais árduo o controle, como demonstra a gama de estações estrangeiras que transmitiam suas programações para a Amazônia.

Portanto, no que tange à condição de controle proveniente da proliferação do modelo FM, pode-se identificar duas possibilidades: a da limitação de alcance geográfico, que, no pior dos cenários, causa um “dano” limitado a este espaço, e a manutenção do direito legal de concessão nas mãos do governo em uma promissora conjuntura de investimentos. Mesmo não explorando neste trabalho essas duas hipóteses, vale salientar que as estações “FM’s” oferecem uma nova possibilidade de investimento publicitário, vinculada às características que a programação desta modalidade irá adquirir. Outro fato a se considerar é que o maior empenho à legalização deste modelo ocorre durante o governo de Ernesto Geisel, que já anunciava a intenção de retorno à democracia representativa, o que, em última análise, propicia a transformação dessas concessões em moeda de troca para um provável apoio político.

Por fim, é necessário salientar que o impulso dado pela abertura do modelo FM foi fundamental para a manutenção do

rádio como alternativa no processo de comunicação de massa. Serviu sobremaneira para a redefinição do papel que lhe foi destinado após a década de 1960. E, mesmo sofrendo quedas acentuadas de verbas publicitárias na comparação com a televisão, manteve-se em acentuado crescimento no conjunto da população durante toda a década de 1970, como mostram os dados abaixo:

TOTAL DE VEÍCULOS POR DOMICÍLIO			
	1970	1980	% de Crescimento
Total de Domicílios	17.628.699	26.436.516	49,96%
Aparelhos de Rádio	10.386.763	20.027.948	98,75%
Aparelhos de TV	4.250.404	14.518.877	241,58%

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística²⁷

GRAU DE DEPENDÊNCIA (em porcentagem)			
	1970	1980	% de Crescimento
Total de Domicílios	17.628.699	26.436.516	49,96%
Aparelhos de Rádio	58,92%	75,76%	17,84%
Aparelhos de TV	24,11%	54,92%	30,81%

27. Citado em “Situação da Radiodifusão” (ORTRIWANO, 1985, p. 45-46).

O impacto na TV

Mesmo mantendo certa diferença em termos do número de aparelhos em relação ao rádio — principalmente pela variação de possibilidades que este apresenta — a televisão consolidou-se, durante a década de 1970, como o principal veículo de comunicação de massa da sociedade brasileira. A inusitada mistura de som e imagem, com transmissões ao vivo — ou não — logo caiu no gosto da cultura de massa, tornando-se forte instrumento de entretenimento e informação.

A implementação do satélite durante a última metade da década de 1960 foi fundamental para o desenvolvimento do veículo. Com ele o setor televisivo ganhou não apenas a condição técnica de avançar a cobertura dentro do território nacional, mas também de captar transmissões internacionais e, por consequência, transmitir ao público externo as produções locais. A esse respeito, Sérgio Mattos ressalta a importância da ação estatal para o desenvolvimento do setor televisivo durante a década de 1960, afirmando que as grandes redes de TV começaram a produzir e exportar programas. O autor ratifica, ainda, que a construção da Rede Nacional de Televisão pela Embratel foi fator fundamental para que as transmissões pudessem alcançar o território nacional (MATTOS, 2005, p. 153-154).

A tecnologia televisiva, como mostra Mattos, desenvolve-se muito rapidamente no contexto nacional, mesmo que ainda dependente da produção externa. De 1950, quando ocorre a inauguração da primeira emissora nacional, a 1972, com a primeira transmissão em cores, passam-se vinte e dois anos de intensa inovação, sendo que destes, oito ocorreram sob a tutela do regime autoritário militar, o que comprova, mais uma vez, o claro envolvimento do regime com o setor.

A consolidação do modelo televisivo denota clara discrepância em relação ao setor radiofônico. Como demonstram os dados das tabelas anteriores, a inserção da televisão no contexto social é mais significativa se comparada ao rádio. Isso porque, mesmo em se considerando o crescimento populacional, o desenvolvimento da televisão foi superior a 240%, enquanto o do rádio girou em torno de 100%. Apesar da clareza sobre a dificuldade em contrastar tais dados, tornam-se necessárias, no entanto, duas considerações: em primeiro lugar, é importante ter claro que o sistema de transistor e a proliferação do modelo FM impulsionaram um maior consumo de aparelhos que, motivados pela aceleração industrial, tornaram-se mais acessíveis. E atrelado a isso, em segundo lugar está o fato de que, pela própria essência do rádio — que pode ser ouvido em diferentes circunstâncias — existe uma maior propensão para que um mesmo domicílio abrigue maior quantidade de aparelhos.

Esta análise é importante para ratificar a premissa de que o crescimento da TV foi bem mais significativo. E a maior evidência para esta constatação não está no percentual de crescimento dos veículos entre os anos de 1970 e 1980, mas no grau de dependência destes em relação aos domicílios. Ou seja, enquanto a quantidade de aparelhos de rádio por domicílio representava 58,92% em 1970, a de televisores não ultrapassava um quarto (24,11%). Já na década seguinte, o rádio passou a figurar em 75,76% dos domicílios pesquisados, cabendo à TV um total de 54,92%. Isso significa que a TV cresceu, em termos de inserção nos domicílios, 30,81% em dez anos, enquanto o rádio apenas 17,84%. Neste sentido, Sérgio Miceli ressalta a intensificação do impacto da TV no país a partir de 1969, com as transmissões da Rede Globo, e com as transmissões em cores, a partir de 1972 (MICELI, 2005).

A televisão consolida-se, assim, como o veículo de comunicação de massa com crescimento mais acentuado durante toda a década de 1970 e, principalmente, durante o governo de Emílio Médici. E a que se deve esta realidade? O início das transmissões em rede nacional pela emissora Rede Globo constitui, de certo, um dos fatores, ou seja, trata-se de uma das pilstras de sustentação de um raciocínio mais complexo. Isto significa que as transmissões em rede fazem parte de uma questão mais ampla, condizente com a especificidade do veículo; trata-se de uma definição da área de atuação da TV em contraposição aos demais veículos. Em uma palavra, é uma questão relacionada ao *campo* de atuação, dentro da conceituação apresentada por Pierre Bourdieu:

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças — há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço — que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias [...] (BOURDIEU, 1997, p. 57).

Bourdieu nos mostra que o campo comporta as forças que se opõem em seu interior, seja no sentido de legitimá-lo ou mesmo de legitimar a própria existência do campo. Esta simbiose, por sua vez, constitui uma relação de dependência na medida em que são forças determinantes e determinadas dentro do processo social, constituindo assim uma relação estrutural permanente. No interior do campo, explica Bourdieu, a concorrência se estabelece pela legitimação de uns sobre os outros, motivados por fatores de ordem econômica ou simbólica. Nesse sentido, para entender a posição a ser adotada por uma das forças, basta compreender seu papel no interior do

campo. A esse respeito, o campo jornalístico serve como exemplo, uma vez que, para conseguir compreender o que vai dizer ou escrever determinado jornalista, é preciso que se conheça sua posição neste espaço, ou seja, o *poder* que o órgão de imprensa ao qual está vinculado possui, que pode ser medido por relações econômicas, fatias de mercado e peso simbólico (BOURDIEU, 1997, p. 58).

É com ênfase neste preceito que pode-se melhor compreender o acentuado desenvolvimento da televisão, ou seja, através da compreensão do papel exercido pela televisão no interior do campo da comunicação de massa. E é possível admitir o sistema de comunicação como campo, porque os fatores determinantes — que deflagram o conflito entre os agentes — são os mesmos em seu interior: o entretenimento, a informação e o serviço. Nesse campo, o rádio e a televisão concorrem e criam suas estratégias, motivados pelo peso econômico que a fatia do mercado pode proporcionar.

Sendo assim, na busca de uma melhor elucidação dos motivos que contribuíram para a supremacia da televisão, torna-se necessária a verificação das estratégias que por ela foram adotadas. E isso nos leva à constatação de que, ao oferecer uma gama de possibilidades em torno do entretenimento, a televisão marca definitivamente seu papel no campo, sobressaindo-se, por este motivo, na concorrência com o rádio.

Essa “estratégia” configura-se com a análise da audiência dos programas televisivos, principalmente no início da década de 1970, quando a TV procura sua consolidação no campo. Sérgio Miceli, acerca desses dados, demonstra que, entre os programas de maior audiência analisados durante o segundo semestre de 1971, a maioria esmagadora foi de programações

destinadas ao entretenimento. A pesquisa²⁸ mostra dois cenários distintos: no primeiro, o autor publicou o resultado de quatro semanas de pesquisa, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, distribuídos no horário noturno (20:00 às 23:00h); o segundo é destinado à verificação da audiência pelas emissoras. Em ambos os cenários, os programas dedicados ao entretenimento (auditório, esporte e telenovela) se sobressaíram com índices de audiência acima de 30%. No caso do primeiro, que apresentou os dez mais assistidos, apenas um dedicava-se à informação jornalística.

Portanto, existe por parte da televisão uma clara opção pelos programas de entretenimento para um público que responde com altos índices de audiência. Ora, é esta programação que constitui o principal diferencial com os programas de rádio, que mesmo mantendo uma programação variada, sucumbem-se à limitação do som, e são obrigados a adotar uma estratégia diferenciada, voltada para questões locais e, por consequência, para um público local. Eis aí o vão que separa os dois veículos: por um lado, a televisão, que, com sua programação voltada para o entretenimento, cria as bases necessárias para a constituição de uma identidade de perfil nacional entre os telespectadores e, por outro, o rádio, que adota uma programação variada de perfil regional. As diferenças das estratégias no campo se materializarão, a seguir, nos resultados publicitários.

28. Pesquisa de audiência realizada em 1971, com dados fornecidos pelo IBOPE, nas seguintes semanas: 19 a 25 de julho; 09 a 15 de agosto; 13 a 19 de setembro e 20 a 26 de setembro (MICELE, 2005, p. 120-124).

Suporte orçamentário

Um segundo fator a ser abordado em torno da consolidação da TV e que surge como principal motivo de disputa no campo diz respeito à questão econômica. Na realidade, os fatores condicionantes e condicionados manifestam-se de maneira clara neste aspecto, porque ao passo que a consolidação da TV atrai os investimentos publicitários, estes mesmos investidores servem, a seguir, para subsidiar as novas tecnologias e o aprimoramento, principalmente em termos materiais, da programação. Também neste sentido o trabalho de Sérgio Miceli nos fornece subsídios, visto que apresenta dados sobre as diferenças de investimento publicitário entre o rádio e a televisão, principalmente no período condizente com o nosso objeto:

Investimento Publicitário – Percentual por veículo²⁹

<i>ANO</i>	<i>TV</i>	<i>RÁDIO</i>
1969	43,1	13,6
1970	39,6	13,2
1971	39,3	12,7
1972	46,1	9,4
1973	46,6	10,4
1974	51,1	9,4
1975	53,9	8,8
1976	51,9	9,8
1977	55,8	8,6
1978	56,2	8,0
1979	55,9	8,5
1980	57,8	8,1

29. “Investimento Publicitário – Percentual de participação por veículo (1950-88)”. Dados da participação em cinco níveis de veículos (TV, revista, rádio, jornal, outros), tendo como fonte a Thompson (trinta maiores agências); período 1963-1976 (MICELI, 2005, p. 294).

Em síntese, o que se pode concluir a partir da análise dos dados de investimento publicitário na relação com a consolidação da TV no campo das comunicações é que:

- a) Conforme aumenta a projeção da TV, diminui a do rádio;
- b) Este aumento é proporcionado por uma posição no campo em torno das programações de entretenimento;
- c) A projeção pode ser medida tanto pelos índices de audiência como pela venda de aparelhos;
- d) O investimento em publicidade é condicionado pelo sucesso da programação e da audiência;
- e) Os investimentos publicitários têm a dupla função de divulgar o produto e subsidiar a consolidação da TV;
- f) E por último, fica clara a tendência de que o aumento dos investimentos nas programações televisivas pressupõe, a seguir, a diminuição no rádio.

A par desta realidade, o autoritarismo militar procura assegurar especial atenção à televisão para a ratificação de sua política de comunicação. Como mostra a próxima sessão, além dos investimentos tecnológicos para a implementação de um mecanismo de interligação nacional, o governo procura também atuar de forma direta na programação, condicionando-a através de diretrizes e práticas intervencionistas.

O governo militar-tecnocrático se envolveu com a televisão, principalmente em relação às questões de propriedade, controle do conteúdo transmitido e apoio financeiro. Entretanto, a partir de 1970 começou a expressar preocupações em relação à influência dos conteúdos dos programas veiculados sobre as populações (MATTOS, 2005, p. 153).

Intervenção direta

A intervenção direta foi uma tônica que marcou a atuação do governo Médici em torno das programações, seja no âmbito da censura ou mesmo na questão direta sobre o formato das programações. Em nome da “qualidade”, Hygino Corsetti levantou diversas críticas sobre os programas de cunho popular que dominavam os principais horários de TV de então. Seu principal alvo eram os programas de auditório transmitidos ao vivo, o que para ele constituía um dos maiores problemas. Sobre os comunicadores responsáveis por este tipo de programação, ele questiona: “Porque não fazê-los melhorar seus programas e torná-los densos de conteúdo, bom gosto, abandonando a linha de agressão à sensibilidade e de grosseira de alguns?”³⁰

Como o principal argumento de Corsetti girava em torno da implantação da qualidade, o que condenava este tipo de programação, no seu entendimento, é o fato de atuarem essencialmente sob a égide do entretenimento, obrigando os telespectadores a permanecer todo o tempo de duração do programa cultuando, tão somente, o divertimento. A esta crítica encontra-se implícita uma análise preestabelecida sobre a preferência popular, já que para ele o povo gosta de informações e não se contenta apenas com o entretenimento. Essas informações, enfim, não se resumem às questões jornalísticas, mas à própria descoberta do novo, de novos fatos e coisas.

Outro problema apontado por Corsetti diz respeito às transmissões ao vivo dos programas de auditório. Essa forma

30. Entrevista concedida à Revista *Veja*, n. 175 (Ed. Abril; 12/01/1972, p. 49).

de transmissão, para ele, interfere na qualidade do programa justamente em função do imediatismo, de não haver uma preparação anterior que possa selecionar e organizar o que deve ser transmitido; trata-se de uma crítica ao improvisado, ao que não se verifica e se corrige previamente:

Por que os programas não são gravados em vídeo-tape, cuidadosamente revistos, montados e só então exibidos? Por que essas emoções surpreendentes e nem sempre com resultados satisfatórios e dignos de serem transmitidos não se restringem aos auditórios? Por que esses programas não são “ao vivo” apenas para os frequentadores de auditórios?³¹

Em que pese à argumentação de Corsetti sobre a questão da qualidade, o fato é que, partindo da premissa de que o desenvolvimento do sistema de comunicação consolida-se sob a orientação do regime militar autoritário, todas as ações nesse sentido têm estreitos laços com uma estratégia de controle mais acentuada. Não se trata de uma defesa do formato e do conteúdo deste tipo de programação, pelo contrário. Também não se trata de uma crítica da posição defendida pelo ministro acerca do gosto popular e da importância do sentido informativo, até porque estes temas condizem com linhas de pesquisas diferentes do que foi aqui desenvolvido. Mas o que se pode concluir é que o ataque ao formato “ao vivo” condiz com a dinâmica de atuação do autoritarismo em nome da segurança nacional. E isso se comprova por dois motivos.

Em primeiro lugar, como foi demonstrado anteriormente, o Decreto-Lei n.º 1.077, criado pelo próprio Ministério das Comunicações já estabelece normas de atuação para tal programação, em específico as “Diretrizes para cumprimento do

31. Idem.

Decreto-Lei n.º 1.077 (Portaria n.º 13/70)” de 26 de fevereiro de 1970. Nesta diretriz estão expostas as regras de enquadramento dessa forma de transmissão, prevendo, entre outros, um ensaio geral com horas de antecedência para subsidiar o governo ao conhecimento de cenário, conteúdo e demais características. Portanto, já existe uma prévia daquilo que será transmitido.

Em segundo, é importante ter claro que, mesmo compondo o ensaio e estabelecendo noções antecipadas, o formato “ao vivo”, pela sua própria natureza, abre a possibilidade de inserções inusitadas que, uma vez transmitidas, não possibilitam correções. É esta, certamente, a principal motivação de Corsetti para a crítica acentuada aos programas, ou seja, a possibilidade que existe da transmissão de informações não condizentes com as doutrinas impostas pelo regime. Trata-se, antes, de uma estratégia política, e não propriamente de questões técnicas. Na mesma entrevista, tratando da abertura de uma emissora no Estado do Piauí, Corsetti dá provas do envolvimento direto da burocracia autoritária com o conteúdo das transmissões:

Minha preocupação com a qualidade da programação, portanto, ainda mais se justifica: os novos telespectadores que estamos incorporando precisam ser bem mais informados e receber mensagens positivas.³²

Também no âmbito do rádio, a intervenção do governo foi marcante. As ações propagandísticas estatais, principalmente nos setores econômicos e de infra-estrutura, faziam parte do Plano de Comunicação Social desenvolvido em 1971. Segun-

32. Entrevista concedida à Revista *Veja*, n. 175 (Ed. Abril; 12/01/1972, p. 50).

do Sônia Moreira, o rádio passou a ser utilizado insistentemente no projeto de propaganda do governo, comparado, segundo ela, ao mesmo tipo de processo de divulgação utilizado pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Isto porque, além de ter classificado a “Voz do Brasil” como serviço especial da Divisão de Divulgação da Agência Nacional (MOREIRA, 1998), o governo investiu também na inserção de programação própria, que teve veiculação garantida.

Assim surgiu, em 1970, o chamado Projeto Minerva. De acordo com Luiz Antonio Ferraretto, a iniciativa objetivou a divulgação de informações de cunho pedagógico voltadas para o âmbito do trabalho, ou seja, possuía um perfil extremamente tecnicista. O projeto permaneceu no ar durante dezenove anos, já que foi iniciado no dia 4 de outubro de 1970 e encerrado em 16 de outubro de 1989. Os programas, que segundo Ferraretto eram gerados pela Rádio MEC, do Rio de Janeiro, tinham um tempo garantido de cinco horas semanais, com trinta minutos diários de segunda a sexta-feira, reservando para os finais de semana o tempo de uma hora e quinze minutos, no sábado e no domingo.

Pelo tempo que permaneceu no ar não podemos atribuir ao Projeto Minerva um perfil estritamente autoritário, visto que continuou a ser transmitido mesmo após o final do ciclo militar. Na realidade, o projeto nos proporciona uma guinada analítica mais global sobre o papel dos veículos de comunicação na organização social. Mesmo tendo tido como objeto central de análise o regime militar, há que se ressaltar que tais veículos atuam — ou podem atuar — de forma decisiva na legitimação de outras formas de governo, independentemente do perfil ideológico em questão. Eis aí fundamentada a necessidade de pesquisas científicas que envolvam a relação entre as Ciências Sociais e a Comunicação.



CONCLUSÃO

Nunca, em toda sua história, a humanidade atingiu desenvolvimento tão significativo em relação ao processo de comunicação como o que se verifica atualmente. O percurso do soldado foi definitivamente encurtado. A corrida deixou de ser necessária pelo alto grau de inovações tecnológicas que permearam o cenário mundial, principalmente durante o século XX. Tão significativas foram estas inovações, que o setor passou a se estruturar como um sistema, interligando diferentes manifestações e constituindo aquilo que, a seguir, passou a ser denominado como meios de comunicação de massa.

Definido como sistema, é natural que os meios de comunicação sejam analisados sob os mais diversos prismas. Assim, este trabalho procurou apresentar as contribuições que os preceitos das ciências sociais fornecem para seu entendimento. E essa abordagem torna-se necessária principalmente pelo caráter de organização e controle adquirido pelo sistema, mais notadamente a partir das investidas governamentais com vistas à sua regulamentação e desenvolvimento.

No âmbito teórico, foram fundamentais as contribuições dos pensadores vinculados à chamada escola crítica. Foi pos-

sível subtrair daí paradigmas que, certamente, melhor traduzem a verdadeira função social que pode ser atribuída ao sistema de comunicação em uma sociedade capitalista. Além disso, e no intuito de demonstrar possibilidades divergentes às apresentadas pelos chamados “ortodoxos”, houve a ressalva às contribuições de autores que, mesmo vinculados ao pensamento crítico em seus preceitos básicos, apresentam contribuições fundamentais para uma compreensão mais ampla do objeto analisado. Esses pressupostos auxiliaram no entendimento da dinâmica adotada em torno dos mecanismos de comunicação no Brasil, principalmente no sentido das ações estatais de implantação, desenvolvimento e controle.

Estas iniciativas foram ainda mais efetivas no caso da radiodifusão, justamente por agregar os dois veículos com maiores condições de projeção junto à massa: o rádio e a televisão. E isso se deve a duas características peculiares destes veículos. Em primeiro lugar, o fato de que o processo transmissão-recepção efetiva-se pela instalação de um aparelho receptor na residência e, em segundo lugar, pela própria característica da programação, que é transmitida gratuitamente pelos diversos canais, motivada pelo caráter estritamente comercial adotado no país.

Transformada em realidade no cotidiano da massa, a radiodifusão se destina a cumprir, através de sua programação, duas funções elementares na manutenção e proliferação dos valores vinculados à organização capitalista. A primeira, de perfil mais econômico, visa contribuir com a “formação” de uma massa consumidora capaz de manter ativa a lógica que envolve a economia de mercado. Já a segunda, de caráter político, condiz com a veiculação de valores e normas atreladas à orientação ideológica de organização do estado. É importante frisar a impossibilidade em conceber a radiodifusão fora dos

princípios políticos e econômicos que estruturam a sociedade. É de sua natureza a estreita vinculação a esses valores, já que, como essência, seu papel é o da organização social. O que pode variar, neste aspecto, são as formas de transmissão e o tipo de programação, mas, em linhas gerais, sempre propagarão valores que, de alguma forma, sejam identificados pelo destinatário, como foi apontado na primeira parte.

Portanto, é a conjuntura política e econômica a responsável por definir o perfil que será destinado ao sistema de comunicação — de forma geral — e à radiodifusão — em específico. No caso brasileiro, essa conjuntura nasce sob os auspícios de um sistema econômico em franca transformação e sob a égide de uma organização política centralizadora. É vinculada a um acelerado processo de urbanização e sob leis de cunho autoritário que a radiodifusão se desenvolve, passando a exercer papel determinante, principalmente através do rádio, durante as décadas de 1930 e 1940. Por sua vez, a televisão surge na década de 1950, mas desenvolve-se, efetivamente, a partir da década de 1960.

A análise da conjuntura que envolve os meios de comunicação no Brasil remete, necessariamente, ao entendimento de que os veículos se desenvolveram de forma mais intensa durante períodos mais centralizados em termos da organização política. Ou seja, foi durante a chamada “Era Vargas” que o rádio encontrou uma conjuntura propícia para sua expansão, capitaneado pelo processo de industrialização, mas, principalmente, pelas iniciativas governamentais para o setor. O mesmo ocorreu com a televisão, que passou por um processo de “desenvolvimento contido” até se deparar com os incentivos provenientes dos governos militares. A diferença, neste caso, reside no fato de que, durante a ditadura militar, o rádio já era uma realidade, o que forneceu aos militares subsídios para atua-

ção nas duas variantes que compõem a radiodifusão. Foi possível verificar — e confirmar — a enorme importância que os veículos exerceram no Brasil durante tais fases, o que não significa ignorar seu papel em outras formas de governo.

Portanto, é impreterível ratificar, à luz do que foi analisado, o papel determinante que o sistema de comunicação exerce para regimes mais centralizados. E isto se evidencia através da política de comunicação que foi adotada durante o regime militar no Brasil. Para o efetivo enquadramento deste cenário, além do subsídio analítico específico, foram fundamentais as contribuições de Guillermo O'Donnell sobre o modelo Burocrático-Autoritário. Assim, o trabalho procurou desenvolver a tese de que o regime militar, e a conseqüente ação em torno dos meios de comunicação, corroboram as análises de O'Donnell acerca do B.A, que pode se comprovar através de quatro eixos centrais:

1 – *Política de Desenvolvimento*: Destinada ao setor, se inicia sob os primeiros governos militares, principalmente através das ações do Contel, que passou a criar políticas de ação específica para as telecomunicações. A tendência em monopolizar as ações para o setor viabilizou os investimentos públicos, com a destinação de verbas para interligar as várias regiões do país. Nesse sentido, e aqui reside sua principal inserção na dinâmica econômica, por atuar de forma efetiva, o Estado resguarda, para o setor privado, uma atuação em esfera limitada.

2 – *Ministério das Comunicações*: Representou a efetivação da estrutura governamental para o setor. O ministério foi fundamental à definição de uma proposta centralizadora para a radiodifusão, uma vez que seu desenvolvimento técnico ficou sob a responsabilidade das empresas públicas, principalmente

a Embratel. O governo Médici, além de consolidar a estrutura do ministério com sua transferência definitiva para Brasília, atuou decisivamente para a ampliação das funções da Embratel; investiu na constituição da Telebrás (Telecomunicações Brasileiras S.A.); implantou a TV em cores e criou as condições técnicas necessárias para a ampliação do alcance do rádio, que passou a contar com faixas de frequência modulada e a alcançar setores do país antes inexplorados.

3 – *Legislação*: As ações de caráter autoritário verificam-se, também, no âmbito da legislação. Foi do governo Médici a iniciativa de estabelecer normas rígidas de censura para as programações televisivas e radiofônicas. Sob o argumento da melhoria de qualidade, o governo criou leis que limitaram as ações das diversas estações, interferindo diretamente na produção de programas e condicionando seus responsáveis a um processo de “autocensura”, tendo em vista a rigidez das punições. Estas, por sua vez, variavam entre a coerção física e econômica, e adquiriam o ápice com a ameaça de perda da concessão, já que a prerrogativa do domínio público sobre as linhas de transmissão manteve-se sob a égide do estado.

4 – *Intervenção Direta*: Apesar da linha argumentativa direcionada à melhora da qualidade, as intervenções em programas, programação e veículos, principalmente com fechamentos sumários visava, na realidade, uma adequação da radiodifusão aos preceitos básicos vinculados à Diretriz de Segurança Nacional. Juntos, estes elementos constituem o que ficou definido como uma política de comunicação nitidamente autoritária e que, por se definir desta maneira, compõe uma das estruturas que alicerçam os governos que melhor representaram o autoritarismo no Brasil.

À guisa de conclusão, torna-se necessário ressaltar o fundamental papel social adquirido pelos meios de comunicação, o que os torna a principal fonte de informação e, por conseguinte, instituição indispensável no âmbito da organização social. Por caracterizar-se desta forma, seu papel social é estratégico, forçando o governo a não se eximir no sentido da sua regulamentação e estruturação. Ora, foi exatamente isso que fizeram os vários governos, principalmente os de perfil autoritário. O fato é que, em função de seu papel estratégico, não se pode conceber a ausência de mecanismos públicos de organização e controle para o setor, mesmo na democracia. O uso que faz o Estado, como o exemplo de “A voz do Brasil”, é legitimado pelo seu objetivo final, já que as inserções fornecem informações necessárias à organização social. Por este motivo, é fundamental não confundir a função pública que possuem os meios de comunicação com os eventuais e condenáveis usos ideológicos.

Por fim, ao passo que se aponta a importância do controle estatal, é preciso ressaltar também os prejuízos que o monopólio pode trazer, seja ele público ou privado. E isso se resume a duas consequências. Em primeiro lugar, o monopólio impede a manifestação das diversas possibilidades inerentes aos meios de comunicação, como a sua utilização em várias frentes de interesse dos grupos sociais - a proposta educativa contida nos trabalhos de Roquette-Pinto é exemplo disso. Ademais, em segundo lugar, cabe frisar que o monopólio limita a introdução de fontes alternativas de informação que podem, sob o ponto de vista do processo de manipulação, fornecer versões variadas que, se não eliminam o processo, contribuem para ampliar o leque de possibilidades. A viabilidade de um mecanismo intermediário torna-se, assim, mais racional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Hugo. *Tempo de Crise*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor. *Textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. A televisão e os padrões da cultura de massa. In ROSENBERG, B.; WHITE, D. M. (Org.). *Cultura de Massa*. São Paulo: Editora Cultrix, 1973. p. 546-562.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In LIMA, L.C. *Teoria da Cultura de Massa*. R. Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 203-240.

BORDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BORGES, Vavy P. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BUZAID, Alfredo. *Conferências*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1971.

CALABRE, Lia. *A Era do Rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de Massa sem Massa*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1986.

CARDOSO, Fernando H. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

COGAN, Arthur. *Crimes contra a Segurança Nacional: comentários, legislação, jurisprudência*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.

COHN, Gabriel. *Sociologia da Comunicação: Teoria e Ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1973.

COMBLIN, Pe. Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. (Orgs.). *Ernestement. Vanguarda e Kitsch*. In ROSENBERG, B.; WHITE, D. M. (orgs.). *Cultura de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1973, p. 121-134.

HAUSSEN, Doris F. *Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

HOWE, Irving. Notas Sobre a Cultura de Massa. In ROSENBERG, B.; WHITE, D. M. (Orgs.). *Cultura de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1973, p. 571-580.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil do século XX*. Salvador: EDUFBA, 2001.

KINZO, Maria D'Alva. *Oposição e Autoritarismo – Gênese e Trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice/R.T., 1988.

KLEIN, L.; FIGUEIREDO, M. *Legitimidade e Coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

KRACAUER, Siegfried. Os tipos Nacionais tal como Hollywood os apresenta. In ROSENBERG, B.; WHITE, D. M. (Orgs.). *Cultura de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1973. p. 301-325.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. *Partidos Políticos e Consolidação Democrática – o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOWENTHAL, Leo. Perspectivas Históricas da Cultura Popular. In ROSENBERG, B.; WHITE, D. M. (Orgs.). *Cultura de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1973, p. 63-76.

MACDONALD, Dwight. Uma Teoria da Cultura de Massa. In ROSENBERG, B.; WHITE, D. M. (Orgs.). *Cultura de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1973. p. 77-93.

_____. Masscult y midcult. In BELL, Daniel et al. *Industria cultural y sociedad de masas*. Caracas: Monte Avila Editores, 1992.

MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Paulo: EDUFSCar, 1995.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. S. Paulo: Global Editora, 1988.

MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. In *Coleção Os Pensadores* (vol. I). São Paulo: Nova Cultura, 1987. p. 1-157.

MATTOS, Sérgio. *História da televisão brasileira – Uma visão econômica, social e política*. Petrópolis, Vozes, 2002.

_____. *Mídia Controlada: a história da censura no Brasil e no mundo*. São Paulo: Paulus, 2005.

MÉDICI, Roberto N. *Médici: O Depoimento*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

MELO FILHO, Murilo. *Testemunho Político*. São Paulo: Elevação, 1999.

MICELI, Sérgio. *Noite da Madrinha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MORAIS, Fernando. *Chatô – O Rei do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MOREIRA, Sonia V. *O Rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1998.

_____. *Rádio Palanque*. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1991.

MORIN, Edgar. *Cultura de Massa no Século XX: O Espírito do Tempo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

MUNTEAL FILHO. Certezas e percepções da política em 1964. In: FREIXO, A.; MUNTEAL FILHO, O. (Orgs.). *A Ditadura em debate: Estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

O'DONNELL, Guillermo. *Autoritarismo e Democratização*. (Contrapontos). São Paulo: Vértice, 1986.

_____. *B. A. – Reflexão sobre os estados burocráticos-autoritários*. São Paulo: Vértice/R.T. 1987.

OLIVEIRA, E. Quandt de. *Renascem as telecomunicações: construção e operação do sistema*. São Paulo: Landscape, 2006.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. 7ª impressão. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ORTRIWANO, Gisela S. *A Informação no Rádio: Os Grupos de Poder e a Determinação dos Conteúdos*. 4. ed. São Paulo: Summus Editorias, 1985.

- PEIXOTO, Antônio C. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964) *In: ROUQUIÉ, A. (Org.). Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- PEREIRA, João Baptista B. *Cor, Profissão e Mobilidade: O Negro e o Rádio de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- QUIRINO, C. G.; MONTES, M. L. *Constituições Brasileiras e Cidadania*. São Paulo: Ática, 1987.
- RIVERS, William L.; SCHRAMM, Wilbur. *Responsabilidade na Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1970.
- RODRIGUES, C.; MONTEIRO, V. A.; GARCIA, W. Q. *Censura Federal: Leis, Decretos leis, Decretos, Regulamentos*. Brasília: C. R. Editora, 1971.
- SAROLDI, Luiz C.; MOREIRA, Sônia V. *Rádio Nacional: O Brasil em sintonia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- SILVA, Hélio. *Costa e Silva – 23º Presidente do Brasil (1967-1969)*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.
- _____. *Emílio Médici – 24º Presidente do Brasil (1969-1974)*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- SOUSA, Marquilandés B. *Rádio e Propaganda Política: Brasil e México Sob a Mira Norte-Americana durante a Segunda Guerra*. São Paulo: Annablume, 2004.
- TAVARES, Gal. A. de Lyra. *O Brasil de minha geração*. 2º Volume. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.
- TAVARES, Reynaldo C. *Histórias que o Rádio não Contou: Do Galena ao Digital, desvendando a Radiodifusão no Brasil e no Mundo*. 2. ed. São Paulo: Negócio Editora, 1999.

VIEIRA, José Ribas. *O Autoritarismo e a Ordem Constitucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1988.

REVISTAS, PERIÓDICOS E INTERNET

Arquidiocese de São Paulo. *Projeto Brasil Nunca Mais*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CASTRO, Ruy (2005). *Roquette-Pinto: O Homem Multidão*. Disponível em: <http://www.aminharadio.com/brasil80_roquette.html> Acesso em: fev. 2007.

Manuais de Legislação Atlas. Constituição da República Federativa do Brasil: Constituição de 24 de Janeiro de 1967 com a redação dada pela Emenda Constitucional N°1, de 17 de outubro de 1969, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais N°s 2 a 12. 11 ed. São Paulo: Atlas, 1978.

Revista *Veja*. Número 175. *Entre as cores e o melhor nível*. São Paulo: Abril, 12/01/1972. p. 44-51.

SEM AUTOR. (02/12/2005). *Raça e Povo*. (Seixos Rolados, Estudos Brasileiros, 1927). Disponível em: <<http://www.academia.org.br/imortais/cads/17/roquette2.html>>. Acesso em: fev. 2007.

CONSULTAS COMPLEMENTARES

ADORNO, Theodor W. *Indústria Cultural e Sociedade*. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. *Textos Escolhidos*. (Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

DEFLEUR, Melvin L. *Teorias da Comunicação de Massa*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

HOHLFELDT, Antônio et al. (Org.). *Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GEUSS, Raymond. *Teoria Crítica: Habermas e a Escola de Frankfurt*. Campinas: Papirus, 1988.

LIMA, Luiz Costa. *Teoria da Cultura de Massa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MOREIRA, Sônia V. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

NUNES, Márcia V. *Rádio e Política. Do Microfone ao Palanque: Os Radialistas Políticos em Fortaleza (1982 – 1996)*. São Paulo: Annablume, 2000.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação. Mass Media: Contextos, Paradigmas Novas Tendências, Efeitos a Longo Prazo e O Newsmaking*. 4. ed. Lisboa: Presença, 1995.

REVISTAS, PERIÓDICOS E INTERNET

COSTA, Francisco. *Oitenta Anos de Rádio*. Revista USP, São Paulo, nº 56, dezembro, janeiro e fevereiro 2002-2003.

PIMENTEL, Gisele. (05/1990). *Entrevista com Beatriz Roquette-Pinto Bojunga*. Disponível em: <http://www.aminharadio.com/brasil80_beatriz.html> Acesso em: janeiro de 2007.

ENTREVISTAS

José de Abreu, diretor da Rádio Atual, realizada em 17 de outubro de 2006, São Paulo, SP.